

Arthur Cezar Ferreira Reis

HISTÓRIA DE IMIGRAÇÃO

E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

[Rio de Janeiro?]

1948



SUMÁRIO

- I- As consequencias economicas
- III- Causas economicas da colonizacao da America
- IV- Administracao colonial espanhola
- V- Administracao Colonial Portuguesa
- VI- O Povoamento do Brasil
- VII- Os nucleos de colonizacao do Brasil
- VIII- A populacao da America Espanhola
- IX- Organizacao economica da America Espanhola
- X- O Processo economico da America Portuguesa
- XI- A Colonizacao Inglesa
- XII- A Organizacao economica da America Inglesa
- XIII- A Colonizacao Francesa
- XIV- A colonizacao holandesa
- XV- A vida Colonial na America
- XVI- A expansao da America ate os principios do sec. xix
- XVII- O Sentimento nativista na America
- XVIII- A Imigracao para os paises hispano-americanos
sec. xix e xx
- XIX- A Imigracao para os Estados Unidos
- XX- A Imigracao e a Colonizacao no Brasil A)
- XXI- A Imigracao e a colonizaco do Brasil sec. xix e xx B)
- XXII- A Imigracao e a colonizacao do Brasil sec. XIX e xx
C)

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DE IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

I - As conseqüências econômicas, políticas e sociais da descoberta da América.

I - "Colonização, em sentido estrito e puramente geográfico, ensina o professor Demétrio Ramos Perez, (1) não é mais que a valorização do solo, o aproveitamento dos recursos desse mesmo solo por homens estranhos à sua paisagem ou por homens da mesma região." Neste caso, encontramos-nos frente a homens que, afeitos à região pela própria origem, sabendo-lhe, de longa data, os segredos, trabalham a terra, vencem obstáculos naturais, semeiam vegetais, criam espécies animais, utilizam os recursos físicos que o próprio ambiente proporciona, conformando-o dentro de suas possibilidades, de seus objetivos e de sua cultura. No outro caso, os homens vêm de fora. São, portanto, estranhos ao meio onde vão atuar. Nem por isso, porém, mesmo desconhecendo o novo campo de sua tarefa, o que imporá um estudo preliminar do ambiente, uma adaptação necessária e, muitas vezes, um choque cultural com os homens que possam encontrar já ali instalados, deixam de realizar um cometimento de envergadura. Ocorre, então, antecedendo o estadio da colonização, a movimentação humana, por terra ou por mar, movimentação que chamamos de imigração.

Nas Américas, podemos, de certo modo, verificar os dois casos:

a) na obra de ocupação e aproveitamento do espaço geográfico pelo gentio, se é que ele realmente é autoctone, ocupação e aproveitamento que variou de grupo a grupo, foi efetuado com meios quase sempre muito rústicos mas, nem por isso, deixou de constituir um trabalho de domesticação da terra e do êxito do homem; e pelos nacionais dos vários países americanos, a partir do século XIX.

b) na obra realizada pelos europeus, africanos e asiáticos, em transladações nem sempre mansas, cordeais, a principiar do século XVI.

Em nosso curso, vamos tentar uma vista d'olhos, evidentemente apenas uma vista d'olhos na história da imigração e da instalação, no espaço americano, de homens estranhos à paisagem, e de homens deles descendentes, os quais, no decorrer de quatro séculos, vêm alterando profundamente essa mesma paisagem, dest'arte revelando um teor de vitalidade e de capacidade creadora cujos resultados podemos apreciar, estamos expe

(1) - "Historia de la colonizacion espanola en America".
Madri - 1947.

rimentando e expressam o que podemos chamar de civilização americana. Deixaremos de parte, por isso, os movimentos que possivelmente teriam ocorrido no período precolombiano e de que foram parte unicamente os grupos gentios. E como aceitamos a afirmativa de que a civilização que se está criando nas Américas constitui fruto, em grande parte, da imigração daqueles elementos humanos, havemos de concluir que o episódio é um dos fundamentos maiores do processo continental, pois se vencendo a terra, dominando-a, êsses imigrantes lançaram as bases dos vários grupos sociais que compõem a família continental, grupos êsses de que somos os descendentes e com essas bases os da vida econômica, política, espiritual, dando conteúdo a um novo estágio da cultura universal.

De onde, porém, vieram êsses homens, como aqui chegaram, como se lançaram à ofensiva contra o meio ambiente, como se comportaram nas relações com os outros homens que encontraram, como se situaram nos contactos que mantiveram entre si, como, através dos tempos, chegaram a proporcionar à humanidade as condições de vida que distinguem as várias áreas geoeconômicas e geopolíticas das Américas?

II - Os descobrimentos geográficos, em particular o da América, constituíram o acontecimento de maior importância dentre os que assinalaram o início da Idade Moderna. Isso porque êles representaram uma revolução que alterou profundamente a estrutura política, econômica, social e espiritual do mundo, ampliando-o e arejando-o. Até então, a Europa vivia limitada, grosso modo, aos seus limites continentais. Relacionara-se com o Oriente e com o Norte da África, é certo, na luta contra os chamados infiéis ou através contactos de natureza comercial. Realizara, nas campanhas das Cruzadas, sua primeira empresa expansionista. Fundara reinos cristãos no Oriente próximo, tentando uma obra de conquista e de colonização. Devemos ter em vista, porém, que, mesmo aí, viajando pelo Mediterrâneo ou caminhando pelas terras dos estados centrais, montando feitorias comerciais em direção ao mar Negro e ao Oriente distante, a Europa não se aventurara a um empreendimento de tal amplitude que nos autoriza a afirmar que já abandonara os seus limites continentais. Viviam, em consequência, em tais empreendimentos, verdadeira experiência. Essa experiência valia, no entanto, como lastro, preparação para empreendimento de maior envergadura, que seria a expansão extracontinental, só possível com o domínio dos mares e oceanos. Tal domínio foi alcançado pelos portugueses, logo seguidos pelos espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e escandinavos que dominaram os mistérios que pairavam entre os oceanos e lograram atingir o oriente e encontraram outros continentes sem mais aquelas viagens terrestres que tanto custavam e que rendiam tão pouco. A êsse tempo, cerca de 45 milhões de pessoas viviam na Europa Ocidental. De certo modo, podemos dizer que já estava encerrada a façanha de sua ocupação territorial. Havia cidades de 40 a 50 mil habitantes. O feudalismo estava desaparecendo. Constituíam-se os grandes estados nacionais. O comércio operava-se em larga escala, não mais dentro de um sistema da simples troca de mercadoria, mas mediante o uso do dinheiro. Funcionavam bancos em

todos os grandes centros urbanos. Desenvolvia-se o crédito público: O trabalho repousava ainda, é certo, no sistema das corporações de ofícios. Faziam-se as primeiras especulações que marcavam o início do capitalismo. O catolicismo constituía a grande força religiosa dominante, já, porém, a sofrer os abalos da indisciplina que iria culminar na chamada "Reforma".

Com o descobrimento da América, vamos assistir, como já se disse acima, ao início de uma nova etapa da história da humanidade. Inicialmente, verificou-se a modificação completa de toda a ciência geográfica, ruindo quanto se vinha afirmando acerca da forma e da extensão da terra. O encontro dos novos espaços proporcionou um campo vasto a empreendimentos mercantis e posteriormente coloniais. Toda uma série nova de produtos de alimentação ou de gêneros necessários as tarefas industriais da Europa foram transportados do Novo Mundo. Entre esses produtos, estavam as madeiras para construções, e tabaco, o anil, o cacão, a baunilha, a coca, a vicunha, a prata, o ouro, espécies vegetais utilizáveis em perfumes, tinturaria, codimentação etc. O comércio interoceânico, intercontinental, assumiu proporções desconhecidas. Fretas mercantis imensas foram sendo constituídas para a manutenção do tráfego de passageiros e de mercadorias. As cidades que viviam desse tráfego marítimo desenvolveram-se de maneira particular, como Lisboa, Porto, Viana, Sevilha, Cadiz, Havre, Honfleur, Dieppe, Saint Malo, Liverpool, Anvers.

O ouro e a prata do México, do Peru e posteriormente do Brasil provocaram a primeira grande redução de preços. É que a especiaria e as outras várias utilidades, até então buscadas no Oriente, chegavam à Europa por preços altíssimos. A entrada vultosa dessas mesmas utilidades trazidas do Novo Mundo provocaram a baixa e a ruína dos mercadores do Mediterrâneo, fazendo passar às mãos de portugueses e espanhóis o mecanismo da direção dos grandes negócios da época. O aumento desse estoque metálico, de outro lado, permitiu o fortalecimento do capitalismo mercantil, dando prestígio, cada dia maior, aos banqueiros que ampliaram suas operações através o financiamento dos negócios coloniais, através os empréstimos feitos aos chefes de estado, os quais, em paga, lhes atribuíam interesse na aventura colonial e na aventura mercantil conseqüente. Constituíram-se, para a exploração das chamadas riquezas metálicas ou não dos novos espaços coloniais, as sociedades por ações que reuniram, principalmente, os pequenos homens de negócio das cidades do litoral atlântico, sociedades que se lançaram ao comércio da produção americana e oriental.

Transportaram-se da Europa, da Ásia e da África, espécies animais e vegetais que foram aclimadas e permitiram a criação de um imenso rebanho vacum e cavalari e uma gigantesca lavoura alimentar como a de cana de açúcar, café, cacão, e de algodão, fumo, etc.

Todo esse mecanismo creou-se ou desenvolveu-se, porém, dentro do sistema monopolista. Sistema em que o estado era parte, não a única parte, pois dele participavam os nacionais

do estado. Assim, ao envêz do monopólio ser exercido pelo estado, diretamente, o que se verificava era um monopólio exercutado pelos nacionais dos países que se atiravam ao cometimento da conquista econômica da América.

Uma larga competição, como é natural, verificou-se, por esse tempo, entre os vários povos que se disputavam alguma coisa nas terras novas e nos negócios que ela proporcionava. Espanhoes, portugueses, franceses, ingleses, holandeses, numa porfia imensa, chocaram-se nos mares e em terra disputando o direito de um lugar ao sol no Novo Mundo. A partilha tordesilha na foi desconhecida ou ignorada pelos estados concurrentes. Com o fortalecimento econômico dos países ibéricos, na primeira fase dos descobrimentos geográficos, o poder político na Europa passou a êles, em especial a Espanha, encerrando-se, desparte, aquela importância memorável de que gozavam os pequenos estados itálicos, até então controladores do comércio da especiaria e consequentemente possuidores da grande fortuna da época. A ascensão da Espanha deu margem aos episódios políticos que marcam a história política da Europa nos séculos XVI e XVII. Franceses e holandeses, disputando-lhe a hegemonia, com ela mediram forças. Os sucessos militares que tiveram por teatro o Novo Mundo, no decorrer desses séculos, não foram mais que consequências desse choque entre tais povos colonizadores. Porfiavam êles pela hegemonia de que os espanhoes e os portugueses dispuseram por algum tempo em consequência da força econômica que possuíram com os descobrimentos marítimos, em particular o da América.

Com o descobrimento do Novo Mundo, verificou-se, por fim, o encontro de novos tipos humanos que, ou se encontravam em estado de primitividade, ou de ascensão cultural que já lhes permitira a utilização dos metais, a passagem da forma tribal para a de comunidades políticas mais avançadas.

Esses primitivos, ora foram utilizados no estado de natureza em que se encontravam, em serviços do estado e dos particulares, ora foram integrados na nova ordem que se inaugurou com o mestiçamento. A intervenção que sôbre êles se exerceu através os missionários católicos, de um lado preservando-lhes a integridade física, ameaçada pelos trabalhos a que foram obrigados, pelas enfermidades que os europeus lhe comunicaram, pelos choques com êsses mesmos europeus, de outro, procurando integrá-los nos cânones dos sistemas de vida da chamada civilização ocidental, foi, realmente, uma intervenção serena, de resultados humanos memoráveis.

Com a atuação das Ordens religiosas, procedeu-se ao que os sociólogos e antropólogos chamam de "experiência do índio". Negado como membro da espécie humana, o primitivo americano foi examinado sob todos os ângulos para que se chegasse à conclusão de sua verdadeira valia como ser que possuía todos aqueles atributos que conformam os entes humanos. Com o mestiçamento intensivo a que se procedeu sob orientação do estado ou não, nova experiência social se verificou. Experiência que prosseguiu com a chegada das multidões trazidas da África e submetidas ao regime da escravidão.

O encontro de gentio americano, do negro africano e do homem da Europa em ambiente americano, diversificado pelas multiplicidades de aspectos geográficos regionais, grande ensaio social a que só agora se está dando o relêvo necessário para apreciar seus resultados mais próximos e mesmo mais distantes, não foi, todavia, a única resultante dessa experiência. Houve outras, como o aparecimento de tipos sociais explicados pelo meio, pelas circunstâncias que se ia vivendo, tais como o "bandeirante" o "conquistador", o "courreur des bois", o "encomendero", o "peruleiro", o "sesmeiro", o "gaucho", o "ilha-neiro", o "bucaneiro", o "criador de gado"; como a modificação de usos e costumes europeus, consequentes da utilização das novidades alimentícias, das riquezas que levaram a criação de uma nobresa que se não apoiava mais nos brasões seculares mas, no poder econômico que adquirira na empresa americana. A burguesia européia, em ascensão evidente, era, de certo modo, também, um fruto dessa empresa.

II - A Posição de Portugal, Espanha, França e Inglaterra na América.

Revelada a existência das terras americanas por Cristóvam Colombo, que operava a serviço dos interesses mercantis e políticos de Espanha, de logo começou a disputa dos novos espaços pelas nações que então exerciam ponderação na vida européia. Essas nações eram Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Países Baixos.

Várias bulas apostólicas, que datavam de meados do século XV, havia assegurado aos portugueses os novos espaços e as novas águas oceânicas que eles estavam descobrindo. Em 1494, em face do descobrimento colombino e do incidente que se abriu entre portugueses e espanhóis a propósito desse mesmo descobrimento e dos direitos que dele decorriam para o domínio a ser exercido de então em diante, portugueses e hespanhóis entenderam-se, encontrando solução para seus problemas imediatos no tratado de Tordesilhas, que fixou as áreas que deviam caber às duas potências em conflito.

Por esse diploma internacional, os portugueses possuiriam, na América, apenas o litoral limitado entre o que presentemente são as cidades de Belém e Laguna.

Sucede, porém, que nem os portugueses e espanhóis nem as outras nações a que acima nos referimos respeitaram o que se continha no diploma. Ingêses, francêses e holandeses, não tendo sido partes no ajuste, conquanto aprovado pelo Papa, o que, ao tempo, equivalia o imperativo universal a que as nações cristãs se não podiam furtar de obediência passiva, negaram-se a aceitá-lo. Em consequência, atingindo as terras americanas, passaram a fazer concorrência a portugueses e espanhóis, montando colonias e criando ambientes à sua feição.

Primeiro os francêses, depois os holandeses e por fim os ingêses.

De seu lado, portugueses e espanhóis, esquecendo o que estava assentado no tratado, penetraram nos espaços que haviam reservado um ao outro, exercendo uma política - imperialista dentro da qual podemos dizer que se processou a formação colonial do Novo Mundo.

O empossamento do espaço americano, em consequência, não se verificou de maneira mansa, cordeal. Ao contrário, registrou-se toda uma série de choques entre os vários grupos de europeus que vinha fazer a América, e entre eles e as populações gentias que procuraram submeter. Esses choques deram em resultado uma modificação profunda nos termos em que estava proposto o problema do exercício da soberania pelo tratado de Tordesilhas. Assim, os portugueses, irradiando para o norte, sul e oeste, ampliaram seus territórios em prejuízo dos interesses espanhóis. Em 1750 e 1777, por dois outros acordos internacionais, o de Madrid e o de Santo Ildefonso, as áreas nacionais das duas nações na sulamerica ficaram assentadas.

Os franceses e ingleses, estabelecendo-se principalmente nas Antilhas e no que é hoje a região atlântica dos Estados Unidos, entre a Flórida e o Maine, a região da Acadia, da Terra Nova, do São Lourenço, dos grandes lagos e da Luisiânia, estabeleceram suas colônias, arredando delas, igualmente, os espanhóis. Lutaram, porém, entre si, disputando-se suas possessões, por fim encerrando-se o domínio francês na Acadia, Canadá e Luisiânia.

Os holandeses realizaram uma experiência colonial - menos intensa. Estabeleceram-se no Brasil, nas Guianas, nas Antilhas e na região do Hudson. Em luta com os portugueses e ingleses, ficaram reduzidos ao núcleo guianense.

Além dos povos europeus a que nos estamos referindo, convém registrar, outros houve que chegaram à América no período da empresa descobridora e colonizadora: os alemães, os suecos os dinamarqueses e os russos. A passagem deles pelo Novo Mundo foi, todavia, de rendimento muito pequeno.

Os alemães não fizeram colonização como empresa de seu estado nacional. Ainda não haviam alcançado a unidade - política que os levaria, no século XIX, a veleidades coloniais. Eram partes integrantes, no século XVI, do grande império de Carlos V, que alcançava igualmente a Espanha e o mundo ultramarino que estava criando. Por isso, concedidas as terras da Venezuela aos banqueiros Velser, iniciaram eles a conquista, sem que, do empreendimento, houvesse resultado que assegurasse qualquer título - de benemerência a seus autores. Ao contrário falharam estrondosamente, pelos excessos e pelas brutalidades - por que trataram as populações gentias. Na região norte, no século XVII estabeleceram-se intensamente, ao lado dos colonos ingleses, submetidos à soberania britânica. Aí, ao contrário - do que haviam sido na Venezuela, foram ótimos elementos para a criação social e econômica do império britânico.

Os suecos dispuseram apenas de pequenos núcleos plantados no Delaware. Não resistindo à pressão holandesa acabaram por se ver envolvidos e conquistados por eles e por fim pelos ingleses.

Os dinamarqueses reduziram-se a três lotes no arquipélago das Virgens, nas Antilhas. Estabelecendo-se nelas, nos fins do século XVII, deram-lhes certo vigor, defendendo-as das investidas dos espanhóis franceses e ingleses. Venderam-nas em 1917 aos Estados Unidos.

Os russos, levados à América pelas viagens de Bering, criaram, a começar de meados do século XVIII, no Alaska e nas Ilhas Aleutas, pequenos empórios de pesca. Não realizaram obra permanente de colonização. Estavam, então, às voltas com problema da expansão e colonização de seus espaços interiores. Em 1867 venderam-nos aos norteamericanos.

Espanhóis, portugueses, franceses e ingleses, portanto como acabamos de enunciar, foram os povos de posição ponderável na formação colonial das Américas entre os séculos XVI e XIX. Possuindo cada um deles uma natureza própria, uma consciência nacional muito viva, natural que agissem de maneira diversa, conquanto dentro de objetivos muito aproximados. Demais, ocuparam espaços de feição fisiográfica e climática a mais variada, donde as atitudes que assumiram, os resultados que obtiveram, as influências que exerceram no campo social, econômico político, psicológico, espiritual de cada uma das nações cujos fundamentos lançaram no decorrer daquele período. Nas lições vindouras passaremos a examinar, com os detalhes possíveis, o que foi essa atuação que exerceram.

-:--:-

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO DO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

3 - Causas econômicas da colonização da América

A empresa da colonização da América, dentro daquele critério restrito ou geográfico de Demétrio Ramos-Perez, referido em nossa primeira aula, foi obra da transladação de homens da Europa, que atravessaram o Atlântico e, com a cooperação das populações primitivas que aqui encontraram ou mesmo sem essa cooperação, amansaram o ambiente criando novos lares e organizando-o à feição do Velho Mundo de onde haviam chegado.

Essa façanha, como sabemos, resultou do empreendimento navegatório, do domínio dos oceanos que os portugueses realizaram, foi cometimento principalmente de cinco povos ousados e de certo modo capazes e é parte do grande acontecimento que chamamos de europeização da terra. Não resultou de um simples desbordamento de populações que carecessem de espaço para as tarefas do diário ou se vissem cercadas de outras dificuldades que as impulsionassem para novas áreas onde houvesse possibilidades para seu desenvolvimento natural. Se é certo que êsses motivos não podem ser desprezados nem por isso podemos afirmar que tinham sido êles a força única que fundamentou a emigração europeia para o mundo americano.

O episódio da colonização da América, prendendo-se ao dos descobrimentos marítimos, insistamos, deve ser compreendido como fruto principalmente de objetivos de natureza política, econômica e religiosa.

Sabemos, com certa segurança, à luz da inteligência que se vai dando aos textos dos cronistas e da melhor documentação compulsada, que os portugueses, desde a aventura da conquista de Ceuta, agiram, sem esmorecimentos, com essas três finalidades. Procurando o Oriente, pelo periplo africano, desejavam levar até lá o pederio político de Portugal, a fé católica e de lá trazer a especiaria de que a Europa estava carecendo para satisfação de seu apetite. Instalando-se em Ceuta e posteriormente na costa africana, nas ilhas dos Açores, Madeira, e finalmente na Índia, de onde passaram ao extremo Oriente atingindo a China e o Japão, efetivaram aquêles objetivos, com os rendimentos mais sedutores. Os espanhóis não se desviaram de idênticos objetivos, que os outros povos que vieram à aventura da América igualmente visaram.

Assim, quando, em 1492, foram redigidas as capitulações entre Colombo e a Coroa espanhola, para o encontro das Índias pela via ocidental, tais objetivos ficaram perfeitamen

te assentados, melhor dito, os objetivos políticos e econômicos. Porque os de natureza espiritual, religiosa, êsses, conquanto não constassem do texto das capitulações, podem ser subentendidos pela preocupação de catolicidade que absorvia os espanhóis, que acabavam de empreender a conquista de Granada, ultimando a obra de unificação de sua pátria e de consolidação do catolicismo na península ibérica. Em todos os documentos que pertenceram a Colombo, pertinentes à primeira viagem que fêz à América, são abundantes, podemos mesmo afirmar quase dominantes, as provas de sua preocupação mística. Nas viagens seguintes, além dos missionários expedidos para extirpar a idolatria os primitivos encontrados em 1492, havia instruções particulares sôbre a intenção espiritual que movia os espanhóis na tarefa americana. A Bula de 4 de maio de 1493, de Alexandre VI, nesse particular foi positiva, atribuindo aos espanhóis como posteriormente atribuiria aos portugueses, o cometimento da expansão religiosa através a conversão dos primitivos e de outros povos que fôsem encontrando, através o estabelecimento da Igreja católica nos novos espaços descobertos e incorporados aos dois impérios coloniais.

A preocupação econômica, de tôdas, porém, foi a de maior peso. E tanto assim que, descobertos o ouro, a prata, e as espécies vegetais e animais que provocaram interêsse na Europa, não só os portugueses e es espanhóis prosseguiram no empenho do descobrimento e do empossamento das regiões que as bulas e o tratado de Tordezilhos lhes asseguravam. Os outros povos da Europa a que nos referimos lançaram-se a concorrência com êles, preocupados em dispor da riqueza e da força política de que aquêles faziam verdadeiro monopólio. Por meio de companhias de comércio e de colonização, os franceses, primeiro, depois os inglêses e os holandeses começaram a concorrência. A pirataria e o corso, empreendidos a êsse tempo, tomaram proporções tais contra os interêses das duas nações ibéricas que se viram êlas forçadas a preparar -se militarmente na defesa de suas terras coloniais, conduzindo para lá os elementos materiais e humanos necessários à garantia de seus direitos de sôberania.

Abriu-se, destarte, uma grande competição entre aquêles povos europeus. A europeização da terra, em consequência, passou a constituir mais vivamente um cometimento de acutadas características econômicas. Assim, para exemplificar, a expansão portuguesa ao longo do litoral, em direção à bacia amazônica e depois em direção ao oeste pelas águas dessa bacia fluvial, a penetração dos sertões pelos creadores de gado, pelos buscadores do braço gentio, pelos sertanistas que descobriram o ouro das Gerais, de Mato Grosso e de Goiás, a expansão em direção ao Prata, são sucessos memoráveis de uma ampla política de finalidades econômicas impressionantes. A conquista do México, da América Central, do Perú, da Bolívia, do Chile, do Prata pelos espanhóis não foi mais que uma série de episódios objetivando a obtenção da riqueza mineral que se afirmava existir naqueles distritos do império em formação. O estabelecimento dos franceses nas costas do Brasil, no Canadá, na Acadia, na Terra Nova, na Luisiania visava o encontro da

especiaria que enriquecesse os descobridores e povoadores. A transladação dos ingleses para o litoral norte-americano, como antes para a Guiana e para a Amazônia, constituíram capítulos da atividade mercantil que elles estavam desenvolvendo. Os holandeses, quando empreenderam a conquista da região nordestina do Brasil, não tinham finalidade maior que a da posse da riqueza representada no açucar ali produzido intensamente. O transporte de negros da África não foi mais que uma atividade econômica consequente da necessidade de braços para as lavouras e para a mineração em face da resistência, oposta pelo genio, ao trabalho regular imposto pelos europeus.

Os fundamentos da colonização da América, portanto, se obedeceram a imperativos políticos e religiosos, foram, porém, muito mais impulsionados pelos imperativos econômicos. No decorrer deste curso teremos occasião de apurá-los mais minuciosamente, procurando dar a cada um d'elles a ponderação que merece.

Los dos primeros artículos, que son los de carácter político, decían textualmente:

"Primeramente, que sus Altezas, como señores de los mares Oceanos, hazen desde agora a don Christoval Colón su Almirante, en todas aquellas islas y tierras firmes que por su mano e industria se descubrieran o ganaran en los dichos mares Oceanos, para durante su vida y después de muerto a sus herederos y sucesores de uno em otro perpetuamente, con todas aquellas preeminencias y prerrogativas pertencientes a tal oficio, y segun que don Alonso Enriquez, su Almirante mayor de Castilla, y los otros predecesores en el dicho oficio lo tenían en sus destritos."

"Otrosi, que sus Altezas hazen al dicho don Christoval su Visorrey y governador general em todas las islas y tierras firmes que (como dicho es) él descubriere o ganare en los dichos mares, y que, para el regimiento de cada una, o qualquier de ellas, haga elección de tres personas para cada oficio y que sus Altezas tomen y escojan uno, el que más fuere su servicio, y así serán mejor regidas las tierras que nuestro Señor le dejara hallar o ganar a servicio de sus Altezas."

"Item, que de todas y cualesquier mercaderías, siquiere sean perlas, piedras preciosas, oro, plata, especerías, o otras cualesquier cosas o mercaderías, de qualquier especie, nombre o manera que sean, que se comprasen, trocassen, fallasen, ganasen o oviessen, dentro de los límites del dicho almirantazgo, que dende agora sus Altezas hazen merced al dicho don Christoval, y quieren que aya y lleve para sí la décima parte de todo ello, quitadas las costas que se hizieren en ello: por manera que de lo que quedare limpio y libre, aya y tome la décima parte para sí mismo y faga de ella a toda su voluntad, quedando las otras nueve partes para sus Altezas".

"Otrosí, si a causa de las mercaderías que él trajera de las dichas islas y tierras que así (como dicho es) se ganaren o descubrieren, o de las que en trueque de aquellas se tomaren acá de otros mercaderes, naciere pleito alguno, en el lugar a donde el dicho comercio e trato se tendrá o hará, que si por la preeminencia de su oficio de Almirante, le pertenecerá conocer de tal pleito, plega a sus Altezas, que él o su teniente, y no otro juez conozca de tal pleito si pertenece al dicho oficio de almirante, segun que lo tenía el Almirante don Alonso Enriquez, o los otros antecessores en sus destritos y siendo justo."

"Item que todos los navíos que se armaren para el dicho trato y negociación, cada y quando y quantas veces se armaren, pueda el dicho don Christoval Colón, si quisiere contribuir en pagar la octava parte de todo lo que se gastare en el amazon, y que tambien aya y lleve del provecho la octava parte de lo que resultare de la tal armada"(22).

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO
Professor: Arthur Cesar F. Reis

IV - A Administração colonial espanhola.

O estabelecimento dos espanhóis no Novo Mundo teve início com a fundação dos núcleos antilhanos, por Cristovam Colombo. Pelas "Capitulações de Santa Fé", que já tivemos ocasião de analisar neste curso, o descobridor possuía o direito de governar, com os títulos de "Almirante e de Vice-rei", os territórios que estava incorporando a grandeza de Espanha. No exercício desse direito que lhe outorgara D. Fernando, Colombo praticou, com os primeiros atos de soberania, de ocupação, de colonização, as providências de natureza político-administrativa que lhe cabiam. Nomeou funcionários, baixou atos que, de certa maneira, foram as leis pelas quais se iniciou a vida legislativa do Novo Mundo, criou cargos, como o de adelantado, de capitão, lugar-tenente, alcaide maior, etc. Fez obra política, lançando as bases do grande império de que Espanha se ia orgulhar pelos tempos adiante. Sua ação limitou-se às Antilhas, encerrando-se em 1500 quando foi despojado dos títulos de "Vice-rei e Governador", que se lhe concedera nas Capitulações.

A medida, porém, que o império se ia ampliando através os novos descobrimentos e das conquistas empreendidas por Cortês, Pizarro, Almagro, Benalcazar e muitos outros. fazia-se necessário a organização do Estado pela presença das autoridades que policiassem os costumes, estabelecessem a necessária disciplina, constituíssem, dentro de fórmulas cristãs, a família, a sociedade, criassem, em fim, a ordem pública e privada sem a qual o Novo Mundo não passaria de um imenso campo de aventuras sem freio.

Esse aparelhamento do Estado espanhol no Novo Mundo, de acôrdo com o espírito nacional dos conquistadores, foi sendo realizado, à medida que se ia sentindo o imperativo de maiores providências e de um melhor equipamento dos serviços públicos, com uma aparatosidade espetacular. A conquista fôra uma empresa realizada principalmente pela iniciativa privada, mas a que o Estado espanhol não estivera indiferente, antes facilitando-a, amparando-a, fomentando-a. Não se diga, pois, que Espanha ignorou os domínios que estabelecia, dêles apenas procurando o rendimento imediato, representado no ouro e na prata do México, do Peru, da Bolívia ou a êle comparecendo unicamente através os funcionários do fisco. Ao contrário, pelo que sabemos hoje, a uma análise serena e minuciosa de quanto Espanha realizou, a interferência oficial foi permanente, eficiente e ampla. E ao mesmo tempo que permanente, eficiente e ampla, caracterizada por uma maquinaria luxuosa, e por uma verdadeira torrente legislativa, que emanava de Espanha ou era decretada na própria América, mas cujo cumprimento constituiu verdadeira hipótese. Vejamos, pois, como esteve organizada a

sa máquina.

A primeira autoridade nomeada para o Novo Mundo ainda ao tempo de Colombo e de certa maneira desprezando ou desrespeitando o que se lhe concedera ou atribuíra nas Capitulações de Santa Fé e Granada, foi o comissário real, que teve uma função policiadora. Examinava em silêncio a situação criada pelo descobridor e informava o Rei dos desacertos ou do que de útil se estava fazendo em benefício coletivo. Esse funcionário, em consequência, teve um período de atuação muito limitado. Os outros foram os encarregados dos negócios da fazenda real, ao lado dos quais encontramos os encarregados dos negócios da justiça.

A seguir, veio o "Adelantado" de nomeação régia. Em geral, escreve Ôts Capdequi, os "Adelantados" eram os conquistadores que recebiam a incumbência de comandar as expedições de penetração e de estabelecimento da soberania espanhola. Com o título de "Adelantado", cuja origem remonta à idade média, concedia-se-lhe geralmente o de governador. O "Adelantado", em consequência, finda a missão política da conquista, normalizada a situação, estabelecidos os núcleos de povoamento, imposta a soberania espanhola sobre a gentilidade local, assumia as funções de governador, praticando todos os atos que lhe eram inerentes.

Os Adelantados, por sua vez, não tiveram atuação muito longa. Quando terminou o século XVI, já não possuíam mais os poderes iniciais, nem mesmo expedindo-se novos títulos, pelo menos com a intensidade dos primeiros tempos. Estava, então, encerrada a fase da conquista passando-se a viver a grande experiência da dominação mais ou menos mansa. E com os tempos novos, estavam em plena função outros representantes do Estado. O aparelhamento administrativo alterara-se profundamente. Possuía suas características fundamentais que só em fins do século XVIII seria alterado numa tentativa vã de impedir que a autonomia pugesse fim ao império.

Em suas linhas centrais, a máquina político-administrativa funcionava assim: em Espanha, o Rei, o Conselho das Índias e a Casa de Contratación; na América, que desde o descobrimento se chamava, na linguagem oficial, "Índias Ocidentales de Castela", havia vice-reinados, capitánias gerais, audiências, governações, reduções.

S. Magestade era a cúpula do sistema. Nêle residia a soberania nacional. Em consequência, era a autoridade suprema, que tudo decidia com acerto e propriedade sem que, de suas decisões, houvesse qualquer apelação para sentença final. Era, assim, a última instância. Podia, por tudo isso, delegar poderes. A seu lado e agindo em seu nome, por autorização sua, de ordem sua, havia uma espécie de secretário de câmara, conselheiro, funcionário de confiança que lhe prestava cooperação, assistência, mas nunca praticava atos em seu nome individual.

O Conselho das Índias nasceu da necessidade de decidir dos problemas referentes ao Novo Mundo com a objetividade que êles exigiam. A princípio, êsses assuntos estavam a cargo de homens da confiança régia. Posteriormente, pelo volume sem-

pre crescente dos assuntos em causa, passaram êles a um grupo de membros do Conselho Real de Castela. Chamou-se êsse grupo de Junta de Índias. Por fim, transformada e regulamentada, a Junta em 1524, deu origem ao "Real e Supremo Conselho das Índias". Cabia ao Conselho o estudo de todos os problemas de natureza política do Novo Mundo espanhol. Nomeava funcionários, mandava proceder a inquéritos, dava sentenças, funcionando como tribunal, legislava, estabelecia normas para a administração, ouvia reclamações, decidia pleitos, informava Sua Magestade do andamento das coisas do império, sugeria providências que devessem receber, para sua execução, a palavra final do monarca. Sofreu mais de uma reforma. Era constituído de funcionários civis, militares e eclesiásticos, pois, inclusive, conduzia a máquina estatal no tocante aos interesses religiosos. Funcionava em Sevilha quando foi extinto. Já perdera sua unidade e sua importância capital com a criação de câmaras e pequenos outros organismos que lhe completavam as funções a que lhe absorviam essas funções.

A Casa de Contratação tinha finalidade econômica. Subordinava-se ao Conselho. Estuda-la-emos quando detivermos nossa atenção no exame do processo econômico da América espanhola. Por agora saibamos apenas que tinha sede em Sevilha, de onde posteriormente sairia para funcionar em Cadiz. Foi extinta em fins do século XVIII.

Os Vice-reinados foram inicialmente criados no México e Peru. Século XVI. No século XVIII foram criados o do Prata e o de Nova Granada. Visou Espanha, ao dar-lhes forma e conteúdo jurídico, manter, nos domínios que estavam crescendo, autoridades investidas de poderes e de suficiente esclarecimento, outorgado pelo próprio monarca, para resolver os problemas que exigiam solução imediata ao mesmo tempo que impunham aos territórios que administravam uma consciência de sua importância como partes integrantes do império. É preciso, a essa altura, registrar que em Espanha não se consideravam os territórios do ultramar como mero espaço colonial. Ao contrário, tais territórios compunham províncias do império, sujeitos a legislação especial, é certo, mas nem por isso deixando de constituir partes da monarquia, o que faz compreender melhor a significação do Vice-reinado no quadro político do Estado.

Os Vice-reis, geralmente recrutados nas fileiras da melhor nobreza espanhola, possuíam um conjunto imenso e complexo de atribuições. Praticavam atos com um sentido universalista que nenhum outro funcionário podia praticar. Expediam instruções aos subordinados, cobrindo o campo administrativo, judiciário, eclesiástico, militar, fiscal econômico. Suas ordens tinham caráter legislativo. Informavam o monarca da marcha dos negócios a seu cargo. Ao terminarem seu período de mando, apresentavam memória circunstanciada de sua gestão, indicando providências, fazendo sugestões, que deviam valer a seus sucessores. A princípio eram de nomeação vitalícia, depois passando a um período de três e por fim cinco anos. Estavam, apesar de toda a magnificência de que vinham investidos, sujeitos aos "juizos de residência", que eram verificações procedidas em seu governo por funcionários enviados pelo Rei para apurar as acusações feitas. Êsses funcionários apresen-

tavam relatório final do que fora verificado ou ao monarca ou ao Conselho das Índias, para a decisão final.

As Capitanias gerais eram constituídas pelos territórios que, desligados dos Vice-reinados por motivos político-militares ou mesmo econômicos, em consequência exigiam a presença de funcionários que, com maior soma de mobilidade, pudessem decidir assuntos de certa monta com rapidez e objetividade. Os Vice-reis, vivendo distantes desses territórios, não lhes podiam, em consequência, dar a assistência imediata. As Capitanias gerais ao expirar o domínio espanhol eram: Guatemala, Venezuela, Chile e Havana.

As "gobernaciones" compreendiam os espaços menores dos Vice-reinados e Capitanias gerais. Equivaliam a províncias integrantes dessas unidades. Foram criados objetivando a garantia das fronteiras. Seus dirigentes, os governadores, exerciam funções administrativas de pequena alçada e com elas as militares inerentes à condição de defensores, pelas armas, da integridade do território. Governações foram, entre outras, o Paraguai, Flórida, Porto Rico, Cumaná, Santa Marta, Cartagena, Honduras, Yucatan, etc.

As reduções, comunidades de caráter religioso entravam no enquadramento político-administrativo do Estado. E que em face das ligações e intimidades existentes entre o Estado espanhol e a Igreja Católica, pelo que possuía Sua Magestade o monarca de Espanha o direito de Padroado, motivo por que nomeava autoridades e eclesiásticas no seu império sem a audiência prévia do Papa, todos os elementos religiosos que atuavam no império eram considerados a serviço dos interesses do Estado. As fundações indígenas, embrião de núcleos políticos cuja organização cabia às ordens Religiosas, em consequência, embora libertas de interferência permanente das autoridades civis e militares espanholas, valiam como unidades administrativas de caráter particular. Exemplo: as reduções do Paraguai, de Moxos, Chiquitos, Maynas, Orenoco, Califórnia, etc.

As audiências eram organismos de finalidade judiciária. Supletivamente, todavia, exerciam, nas ausências, nos impedimentos, dos Vice-reis e Capitães gerais, as funções governativas deles. Com o caráter de tribunal, julgavam. Com o caráter administrativo que possuíram nas regiões onde aquelas autoridades tinham um império de menor proporção criado pelas condições geográficas e muitas vezes sociais, baixavam atos, atuavam no setor administrativo. Tinham aparatosidade. Como dos atos das autoridades maiores e menores dos Vice-reinados e Capitanias e Governações, cabia recurso para as Audiências, elas aos poucos foram assumindo um caráter onipotente. Os incidentes que sustentaram com aquelas autoridades, como é natural, não eram em número diminuto. Ao contrário, constantes. A autoridade das Audiências, porém, foi sempre mantida. Sua criação não obedecia ao critério da existência de um Vice-reinado ou de uma Capitania geral, mas, às necessidades regionais. Assim, houve Vice-reinados e Capitanias gerais onde encontramos em pleno funcionamento mais de uma Audiência.

Os Cabildos, que equivaleram, de certa maneira, aos nossos Conselhos, funcionavam como órgãos de império, restritos

ao campo das cidades. Escolhidos pelo voto dos moradores, tinham seu exercício assegurado pelo espaço de um ano.

Nos casos de perigo iminente, funcionavam com a presença das outras autoridades e comparecimento do povo. Chamava-se à reunião e à deliberação conseqüente, o "cabildo abierto". Os Cabildos, como os nossos conselhos, valeram como força disciplinadora da vontade popular. Expressaram os anseios coletivos. Compareceram à presença das autoridades maiores e menores advogando os interesses gerais. Pleitearam perante os monarcas, por intermédio de seus procuradores. Nas cidades de maior importância, ao lado dos cabildos, existia um funcionário de nomeação régia, espécie de governador municipal. Era o alcaide mayor. Nas cidades de importância secundária, esse funcionário era o alcaide menor.

A movimentação de tôda essa maquinaria administrativa, que se completava por um corpo imenso de funcionários menores, aumentada nos fins do século XVIII pela criação dos chamados "intendentes", de funções militares e administrativas exercidas em territórios de menor tamanho que as "governanças", deu em resultado a expedição daquela verdadeira chuva de leis "cédulas", regimentos, instruções, decisões, sentenças com caráter administrativo. Houve, por isso, necessidade de realizar a codificação de todo esse amontoado de atos. Em 1680 foi feita a codificação por uma comissão de nomeação régia. Chamou-se ao texto que resultou do trabalho da comissão- "Recopilacion de las Leyes de Indias". Saiu em quatro volumes. Prosseguiu a expedição de atos, já nos fins do século XVIII, além dos vários trabalhos dos exegetas, como Juan de Solorzano Pereira, que escreveu a famosa "Política Indiana", tomavam-se providências para uma nova codificação quando os sucessos que levaram à independência puseram termo a essa tentativa de disciplinação legislativa. Os cedulários, todavia, foram abundantes. Iniciativa privada, seriam pontos de partida para a execução do projeto final.

Bibliografia

- J.M. Ots Capdequi- El Estado espanhol en las Indias. México-1941.
 J.M. Ots Capdequi-Manual de História del derecho espanol en las Indias - B. Aires. 1945.
 Niceto Alcalá Zamora-Nuevas reflexiones sôbre las leyes de Indias - B. Aires. 1944.
 R. Levene - Introduccion a la historia del derecho mediano-B. Aires. 1924.

-:--:--:--

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

22/10/48

IX - A organização econômica da América espanhola. A circulação dos homens e das mercadorias.

Não eram boas as condições econômicas de Espanha por ocasião do descobrimento da América. Tendo encerrado, fazia pouco, a obra de reconquista territorial, esgotara-se no empreendimento bélico. De outro lado, por motivos religiosos, perdera a cooperação efficientíssima dos judeus, mandados sair do país, os quais constituíam a maior força organizada da economia nacional. A agricultura, ocupadas as terras pela Mesta, gigantesca organização corporativa que comandava o negócio da criação de gado, estava atrofiada. Não havia indústrias organizadas. A moeda, pela imensidade do império, que compreendia espaços em vários trechos da Europa (Países Baixos, Itália, Alemanha) era a mais variada, o que trazia, como é natural, grandes perturbações ao giro dos negócios, do mesmo passo que perturbava a unidade político-econômica. Com o descobrimento, essa situação não se alterou para melhor. Porque, adotando uma política monopolista, mas não se orientando no sentido de aproveitar o que o Novo Mundo lhe mandava para o desenvolvimento de seu pequeno parque industrial nem possuindo mesmo aquele instinto econômico que é uma das características mais profundas dos ingleses, reduziu-se como Portugal, a servir de entreposto para essa produção colonial, que exportou ou vendeu ao estrangeiro, quando não a viu passar as mãos desse estrangeiro pela obra ousada dos contrabandistas, dos piratas, que lhe absorveram grandes porções da riqueza mineral, extraída da América.

Na América, de seu lado, os povos nativos que a ocupavam, apresentavam, em matéria econômica, as mesmas condições de diferenciação que os distinguiam no campo político e cultural. Porque se uns haviam realizado grandes trabalhos de agricultura de espécies vegetais necessárias à alimentação e à utilização industrial, outros continuavam, como já sabemos, no ciclo da coleta, da caça, da pesca. Nenhum porém, domesticara ou fazia criação de animais. Desconheciam todos o cavalo, o boi, o porco. Os mais adiantados, como os Aztecas, os Incas, os Mayas e os Chibchas, trabalhavam maravilhosamente bem o ouro e fabricavam tecidos de algodão e de outros materiais textéis, inclusive produzindo panos a cores.

Estabelecendo-se na América, Espanha iniciou ime-

diatamente, aliás de acôrdo com o espírito da época, que não admitia a interferência, nos negócios mercantis dos estados, de qualquer elemento não nacional, o exercício da política de monopólio. Esse monopólio significava que nem navios nem mercadores que não fossem espanhóis, a princípio apenas das regiões de Castela e posteriormente de todo o espaço hispânico da península, podia exercer atividades de comércio com o império ultramarino. E' certo que ao tempo em que o império, na Europa, abrangia aqueles espaços a que nos referimos de início, os nacionais deles foram autorizados a participar do empreendimento econômico, comerciando com a produção americana, desde a sua coleta à sua entrega aos mercados consumidores. Toda essa participação de estrangeiros, todavia, foi controlada, fiscalizada, produzindo frutos de pequena expressividade. A partir do tratado de Utrecht, apesar de ser Inglaterra a nação que competia, no Novo Mundo, mais intensamente com Espanha, por todos os meios e modos procurando prejudicar-lhe os interesses, obteve ela o direito de trazer à América Espanhola um barco que podia negociar com as populações americanas, carregando mercadorias da produção local e desembarcando a que porventura trouxesse a ilha.

O sistema do monopólio, todavia, foi o sistema vigente do decorrer de todo o ciclo espanhol na America. E sua aplicação, como o exercício de todas as operações mercantis, estava a cargo da Casa de Contratacion, que funcionava em Sevilha e por fim foi estabelecida em Cadiz. A Casa de Contratacion, subordinada ao Conselho das Índias, verificava a identidade de todos os "passageiros a Índias", dava licenças para a viagem dos navios, recebia a produção do Novo Mundo, recolhendo-a a armazens próprios; fazia a política da compra e venda das mercadorias de importação e exportação, funcionava como tribunal de comércio e navegação, realizava todos os atos que diziam respeito à navegações e identificação das terras do império, para isso fazendo levantar os mapas, as relações de viagem, a exploração do interior das colonias. Era de sua obrigação a nomeação do chamado "Piloto Maior de Indias". Possuindo um controle absoluto em matéria econômica, a Casa de Contratacion foi o aparelhamento burocrático de que se valeu o estado espanhol para manter o domínio no particular da vida econômica. De certo, portanto, sua importância foi muito mais profunda que a do próprio Conselho das Índias, de competência mais política.

Mineração - Cogitação mais profunda dos espanhóis da conquista, representou o fundamento inicial do empreendimento colonial. Encontradas as minas do México, da Colombia, do Perú e da Bolívia, foram exploradas intensamente, ora adotando-se os processos de trabalho dos próprios nativos, ora adotando os sistemas trazidos pelos negros importados para tais misteres, como no Brasil. A princípio, a exploração foi feita por prazos fixos, pelos próprios descobridores, reservando-se a Corôa uns tantos porcentos sobre a produção. Depois, adotou-se o sistema da exploração direta pela própria Corôa, que foi for

çada a manter um exército de funcionários encarregados da fiscalização. A seguir, adotou-se o do estanco. Já no século XVIII, passou-se ao arrendamento a grêmios de mineiros, que, na realidade, não era senão uma associação de capitalistas que pagavam ao estado determinados impostos e taxas, sob fiscalização do mesmo estado. Ao lado do arrendamento havia o sistema do "assiento", que consistia no contrato de exploração por particulares, pago imediatamente o valor do contrato ao estado.

Dentro desses processos, exploraram-se minas de ouro, prata, cobre, estanho, mercúrio. As minas mais famosas foram as de Potosí, (prata), e Guanajato e Zacatecas (ouro). Sendo a preocupação maior dos espanhóis a mineração, deu margem a abundantíssima legislação ao mesmo tempo que a uma literatura interessante, seja acêrca das regiões de exploração, seja acêrca de processos de trabalho, valorização e comércio da produção mineira.

Agricultura - Embora preocupados fundamentalmente com a mineração, os espanhóis voltaram-se igualmente para a atividade agrária, sem o que não encontraríamos os recursos alimentares de que careciam para a efetivação do próprio empreendimento mineiro. E' preciso, aliás, de logo registrar que, certa de que se fazia necessário trabalhar a terra para dela tirar igualmente recursos que podiam ser ponderáveis na vida econômica local e nacional, a Corôa espanhola baixou instruções muito positivas para que os colonos fizessem agricultura. Concedeu, por exemplo, facilidades aos lavradores que emigrassem para as colonias. Fez distribuir espécies vegetais para que fossem aclimadas no Novo Mundo. Mandou aproveitar as espécies nativas de rendimento econômico apreciável. Concedeu favores e mercês aos que se adaptassem ao empreendimento agrário, inclusive facilidades para a exportação de sua produção. Impôs multas aos que, recebendo terras para a lavoura, deixassem transcorrer dez anos sem trabalhá-las. No tocante, por exemplo, às espécies florestais, proibiu a destruição, ou o corte impiedoso das árvores que porventura tivessem aplicação industrial apreciável. Exemplificando, podemos mencionar as ordens para que, nas áreas onde se fizesse a produção de embarcações de alto bordo, o corte devia atender restritamente às necessidades da construção. Assim, os cedros, considerados como uma espécie de alto valor mercantil, foi objeto de especial proteção para que se evitasse o desaparecimento do tipo florestal. Nas propriedades agrárias, os senhores, de seu lado, para evitar a destruição das espécies valorizadas, deviam fazer o plantio intensivo de árvores de pouca significação econômico-mercantil para utilizá-las como carvão e lenha.

Dentro dessa preocupação, fizera-se extensas plantações de espécies frutíferas, de cana, de cacau, de café, de trigo, de tabaco, algodão, de copal, de pimenta, bananas, milho, que autorizaram exportações de vulto ou foram objeto de algum comércio interprovincial, e em certas regiões constitui

ram mesmo o fundamento único das atividades como é o caso do tabaco e da cana em Cuba, São Domingos; do cacau na Venezuela, do milho e das frutas no México, etc.

Criação do gado - Trazido do Velho Mundo para as Antilhas e posteriormente para as terras firmes do continente, o gado vacum, cavalari e suino adaptou-se ótimamente ao meio geográfico. A criação vacum principalmente, nas regiões do Prata, de Moxos, e Chiquitos e nos lhanos venezuelanos. Em Moxos e Chiquitos, os grandes criadores, inicialmente, foram os missionários jesuítas. Na zona do Prata, encontramos a rigor duas origens para os rebanhos da atualidade: um plantel foi constituído com os exemplares levados, ao Paraguai, de São Vicente; outro resultou dos exemplares ali introduzidos por Juan de Garay.

A criação suína deu-se melhor ou foi mais decisivamente incentivada no Equador. No Perú, a criação de maior monta foi a de lhanas. E quando dizemos Perú referimo-nos ao país desse nome, da atualidade, e à Bolívia então parte integrante do Vice-reinado peruano. A criação cavalari intensificouse no Prata, no México e na Venezuela. Houve mesmo, no México, uma ativa criação de mulas, utilizadíssimas no transporte e por isso mesmo procuradíssimas nas grandes feiras que ali se realizavam. A criação lanífera, igualmente intensificada, desenvolveu-se no México. Tendo desconhecido os animais úteis ao homem no ciclo anterior ao domínio espanhol, as terras do império, que aquêles peninsulares dominaram em menos de cem anos estavam povoadas por muitas centenas de milhares de espécies que tanto o advena como o nativo empregavam no transporte, na alimentação e no comércio.

Indústria - Conquanto não possuísse um parque industrial que merecesse menção particular, a Espanha não se descuidou de montar, na América, as indústrias que o meio autorizava. Assim, além da indústria de tecidos a que o próprio gentio estava habituado e à da mineração, a que êle igualmente se afeiçoara de longa data, montaram-se: estaleiros para construção de embarcações de pequeno e grande calado, seja nas Antilhas, seja na Sulamérica e no México e América Central; fábricas de cigarros, de móveis, de curtir couros, de carnes salgadas, de manteiga, de peixes salgados, de conservas alimentícias (animais e vegetais). Produziu-se intensamente óleo de baleia. Trabalhou-se na exploração e beneficiamento de sal.

As indústrias de maior tomo, maior importância pelo volume e valor da produção, pelo capital nelas empregado, pela significação quantitativa da mão de obra que movimentava, foram, porém, a do açúcar e a de tecidos. Aquela, nas Antilhas, em Cuba principalmente; esta, no México e no Perú.

Comércio externo - As operações mercantis de caráter externo, mantidas sob o sistema de monopólio, de acordo com o espírito da época, recordemos sempre, foram realiza-

das através os chamados portos autorizados. Assim, inicialmente apenas Sevilha podia expedir barcos de comércio para o império e receber barcos que viessem dali. Posteriormente, outros portos como Cadiz, Cartagena, Bilbao, San Sebastian, Bayona, Coruna, Malaga se viram beneficiados com autorização para realizar diretamente operações de comércio com a América. Nesta, de seu lado, havia a mesma política. Em consequência, apenas Havana podia, nos primeiros tempos, manter contacto com Sevilha. Com o andar dos tempos inclusive a ocupação da terra firme, essa situação se foi modificando. E além de Havana, que perdeu aos poucos, sua importância, Vera Cruz, Cartagena das Índias e Porto-Bello entraram a servir como portos autorizados para exportação e importação de mercadorias. Esta, para servir ao Pacífico através o istmo; o segundo para a Sulamérica atlântica e o primeiro para o México. Só no século XVIII se alterou de vez tal situação com a criação de outros portos, no Atlântico e no Pacífico.

As viagens, perigosas devido à presença de corsários que tinham seu quartel general na Tortuga e em outras pequenas ilhas, eram realizadas sob a proteção de embarcações de guerra. Formavam-se grandes comboios que partiam em épocas predeterminadas dos três referidos portos e se encontravam à altura de Havana para constituir uma só frota que demandava Espanha. Nas costas espanholas, à época em que devia aportar a frota vinda da América, saiam ao mar reforços, inclusive pequenas embarcações do fisco, que deviam evitar os ataques dos piratas argelinos e impedir que, ao se aproximarem, as embarcações que chegavam realizassem o contrabando com os mercados das cidades situadas ao longo do litoral.

Comércio interno - Este processava-se sob grandes restrições. A bom dizer quase que era vedado. Porque a Espanha desejava que só as mercadorias que exportava fôsem objeto de giro mercantil. O que se produzisse nas coloniais, em consequência, não podia ser negociado de um Vice-reinado a outro, de uma Capitania, de uma gobernacion a outra. Regiões, por exemplo, como a do Prata, impedidas pela distância de receber em quantidade e com certa regularidade as mercadorias exportadas de Espanha, se viram na contingência de atirar-se ao comércio ilícito, comércio seguido por tôdas as demais regiões americanas. Nesse particular do tráfico ilícito, irregular, melhor dito contrabando, os portugueses e os ingleses tiveram a palma, através a Colônia do Sacramento que foi, destarte, mais que uma praça forte, um empório de contrabando que deu vitalidade econômica a uma vasta área do império espanhol, pois o comércio que animou estendeu-se até o Potosi e ao Chile.

Mão de obra - o recrutamento do braço para as atividades econômicas foi realizado no seio da gentilidade e na contribuição forçada que veio da África. Os negros, na condição de escravos, serviram nas tarefas da mineração e do trato da terra. O gentio, na mineração e na criação do gado.

Mais abundante, mas de certo modo aqui e ali rebelde ao empreendimento agrário, o gentio da terra se não foi escravizado sob o manto da lei, como o negro, nem por isso se viu, na realidade, mais livre que aquêles. Assim é que, determinando a legislação decretada de Espanha que ninguém lhe tirasse a liberdade, e havendo necessidade de braços para a movimentação da máquina econômica, foi solicitado a cooperar com o espanhol, êste, porém, na condição de senhor maior das terras melhores aproveitáveis. Imaginaram-se, então, sistemas de organização de trabalho, como a encomienda e a mita, objetivando usar o braço do gentio sem ferir a vontade régia, expressa na legislação.

No sistema da "encomienda" havia a entrega de grupos de índios a proprietários, os "encomenderos"; que, em paga aos serviços que êstes lhe prestassem na exploração do solo, dar-lhes-iam, com a condição de dignidade humana a que estava o senhor habituado no Velho Mundo, todos os socorros espirituais e materiais de que carecessem. Na mita, já não havia a mesma obrigação do senhor, o qual pagava um salário ao trabalhador indígena, o "mitaio", dêle podendo e devendo exigir uma prestação de serviço, por longo prazo, para a exploração das minas.

Aspectos finais - Na realização de sua política econômica na América, Espanha valeu-se, como tôdas as outras nações coloniais, das companhias de comércio. A mais famosa foi a "Companhia Guipozcoana", de Caracas, que fomentou o desenvolvimento da lavoura cacoeira naquela Capitania.

Já no final do século XVIII, aos influxos das novidades que alteravam a fisionomia mundial, Espanha cogitou de introduzir grandes reformas na estrutura da colônia, no setor econômico, inclusive. Cedendo à evidência das reflexões que da própria América lhe enderaçaram governantes e governados, abriu portos, como Buenos Aires, e autorizou comércio com o estrangeiro. Sociedades Econômicas, fundadas nas províncias espanholas para estudar os problemas regionais e nacionais, visando restaurar o país, serviram de modelo a sociedades de idêntica finalidade que se constituíram na América e, núcleos de idealismo, adiantaram-se até o sentimento de independência. De tôdas essas sociedades a mais famosa foi a que se estabeleceu em Cuba e ainda na atualidade existe.

...?...

BIBLIOGRAFIA

- PEDRO M. OLIVEIRA - La política econômica de la metropoli, Lima, 1915.
RICARDO LEVENE - La política econômica de España en América y la revolución de 1810. Buenos Aires, 1914
CLARENCE H. HARING - Comercio y navegacion entre España y las Indias. México, 1939.

- RICARDO CAPPA - Estudios criticos acerca de la dominacion es
panola en America. Madri. 1889/97
- GERVASIO ARTINANO Y DE GALDEANO - História del comercio de
las Indias durante el dominio de los Austrias
Barcelona.
- RICARDO LEVENE - Investagaciones acerca de la Historia Econo
mica del Virreihato del Plata. La Plata. 1927
2 vols.
- LUIS ROQUE GONDRA - Historia Economica de la Republica Argenti
na . Buenos Aires. 1943
- EMILIO CONI - Agricultura, comérccio e indústriá coloniales-
Buenos Aires. 1941.
- CESAR A. UGARTE - Bosquejo de historia economica del Perú -
Lima. 1920.
- EMILIO ROMERO - Historia Economica y Financiera del Perú -
Lima, 1937 - 1º volume.
- CASTRO ROJAS - Historia Economica y Financiera de Bolivia -
La Paz. 1916.
- DANIEL MARTINER - Historia Economica de Chile. Santiago. 1929
- AGUSTIN CUE CANOVAS - Historia social y economica de Mexico.
1521/1810.- Mexico - 1946.
- H.E.Friedlander - Historia Economica de Cuba - Havana- 1944.

--x--

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO DO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

V - A Administração colonial portuguesa.

Os portugueses, quando iniciaram a ocupação do litoral brasileiro que lhes cabia pelo ajuste tordesilhano, já dispunham de uma experiência política e colonial ponderável, que cobria, inclusive, os aspectos políticos da ação a desenvolver nos territórios até onde vinham chegando com a expansão imperial. Essa sua tradição política datava do século XI, quando fora constituída a nacionalidade, estabelecendo-se, então, os lineamentos da monarquia e com ela as do estado de caráter absolutista, mas de índole paternal. Seus legisladores haviam proporcionado à velha nação um conjunto de leis que garantiam às classes sociais o seu desenvolvimento, a sua movimentação dentro de um ritmo de vida apreciável. Funcionavam Cortes. Havia distribuição da justiça por intermédio de funcionários especializados. O povo decidia de seus destinos, de certa maneira, pela participação intensiva nos negócios da administração, ora através das corporações em que estava organizados os ofícios, ora pela interferência de seus representantes nas próprias Cortes. O direito de petição perante o monarca era um direito secular, que já estava integrado à natureza dos costumes e dos usos políticos. Os conselhos possuíam capacidade muito ampla de expressar os anseios coletivos e de regular a vida local, as sentando as medidas dentro das quais se processava a evolução das sociedades regionais. O sistema feudal não possuía aquelas características que vamos encontrar na França, na Britânia, na Europa Central. Os senhores não dispunham, em consequência, da força que tanto lhes dera peso na formação política dos demais trechos da Europa Ocidental e Central. Sua Magestade não lhes reconheceu aqueles direitos quase magestáticos, para cujo controle tanto tivera de lutar, em França, o rei Luis XI. Não se conheciam, em Portugal, as diferenças regionais de profundidade que dividiam, que pluralisavam Espanha. Ao contrário, em Portugal, o estado era indivisível, não só na ordem jurídica como na consciência nacional.

Atravessando o Atlântico para vir criar o Brasil, os portugueses, encontrando um ambiente que não lhes fornecia aquelas mesmas utilidades econômicas que estavam encontrando no Oriente, mas apenas uma produção comerciável de pouco rendimento, iniciaram a experiência do domínio sobre a nova terra pela instalação de feitorias, pelas concessões feitas aos mais ousados, aos que se dispunham a vir tentar a fortuna num feito que não augurava grandes êxitos.

Em face, porém da concorrência francesa, que crescia dia a dia, Portugal - compreendendo que a perda daquela posição

talvez criasse maiores dificuldades para a integridade do império africano e oriental, dado que a costa brasileira poderia vir a transformar-se numa espécie de cabeça de ponte para futuras sortidas contra o império, tomou-se de precauções. Foi só as contingências decidindo empreender a ocupação mais direta, mais permanente do Brasil. Concederam-se, então, as Capitânicas. Não se fazia, com elas, uma experiência. Essa fora realizada no Açores, na Madeira, com os melhores frutos. Valia, no Brasil, como a primeira providência de caráter político mais profundo no sentido na organização jurídica do novo espaço do império ultramarino. X O Donatário era investido de uma série de poderes. O donatário era o barão medieval. Tinha "a terra de juro e herdade" e rendia "preito e homenagem à coroa". A doação cabia ao Rei, em cujo nome se expedia a carta e o foral. Nesses dois títulos jurídicos, teve o Brasil as suas primeiras leis particulares, seus primeiros textos políticos. As Capitânicas eram inalienáveis e indivisíveis e se transmitiam por sucessão. A alienabilidade só era permitida pelo rei, quando solicitada. A sucessão era exclusiva, por não ser admitida qualquer partilha entre mais herdeiros e obedecia, de um lado, aos critérios da legitimidade e proximidade de parentesco".

Todos os encargos de defesa, de ordem, de progresso da Capitania, cabiam ao donatário, que invertia na doação, para o cumprimento desses deveres, o capital de que dispunha no Reino. Esses poderes, porém, não impediam a interferência régia que, em qualquer tempo, podia fazer-se sentir em benefício dos interesses magestáticos, o que equivalia dizer, da nação, representada na pessoa e na figura do monarca.

Falhando o sistema das Capitânicas, vamos então assistir a instalação do Estado que ia passar a tudo dirigir, pon-do termo à desordem e à dispersão governativa decorrente do sistema que se encerrava. Anulavam-se, de fato, os poderes outorgados aos donatários. E o Estado, com a sua aparelhagem, começou a funcionar pela existência dos funcionários nomeados: Governador geral, ouvidor geral, capitão-mor da costa, provedor-mor da fazenda. Para cada um desses funcionários expediu S. Magestade um regimento, que fixava o campo de ação, as regras dentro das quais podiam atuar. Tais regimentos foram sendo alterados, à medida que caminhava a conquista, surgiam problemas que exigiam solução administrativa. A experiência, de seu lado, indicando reformas, explicava as alterações que se fizeram.

O regimento do Governador, de 48 capítulos, expedido a 17 de Dezembro de 1548, é um verdadeiro estatuto político. Por ele tinha o Governador Geral atribuições bastantes para velar pelo indígena, aliar-se a ele, conceder terras, proibir a escravização do gentio, perseguir e exterminar os corsários, promover a construção de navios, estabelecer feiras nas vilas e povoações, taxar, realizar correição pelas Capitânicas, explorar e descobrir terras do sertão, fazer cavaleiros, promover o cumprimento da lei, resolver os casos omissos, zelar pela

ordem pública. Esse Regimento não vigorou até 1677, como está em todos os autores, pois em 1581, ao governador Manoel Telles Barreto foi entregue novo Regimento. E em Março de 1588 Francisco Geraldês, despachado para a grande função pública no Brasil, recebeu outro, de 53 capítulos, abordando os problemas que iam surgindo e dando as providências que a experiência das cousas da colônia indicava. E já em 12 de maio de 1577, a Lourenço da Veiga, fora expedido um "sumário de pouca importância", escreve com a segurança de todas as suas afirmações o insigne Capistrano de Abreu. Com o andar dos tempos o Governador geral foi perdendo a amplitude de sua ação. Os governadores das capitanias reais, criadas à medida que aumentava o povoamento e se ampliava o território brasileiro, mantendo contacto direto com o Reino, ignoravam a competência do governador geral. De outro lado, grandes áreas do Brasil, pela importância que iam alcançando, passavam a constituir capitanias gerais, a que ficavam subordinadas as capitanias menores ou de segunda ordem. Assim, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, eram capitanias subordinadas à Capitania de Pernambuco. A de Sergipe, à da Bahia; a do Piauí, à do Maranhão; a do Rio Negro, à do Pará. Por fim, nas regiões de fronteira, dentro do espaço das Capitanias, principiaram a funcionar pequenas unidades de caráter militar, espécies de "marcas" medievais, dirigidas por governadores militares, como foi o caso do alto Rio Negro, Rio Branco, Macapá, origem, portanto, mais distante dos atuais Territórios.

Esse sistema administrativo vigorou até o fim do período colonial. Em 1602, o Governador e Capitão-General da Bahia foi aquinhoado ou distinguido com o título de Vice-rei. A partir de 1763, todos os demais Governadores e Capitães-Generais da capital do Brasil, transferida para o Rio de Janeiro, receberam o título. Não se conhece ato dando forma orgânica ao Vice-reinado, conquanto ele fosse instituição velha no organismo colonial português, datando do período da dominação no Oriente, no século XVI. O que houve, no Brasil, foi, assim, apenas um funcionário graduado, o Capitão-General e Governador do Rio de Janeiro e territórios a ele subordinados ou sujeitos, distinguido com a concessão desse título. Por que a esses Vice-reis não se concederam poderes mais amplos, não se lhes atribuiu uma atuação que cobrisse, por exemplo, toda a área brasileira de norte a sul e em consequência lhe assegurasse uma supremacia sobre os mais governantes de Capitanias maiores ou menores. Face, por exemplo, aos Capitães-Generais de São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Pará, o Vice-Rei do Rio de Janeiro era um funcionário como eles, sem qualquer poder maior que o deles. Tanto os Governadores como os Vice-Reis, findo o período de mando eram sujeitos ao processo de residência, que servia como ampla sindicância à volta de nova gestão. Dissemos acima que esse sistema de administração vigorou até findar o período colonial português. É preciso esclarecer que, no tocante à divisão do país, em 1621 houve uma alteração. É essa constou da separação do extremo-norte, a partir do Ceará até a Amazônia, que passou a constituir um novo Estado - o do Maranhão e Grão Pará,

com sede em São Luiz. Tal Estado teve, com uma pequena interrupção novo nome, em 1750, quando passou a denominar-se do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém.

Expirava o século XVIII, quando, em Portugal, houve a cogitação de realizar uma grande reforma administrativa no Brasil. Os Capitães-Generais e os Governadores menores foram ouvidos. Falaram no inquérito, sustentando pontos de vista, fornecendo sugestões, lembrando alterações. Nenhum passo, todavia, foi dado no sentido de executar ou mesmo de planejar em grande estilo a sonhada reforma, que seria fruto das idéias novas que estavam sacudindo a Europa, e às quais Portugal não podia escapar. No que diz respeito à distribuição da justiça, os ouvidores, durante mais de um século representariam a autoridade suprema na colônia. De suas sentenças cabia apelação, em certos casos, para o Tribunal da Suplicação de Lisboa. Em 1609, porém, foi criado um Tribunal da Relação da Bahia ao qual se seguiram, mais adiante, outros tribunais.

Até aqui temos falado, grosso modo, no mecanismo administrativo que funcionava no Brasil. Não devemos esquecer que esse mecanismo recebia, de Lisboa, as peças que o conformavam. Mais que isso, a direção superior que lhe dava autoridade e lhe concedia as mercês. Porque se as autoridades que se expediam para o Brasil aqui decretavam as medidas que compreendiam necessárias ao bem coletivo ou aos interesses da mãe pátria, para assim agir recebiam instruções constantes que as orientavam ou que as comandavam nessa ou naquela direção. Essas instruções eram os alvarás, cartas-régias e decisões do Conselho Ultramarino. Os alvarás, expedidos por S. Magestade, referiam-se a medidas temporárias e restritas. As cartas régias, dirigidas geralmente aos Capitães-Generais e Governadores, referiam-se a medidas gerais, amplas. As decisões do Conselho Ultramarino valiam como votos que o Conselho dava nas questões que lhe eram submetidas à apreciação e subiam, posteriormente, à consideração do Monarca. Se este as aprovava, eram comunicadas às autoridades coloniais para o devido cumprimento. O Conselho fora criado em 1642. Modelara-se pelo Conselho das Índias e substituíra a Casa da Índia, criada ao tempo em que o Oriente era a menina dos olhos de Portugal. O Conselho, integrado por homens que tinham feito a sua experiência nas próprias colônias, era ouvido a propósito de tôdas as questões. Nenhum ato era praticado sem que o Conselho fosse ouvido e fizesse aprovando-o. As próprias autoridades eclesiásticas estavam sujeitas ao império político do Conselho.

Por fim, registramos a existência de um organismo colonial sem o qual será impossível ter uma visão perfeita do sistema colonial português. Queremos referir-nos aos conselhos. Estabelecidos nas vilas, regulados nas Ordenações, sua projeção na vida brasileira colonial foi verdadeiramente memorável. Era composto pelos chamados homens bons das vilas e cidades, e pelos juizes ordinários, que funcionavam também como autoridade judiciária de pequena alçada. Nos centros urbanos de maior importância, como por exemplo as cidades ou vilas

que serviam de capital de Capitánias, integravam-no sete vereadores. Ao Conselho assim formado chamava-se "Senado da Câmara". Nos centros menores, cinco. Presidia-os o juiz ordinário. Suas reuniões tinham o nome de vereanças. Deviam cuidar dos problemas que diziam respeito ao bem comum da localidade. Nenhuma significação política além dessa deviam ter, em face da lei. Projetando-se altaneiramente, em tôdas as Capitánias, os conselhos levantaram, porém, suas vozes perante os governadores, perante as autoridades do fisco, da justiça, perante o próprio monarca, reclamando contra medidas que entendiam lesivas aos interesses das coletividades de que se faziam vozes enérgicas. Em certos momentos, derrubaram governantes, assumindo a direção da coisa pública. Mais de uma vez compuzeram frentes de luta, em aliança contra atos régios ou para resolver situações aflitivas comuns a trechos que envolviam ação de mais de uma edilidade. Perante os monarcas, mais de uma vez mandaram procuradores com petições que foram atendidas. A época da independência, por isso mesmo, dentro da tradição que se tinham criado, assumiram atitudes decisivas.

BIBLIOGRAFIA:

Cesar Tripoli-História do Direito Brasileiro. 1º vol. S.Paulo 1936.

Tavares de Lyra- A organização política e administrativa do Brasil S.Paulo. 1941.

Martins Junior - História do direito brasileiro.

Sílvio Romero - O direito brasileiro no século XVI. in Ensaios de sociologia. Rio, 1901

Max Fleiss-História administrativa do Brasil. S.Paulo, 19...

Oliveira Viana - Evolução do povo brasileiro. S. Paulo, 1933.

-:-:-

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTUR CESAR F. REIS

VI - O povoamento do Brasil: as correntes migratórias.

Iniciada a ocupação da terra brasileira após a verificação de que a concorrência francesa punha em grave perigo a soberania nacional portuguesa ao longo do litoral sul-americano, estabelecidos os primeiros núcleos urbanos permanentes que vieram substituir as feitorias dos tempos iniciais, lançaram-se os fundamentos da colonização. A experiência das capitânicas, realizada principalmente pela ação de Martin Affonso de Souza e Duarte Coelho em S. Vicente e em Pernambuco, servindo de prefácio a essa empresa política, foi naturalmente o passo que abriu o caminho a empreendimento de maior vulto, pouco depois inaugurado com o estabelecimento do governo geral e a fundação da cidade do Salvador, na Baía. Enfrentando uma natureza hostil e não dispondo, naqueles primeiros instantes, de um motivo econômico de significação ponderável no comércio internacional, os portugueses decidiram-se, à luz do que iam verificando, criar êsses motivos pela lavoura canavieira e pela criação de gado ou ainda pela coleta de outras especiarias, as chamadas "drogas do sertão", que encontraram no extremo norte da colônia. Mais que todos os outros motivos econômicos, porém, a lavoura canavieira e a conseqüente indústria açucareira, montada em Pernambuco e São Vicente, fundamentou ou explicou a ligação com a terra e, com essa ligação, a fixação do homem, a organização da sociedade, a colonização intensiva, que não se interrompeu mais, conduzida que foi através uma política permanente, cautelosa, atenta.

E assim, penetrando a terra, ora em direção norte, ora em direção sul, ora, finalmente, em direção oeste, ampliada portanto a fronteira que se estabelecera em Tordesilhas, insistamos sempre nesse particular de nossa formação histórica, os portugueses e os outros elementos humanos que com êle cooperaram em tarefa de tamanha magnitude, inclusive os mamelucos, que eram o produto da mestiçagem com a mulher da terra, empreenderam uma obra de povoamento e de amansamento do espaço brasileiro que mereceu, pelo que refletiu e pelo que refletiu e pelo que representou nos fastos da história colonial de todos os tempos, a frase famosa de Leroy Beaulieu: uma obra prima!

No primeiro século foi incorporada a costa em direção à bacia amazônica, que ficou sendo a fronteira extrema em 1616 e mais tarde deslocou-se, para ampliar-se, até o Vicente Pinzon ou Oyapoc. No segundo século, isto é, o XVII, processou-se a penetração do sertão interior no vale amazônico e no

nordeste e a marcha em direção ao Prata, que ficou sendo fronteira extrema no Sul em 1680, quando ali foi levantada a praça forte e Colônia do Sacramento. No terceiro século, prosseguiu a penetração interior, completou-se a obra de expansão ou de criação territorial. Minas, Mato Grosso e Goiás, alcançadas pelos sertanistas paulistas, pernambucanos, fluminenses, alagoanos, baianos e portugueses, integraram-se, em definitivo, na carta política do Brasil, por uma ocupação em massa, que fortificou os títulos de que se valeria Portugal nos seus pleitos de limites com Espanha, de vez que, recordemos, todo aquele mundo interior era legalmente, pelo ajuste de Tordesilhas, parte integrante do império de Espanha. Seis centros urbanos serviram, então, de focos de expansão: São Vicente, sobrepujado por São Paulo; Rio de Janeiro, Salvador, Olinda, São Luiz Belém.

Essa obra memorável de ocupação, de povoamento e de colonização que se efetivou em menos de três séculos de atividade, foi realizada em meio a múltiplas dificuldades. Ora era o gentio que procurava embaraçar a expansão, ora era o espanhol que tentava, num esforço desesperado, impedir que passasse as mãos de seus mais audazes concorrentes aquilo que eles haviam obtido no plano jurídico internacional. À medida, por isso, que a irradiação povoadora tomava vulto, Portugal apressava-se em assistir o povoador com a autoridade, a organização política que lhe garantisse os direitos, valesse nas horas aflitivas e contivesse o gentio ou o espanhol irritado e agressivo. Daí as Capitânicas criadas nos territórios ocupados nessa fase, a tarefa pacificadora das Ordens Religiosas, à frente de todas a Companhia de Jesus, e o levantamento de fortificações que constituíram como que uma rede defensiva: Macapá, São Joaquim, São Gabriel, Marabitanas, Tabatinga, Príncipe da Beira, Nova Coimbra, Nossa Senhora dos Prazeres, Santa Tecla, Santa Tereza, e Jesus-Maria-José.

Com os donatários haviam chegado os primeiros povoadores permanentes que receberam sesmarias para trabalhar ou vieram servir nos cargos que se criaram dentro da área de cada núcleo donatário. Com os governadores gerais, todavia, cresceu o contingente imigrantista, aumentado dia a dia. E que a terra brasílica aos poucos ia possibilitando um estar material ao mesmo tempo que o Oriente ia perdendo aquele caráter de veloz locino d'ouro que estonteava espíritos e provocara a corrida portuguesa para a Índia.

É certo que não podemos falar em imigração em massa para o Brasil no primeiro século. Embora, já nesse século verificou-se um intenso tráfico de passageiros que se concentraram principalmente na região nordestina, então a área açucareira de maior vulto. Imigravam portugueses e todas as várias regiões que conformam a paisagem fisiográfica e geohumana portuguesa. Assim, passaram ao Brasil portugueses do norte, do centro e do sul do continente, como também das ilhas, Madeira e Açores. Podemos mesmo dizer que foram açoritais e madeirenses os lavradores de maior êxito nos inícios da empresa açucareira no nordeste.

No segundo século, cresceu a imigração. No terceiro, descobertas as minas das Gerais, de Goyaz, de Mato Grosso; registrou-se, de par com o despovoamento do Reino, a imigração de verdadeiras multidões que deixavam Portugal na sofreguidão de enriquecer facilmente com o ouro e os diamantes que se descobriam a todo instante. Segundo os cálculos do historiador mineiro Augusto de Lima Junior, só para a região das gerais, entre 1705 e 1750, saíram para o Brasil, anualmente, mais de vinte mil pessoas, o que nos dá um total de 900.000 indivíduos que, em quarenta e cinco anos do século XVIII se instalaram, assim, no interior de nossa patria. "Do Minho, de Trás os Montes, das Beiras, desciam caudais humanos que disputavam lugares nas naus, que, formando grandes comboios, partiam para o Brasil. Fidalgos, escreve ainda o mesmo autor mineiro, militares, negociantes, trabalhadores do campo vendiam tudo quanto possuíam e largavam-se, cegos de ambição pelo ouro do Brasil".

Ainda nesse século XVIII outros contingentes vultosos vieram engrossar a população contribuindo eficientemente na obra de colonização. Referimo-nos aos açorianos que aos casais, foram expedidos às centenas de suas ilhas a começar de 1748/49, para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Amazonia. Ótimos lavradores, considerava-os o governo português o elemento precioso de que se podia valer para garantir as fronteiras norte e sul em face dos perigos que vinham dos lados de Espanha e de França. No Pará, deram origem a Bragança, Tentugal, Ourem, Santana, Macapá, capital do Território Federal do Amapá. Em Santa Catarina, foram localizados no Desterro, Laguna, Imbituva, Porto Belo, São Miguel, Urussanga, São José. No Rio Grande, em Viamão, Porto dos Casais, que é hoje Porto Alegre, Santo Amaro, Rio Pardo, Taquari, Santo Antonio, Cachoeira, Triunfo, Mostardas, Rio Grande.

Até então, o povoamento era, grosso modo, um empreendimento privado. O imigrante dirigia-se ao Brasil seduzido pelo noticiário fabuloso que circulava. No período das minas, o Governo português decretara mesmo, para evitar o despovoamento do Reino, a proibição de saída para o Brasil, o que não impedira, porém, o "rush" que verificamos. Quando da transferência dos casais açorianos, no entanto, já assistimos a uma iniciativa oficial. - Iniciativa oficial que se preocupou inclusive com a instalação desses imigrantes.

II

A obra de colonização do Brasil, é consenso quase unânime dos que vêm estudando o tema, foi realizada, no decorrer de nossos três séculos iniciais, pela ação permanente, cautelosa, atenta, dos portugueses, que não permitiram a presença de estrangeiros, receiosos que que esses elementos pudessem, de qualquer forma, perturbar-lhes a política dominadora.

De certa maneira, a tese é verdadeira. Os portugueses, como os demais povos que então se entregavam à tarefa colonial,

dispensaram, grosso modo, a cooperação de outros elementos que não fossem os que lhes vinham de Portugal ou de seu império. Dispensaram, grosso modo, insistimos e veremos depois porque. Assim, dentro dos princípios monopolistas de então, dentro das preocupações políticas dominantes, quando os coloniais se faziam dura concorrência, tentar a ampliação de seus espaços a custa dos espaços de seus rivais, os portugueses mantiveram-se firmes, defendendo os territórios que descobriam e passavam a manter sob seu império, impedindo que homens de outras soberanias participassem, a larga, da façanha.

Afirma-se, também, que os portugueses fecharam seus territórios coloniais, na América, no Oriente, na África, apenas aos que não eram fieis da mesma Igreja que eles haviam oficializado e sob cujo amparo haviam construído a nacionalidade, vencendo dúvidas, dificuldades, criadas pela mesma força religiosa a que se agarravam seus antigos senhores ibéricos. Destarte, ao invés de impedir a entrada do estrangeiro por que ele fosse estrangeiro e pudesse criar dificuldades na ação política, os portugueses fecharam-nas por que esses estrangeiros eram os "herejes", os homens da Reforma, contra os quais era preciso preservar os interesses espirituais da colônia.

O horror à contaminação herética, realmente foi, durante muito tempo, um dos melhores fundamentos da política que Portugal observou no assunto. Não constituiu, todavia, o fundamento único, básico, ou mesmo maior. Porque, ao lado dele, vamos encontrar, até com certa superioridade, importância mais viva, o fundamento da soberania política, muito natural como o outro, dado que o estilo de vida da época exigia essas medidas de cautela, como na atualidade procedem os governos que agem no sentido de evitar que ideologias, que não sejam as oficiais, se instalem aqui e ali pondo termo ao sistema democrático vigente na quasi totalidade dos países.

A necessidade de impedir que outros povos viessem participar da repartição feita em Tordesilhas entre portugueses e espanhóis levou-os àquelas providências. Franceses, holandeses, ingleses e irlandeses, por mais de uma vez tentaram instalar-se no Brasil, criando, nele, partes do império colonial que construíram à custa dos impérios de portugueses e espanhóis. Na Amazonia, nas primeiras décadas do século XVII, portugueses e mamelucos brasileiros terçaram armas contra ingleses, holandeses e irlandeses que lhes disputavam o delta e o interior da grande área territorial. No Nordeste, a empresa militar, como todos sabemos, decorreu por entre os mais enérgicos capítulos de bravura e de desprendimento cívico, contra os batavos da aventura mercantil da Companhia das Índias Ocidentais. Em vários trechos nossos, bandeirantes e soldados lusobrasileiros houveram-se frente a frente com espanhóis, que tentavam impedir que constituíssemos o Brasil com a extensão que hoje possui.

Ora, em face de tamanhos perigos que, de quando a quando, assaltavam a colônia, como deixar de agir sem aquelas cau-

telas, impedindo que os estrangeiros viessem participar da obra colonial, para põ-la em perigo, conspirando contra ela, perturbando-lhe a evolução mansa? A política da porta fechada era natural, tinha sua explicação muito razoável, muito lógica, muito fundamentada.

Sucede, no entanto, que essa porta fechada não possuiu as características drásticas que se imaginam. Porque, ao contrário do que seria de esperar, os estrangeiros participaram da colonização, senão em grossos contingentes, mas disseminados pela vastidão territorial, disseminados de molde a não criar insegurança. Dai aquelas expressões - "de certa maneira", "grosso modo", e "a larga", que empregamos atrás de logo deixando ver que a política da porta fechada não possuía o carácter absoluto que geralmente se proclama.

Não se registrou na América Portuguêsa, é certo, a não ser na Paulicéa, onde o grupo espanhol tentou a sortida autonomista de Amador Bueno, o que vamos verificar na América Espanhola, onde existiram núcleos importantes e perigosos de portugueses, núcleos que impuzeram medidas severas, criaram intranquilidade, puzeram mesmo em perigo a integridade territorial e econômica do império. Para exemplificar, Lima e Buenos Aires animaram-se como centros urbanos pela presença da multidão portuguesa que tinha a melhor, ocupando posições chaves nas atividades mercantis, o que vinha atribuir-lhes um prestígio, uma força que poderia ser desviada ou utilizada em benefício dos interesses políticos de Portugal. Não teria sido mesmo essa multidão portuguesa em Buenos Aires que explicou mais subterrâneamente a ascensão política de Buenos Aires, em desfavor de Assunção, mãe de cidades, como lhe chamou um historiador paraguaio, e centro urbano que dirigiu a expansão espanhola ao longo do Prata e cursos fluviais interiores da Argentina, ascensão necessária para conjurar os perigos criados com a presença dos portugueses? Na América portuguesa, os estrangeiros não foram grupos numerosos. Jamais, por isso, criaram o perigo da secessão da colônia.

Os portugueses, homens profundamente plásticos, adotaram, no exercício da empresa colonial, do Brasil, a grande política do bem viver com outros homens para a fundação da sociedade. Entre êsses homens figuraram os estrangeiros que, aqui e ali, iam chegando à colônia e, é certo, delas, por precaução política, não estariam autorizados a sair. A legislação que se expediu de Lisboa, a respeito, determinou que nenhum estrangeiro, fosse êle católico ou não, atingindo o Brasil de cá pudesse regressar à Europa ou a qualquer outro trecho do mundo. De quando em vez mesmo, baixavam-se ordens mandando transferir estrangeiros, considerados perigosos, de uma capitania para outra ou ordenando que deixassem o litoral para localizar-se no interior, longe de possibilidades de contacto com forças navais de suas pátrias. Distintos por aquela plasticidade racial e política, os portugueses autorizaram a união legal de estrangeiros com mulheres da terra, memelucas, ou com portuguesas do Reino, união que tanto no Norte como no sul tem sido

objeto do exame meticoloso dos linghagistas como Jaboatão e Pedro Taques, e ainda agora foi mais uma vez registrada por Gilberto Freire e Arthur Ramos quando se detiveram no exame dos contactos entre os europeus e os nativos brasiliensis na América Portuguesa, união, no fim de contas, que veio provar a ausência de rigorismo para com o estrangeiro. Aliás, a propósito do assunto, que apenas estamos aflorando, vale recordar que se essa entrada de estrangeiros no Brasil lusitano se processou em parcelas isoladas, quasi que em unidades escassas, houve, antes da experiência de D. João VI, a quem geralmente atribuímos a política de franqueamento do Brasil às energias de outros povos que desejassem trazer-nos a sua seiva sem intenções imperialistas ocultas, tentativas de experiências coloniais com gentes européias não lusitanas. Foi o caso de um grupo de irlandeses e outros de suíços, trazidos para a Amazônia, o primeiro no século XVII e o segundo já no século XVIII.

Sobre o primeiro, sabemos, à luz da documentação que tivemos ocasião de compulsar na coleção Rio Branco, de arquivo histórico do Itamarati, que, ia em término a luta contra a aventura britânico-batava na região, quando um grupo de irlandeses católicos solicitou a D. João IV, que acabava de subir ao trono restaurando a independência nacional de sua pátria, autorização para montar colônia no Distrito de Gurupá, onde se haviam tratado vários dos embates entre luso-brasileiros e os "herejes" acima referidos. O assunto foi imediatamente estudado pelos conselheiros de S. Magestade, aos quais estavam afeitos os problemas da América Portuguesa. E nos primeiros instantes houve a intenção de aceitar a proposta, isto é, concordar com o que os irlandeses desejavam, autorizando-os a vir trabalhar conosco na feitura no novo espaço político que Pedro Teixeira acabara de assinalar para o império lusitano, ao longo águas amazônicas, marcando-lhe, de ordem superior, fronteira nas cercanias do Andes. Uma maior meditação, todavia, pesados os perigos que talvez escondesse a proposta irlandesa, mesmo sendo os proponentes católicos, e voltou-se atrás. E o barco que conduzia os irlandeses e já navegava águas amazônicas em demanda do Gurupá, foi mandado regressar. Ano de 1643. Os irlandeses não poderiam ser uma cabeça de ponte para uma nova incursão britânica? A presença daqueles estrangeiros não seria, de outro lado, uma isca convidando outros mais ousados a virem repetir ou insistir na conquista do extremo norte.

A experiência realizada com suíços foi levada a termo na fase em que a Amazonia era campo de uma gigantesca tarefa de dominação econômica e social, que os portugueses haviam iniciado, desde a passagem de Alexandre de Gusmão pela alta direção dos negócios ultramarinos da velha monarquia. Acorianos, lusitanos de outras regiões, em volumosa corrente imigrantista, desembarcavam constantemente em Belém para internar-se na hinterlandia e situar-se ao longo de Rio-Rei e seus afluentes dando vida aos núcleos que o poder público instalava ou aos sítios que se iam abrindo na floresta para o cometimento colonial. A colônia suíça, expedida de Portugal, deve ter

chegado entre 1763 e 1772, no govêrno do Capitão-General Atay de Teive. Foram localizados êsses suissos no Uanarapecú, povoado de Vila Viçosa de Madre de Deus. Que realizaram? Quantos eram? Como se comportaram na natureza bárbara que eram mandados amansar com seu suor? Não temos elementos para historiar com detalhes a experiência. Embora, essa experiência foi realizada, sabemos, o que vem mostrar que, se não escancaravam os portugueses as portas de sua colônia aos estrangeiros, nem por isso as trancavam aos que podiam, sem criar perigos, participar da empresa subordinando-se à soberania lusitana.

A presença de estrangeiros no Brasil de XVI e XVIII, participando, com os portugueses, da empresa colonial que êste empreendiam, consequentemente, foi uma realidade que ninguém pode contestar.. A política de Portugal, com relação à entrada dêsses estrangeiros em sua colônia, caracterizou-se, no entanto, como vimos a vôo de pássaro nestas linhas, pelas reservas naturais, fundadas, que não impediram, contudo, que houvesse mesmo a experiência de uma colônia de suissos antes do ciclo joanino. Política ditada pela necessidade de salvar a colônia dos apetites de outras gentes colonizadores, rivais no empreendimento imperial, por ela temos uma explicação razoável daquele episódio memorável que tanto tem autorizado a afirmativa graciosa de que Portugal trancava a colônia aos olhares perseguidores do estrangeiro. Referimo-nos à ordem expedida em 1800 a D.Francisco de Souza Coutinho, Capitão-General do Grão-Pará, para que aprisionasse um tal Barão de Humboldt se êle ousasse penetrar as terras de S.Magestade a Rainha D.Maria I.

No episódio em questão, ao invés de uma medida decretada contra a inteligência, o que se objetivava era preservar a colônia da infecção francesa, então tida pelos govêrnos absolutistas, qual o português, como a pior das infecções políticas. E os homens da estatura de Humboldt eram, na generalidade, adeptos da ideologia francesa, irradiada pelos pensadores revolucionários. A providência policial prendia-se, dest'arte, não à aversão ao estrangeiro, mas ao possível portador de ideologias perigosas. Portugal mantinha-se fiel aos princípios que lhe vinham ditando normas políticas.

III. Além dêsses elementos nacionais e alienígenas de que se valeu Portugal para a tarefa da ocupação dos espaços litorâneos e interiores do Brasil, outros houve que não podem ser ignorados nesse registro sumário que estamos fazendo aqui: o gentio, o escravo negro e o judeu.

O gentio, embora encontrado em verdadeiras multidões como senhor da terra, não podia, então ser considerado como um elemento apreciável dada a sua permanente mobilidade. Trabalhado, porém, pelos missionários católicos, perdendo aquela condição que tanto o distinguia, aldeiado, levado a outras condições de vida ou mesmo servindo nas coisas domésticas ou nos misteres do diário dos colonos como caçador, pescador, mateiro, guia de expedições, identificador das mil particularidades da

selva, passou a povoador. Integrando as comunidades políticas que foram sendo constituídas, unindo-se perante a lei ou não com o branco serviu na formação de uma nova sociedade, a sociedade mameluca que tanto explica nossas origens, nossas atitudes, nossa composição social e psicológica.

O negro escravo, por que inscrito nos quadros dos trabalhadores da lavoura e da mineração, constituiu contingente vultosíssimo, sem o qual teria sido impossível realizar o empreendimento agrário e mineiro do ciclo colonial. Nele repouso as atividades que resultaram na formação de nosso lastro e de nossa realidade econômica, somou uma energia humana ponderabilíssima nos totais povoadores, que representou.

O grupo judeu, proibido de viver no Reino, desde os primeiros dias de nossa existência, fora autorizado a transportar-se para a América portuguesa na condição de cristão-novo. Espalhando-se por todo o Brasil, foi êle o grande comerciante de açúcar, de ouro, de diamantes, do mesmo modo por que serviu como "peruleiro", na facanha da penetração mercantil que Portugal realizou suavemente, mansamente, nos territórios de Espanha, desde as Antilhas ao Prata. Mais de uma vez esteve às voltas com a Santa Inquisição. Tendo colaborado eficientemente e ativamente com os holandeses por ocasião da invasão holandesa, foi expulso do nordeste após a retirada dos batavos. No "rush" do ouro e dos diamantes, porém, voltou intensamente, sem que, dessa vez, contudo, se tivesse visto envolvido nas malhas dos processos inquisitoriais.

Com relação a êsses contingentes povoadores, tem havido a acusação de que eram, em grande parte, recrutado no seio dos presídios. Nossos ancestrais, em consequência, teriam saído das escolas do vício, do crime. Devemos atender, no exame dêsse assunto a que, se na verdade foi o Brasil considerado terra de degredo, a legislação vigorante ao tempo inscrevia na relação de crimes sujeitos a degredo para a terra de Santa Cruz muito gesto, muita atitude, muito uso e costume que, nos dias atuais, nem ao menos está verbado como simples contravenção. Desde logo, porém, saibamos que o número de criminosos expedidos para o Brasil foi grande, muitos deles realmente tendo cometido atos passíveis, ainda hoje, da ação punitiva do estado. E não teve um caráter passageiro, experimental, essa remessa de maus elementos. No decorrer dos séculos XVII e XVIII e ainda na primeira década do século XIX ela continuou trazendo ao país homens punidos pela justiça, mas que, ao contacto com o novo meio e as possibilidades que êle lhe apresentou, vieram a constituir forças apreciáveis na organização da sociedade. Atitudes semelhantes, aliás, tiveram tôdas as outras nações colonizadoras. Espanhois, franceses e ingleses levaram para suas colônias elementos de péssimos antecedentes e que, em virtude de lei penal, foram degradados para a América. Nenhum povo colonizador pode, em sã consciência, portanto, atirar a primeira pedra sobre Portugal. Demais, tais elementos, recrutados nas prisões ou na vadiagem das ruas das cidades portuguesas, constituíram uma parcela insignificante. O que

Portugal nos mandou no decorrer das três centurias de sua dominação foi buscado ou saiu espontaneamente dos centros de atividade industrial ou agrária da velha nação. Emigraram para o Brasil, assim, além de lavradores, das áreas agrárias portuguesas, trabalhadores de ofícios que foram os primeiros técnicos da pequena indústria, do artesanato que recreou entre nós, mestres das mais variadas profissões e representantes das melhores famílias do Reino.

A política de povoamento que Portugal realizou no Brasil caracterizou-se, portanto, como acabamos de verificar tão sucintamente, como uma política norteada pelos melhores propósitos. Inicialmente, imaginando fazer do Brasil apenas uma área para comércio com a gentildade, nele apenas situou pequenos grupos populacionais. Posteriormente, porém, mudando de orientação, preservando-o do apetite dos concorrentes estrangeiros ocupou-o eficientemente, para tal valendo-se de todos os elementos humanos de que podia dispor.

BIBLIOGRAFIA:

- I - Pandiá Calogeras - A Política exterior do Império. 1º vol. Rio, 1927.
- II - Capistrano de Abreu - Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio, 1930.
- III - Basílio de Magalhães - Expansão geográfica do Brasil colonial. Rio, 1944.
- IV - Caio Prado Junior - A Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, 1942.
- V - Diegues Junior - Fundamentos econômicos da delimitação territorial. In. Observador Econômico e Financeiro. Nº 133.
- VI - Diegues Junior - Fatores do povoamento litorâneo. In. Observ. E. F. nº 140
- VII - Arthur Ramos - Introdução ao estudo da antropologia brasileira, 2º v. Rio, 1947.
- VIII - Arthur Neiva - A evolução da política imigratória no Brasil. In Cultura Política. Nos. I a XIX.
- IX - Arthur C.F. Reis-Casais. Soldados e degredados na colonização da Amazonia. In Anais do IIIº Congresso Sulriograndense de História. P. Alegre 1940. 4º volume.
- X - Borges Fortes - Casais. Porto Alegre. 1932.
- XI - Gilberto Freire - Casa Grande e Senzala. Rio, 1946
- XII - Manoel da Silveira Soares Cardoso - Alguns aspectos da vida econômica e política do Brasil na primeira década do século XVIII. In Ocidente. nº 2. Lisboa 1938.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

História da Imigração e Colonização no Continente Americano

Prof. - Artur Cesar Ferreira Reis

12-10-1948

VII - Os núcleos de colonização do Brasil e o regime administrativo. A unidade e a descentralização.

Foram inicialmente ao longo da costa atlântica os núcleos urbanos que assinalaram a presença dos povoadores brancos em nossa terra: Laguna, São Vicente, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Seguro, Ilhéus, Salvador, Olinda, Natal, Fortaleza, São Luiz, Belém. Dêsses núcleos, cuja situação geográfica explica mais que suficientemente o sentido de nossa formação e de nossa própria atualidade, quando a vitalidade nacional quase que se restringe ou se apresenta mais vivamente ao longo da orla do litoral, saíram os vários grupos humanos que, penetrando o sertão, foram estabelecendo outros núcleos que marcavam uma soberania e a existência de um novo estágio de cultura na hinterlândia. Constituí, destarte, realmente uma grande exceção o caso de São Paulo, "boca do sertão", que superou São Vicente e não estava na fímbria da costa.

Esses núcleos representaram, conseqüentemente, um papel fundamental nas origens coloniais do Brasil. Serviram como foco de trabalho construtivo no litoral, como serviram de focos de irradiação de vitalidade.

Nesse particular, porém, da irradiação, cumpre assinalar que tôda essa vitalidade esteve ligada aos vários momentos econômicos que distinguiram o ciclo porquguês entre nós. Assim, nenhum deles serviu de ponto de partida para o interior em fase de depressão econômica do interior. Ao contrário, quando os motivos econômicos surgiam longe do litoral, como que expeliam seus contingentes populacionais rumo a essas áreas que solicitavam a mão de obra, o braço, a energia para explorá-las e incorporá-las ao quadro da conjuntura econômica de então.

Quando se descobriram os drogas do sertão a especiaria amazônica, nos sertões amazônicos e maranhenses, verificamos, por isso, a penetração da hinterlândia nas duas áreas políticas e a conseqüente formação de núcleos populacionais. E Belém e São Luiz nesse instante serviram ou forneceram os contingentes que foram realizar tais penetrações e criar

tais núcleos novos. Quando se descobriram as minas nos territórios das Gerais, de Mato Grosso e de Goiás, o que vimos foi justamente do Rio e da Bahia e de São Paulo, partirem os vários grupos que exerceram a ação povoadora naqueles novos distritos do Império. Quando houve necessidade de buscar braços indígenas para servir na lavoura canavieira do nordeste ou quando, descobertos os campos do extremo sul, neles verificou-se a existência de vastos rebanhos, de São Paulo e de Laguna, respectivamente, marcharam para o oeste e para o sul os bandos paulistas, os famosos bandeirantes, que reduziram a nada as reduções do Paraguai e montaram nos pagos gaúchos as estâncias e os primeiros estabelecimentos permanentes nas tão distantes paragens.

Em dados momentos, evidentemente, êsses focos litorâneos serviram ao despovoamento, como foi o caso da irradiação sobre as aldeias missionárias paraguaias ou sobre as aldeias tribais no vale amazônico, sobre que se lançaram os bandeirantes paulistas e os sertanistas amazônicos. Na generalidade, porém, serviram mais a fundamentação de outros centros coloniais. Provocaram, porém, com a irradiação ou expansão, a dispersão populacional, determinando a inexistência de núcleos que se afirmassem pela expressão de um rol de habitantes respeitável. Nenhum centro urbano, no período colonial que estamos estudando cresceu, desenvolveu-se, porque possuísse uma população em crescente assinalável. Mesmo os focos litorâneos como Olinda, Rio de Janeiro, Bahia, Belém, em todos êles havia gente capaz de empreendimentos como os da penetração da terra e da criação de motivos econômicos apreciáveis. Nunca, no entanto, êles se distinguiram pela posse de uma população rica em quantidade. Os empreendimentos sertanistas eram mesmo uma força de dispersão, de mobilidade, que impedia a existência de adensamentos populacionais.

Por tudo isso, tais núcleos se puderam assegurar com o correr dos tempos, as condições de vida que lhes permitisse uma continuidade e uma importância social, econômica e política marcante nos quadros do país. Só por exceção, Olinda, Rio de Janeiro, Belém, Salvador, São Luiz asseguraram-se essa posição de relevo. E asseguraram-se porque para que constituíssem exceção houve a interferência e razões ponderáveis de natureza política, como sedes de unidades administrativas que mantinham uma posição de relevo no conjunto nacional.

Feitas essas reflexões e registrados êsses fatos é tempo de referir que nem sempre tais núcleos representaram os únicos centros da atividade colonial no Brasil português. Ao lado dêles vamos encontrar outros nódulos que, muitas vezes e em várias regiões, significaram muito mais que os centros urbanos a que nos vimos referindo. Êsses nódulos foram as estâncias gaúchas, as fazendas de gado do nordeste, os engenhos de açúcar, os postos militares da fronteira

ra marítima ou interior, as feitorias de pesca e de coleta de especiaria, os sítios agrários espalhados no vale amazônico. E, por fim, com um significado importantíssimo, as aldeias missionárias.

Cada nódulo aqui referido exerceu uma função marcante na obra de colonização. Porque todos eles condenaram grupos, funcionaram como aglutinadores sociais, servindo à obra de organização e de composição humana, econômica e política que os dominadores brancos tinham em vista. Em todos eles viveram efetivos humanos grandes que criaram vida e se bastaram no suprimento de suas necessidades através do que produziram ou do que possuíram no seio do próprio nódulo. É o caso da existência, em cada uma dessas unidades sociais, de todo um conjunto de indivíduos que exerciam as atividades costumeiras próprias dos centros urbanos. Em cada um deles, encontramos, destarte, os operários, os trabalhadores que produziam os alimentos, que fabricavam todos os utensílios exigidos para o diário local, como calçados, roupas, etc.

Cada unidade dessas, em consequência, concorrendo com os centros urbanos, deles não se valia, senão para levar seus excedentes de produção ou para participar dos festejos que se faziam em homenagem aos santos do catolicismo. Toda a vida interior do país processou-se, assim, mais ou menos distante dos núcleos urbanos para concentrar-se muito mais naquelas unidades sociais e econômicas. A cidade teve, fica explicado, nesse particular, uma importância relativa na evolução colonial do país.

Ora, tanto os núcleos do interior como os do litoral e esses outros centros de atividade colonial viveram distanciados entre si, não pela falta de uma solidariedade entre seus componentes, mas pela força imperativa da imensidade do espaço. Dissemos distanciados, porque, na verdade, apesar do gigantismo do espaço, mantiveram relações não constantes, é certo, através os caminhos, as redes hídricas, mantendo, assim, o sentimento de nacionalidade que explicaria a unidade em meio à diversidade regional.

É que as condições geográficas nacionais, profundamente distintas aqui e ali, servindo a uma particularização ou antes a uma pluralização do Brasil, conformando-o em regiões distintas, de seu lado ditaram normas de vida, influenciando na caracterização, na dispersão populacional e impedindo conseqüentemente a continuidade na ocupação do território. Já vimos que a divisão do Brasil em dois Estados foi ditada por esse imperativo de natureza geográfica. A pluralização regional, como é natural, foi aos poucos impondo a pluralização econômica e a conseqüente pluralização social.

Sucede, porém, que acima dêsse imperativos geográficos, econômicos e sociais temos de contar com uma força de unidade representada pelo próprio colono. Caracterizando-se por uma integridade humana a tóda prova, os portugueses distinguiram-se de seus irmãos peninsulares justamente por essa integridade ou unidade. As diferenças regionais do território português não atuaram na distinção social de molde a explicar qualquer pluralismo; conseqüentemente o regionalismo português não teve importância suficiente para determinar diversidades entre os vários grupos, que afetassem a unidade nacional. Daí a afirmação de Gilberto Freire de que os portugueses chegaram às praias americanas unidos política e juridicamente, pelo que "não trouxeram para o Brasil nem se paratismos políticos como os espanhóis, como os ingleses e franceses para as suas colônias.

É certo que o problema da unidade brasileira tem sido proposto dentro de outras bases. Para certo grupo, a unidade firmou-se porque aqui houve unidade de religião, de língua, de população. Ora essa unidade, sob o tríplice aspecto também existiu no mundo espanhol americano, e ali o que vimos foi, ao contrário, o secessionismo impondo o retalhamento político por ocasião da independência.

Jaime Cortesão, ainda recentemente, formulou nova teoria para explicar a integridade que nos dá personalidade da sociedade continental. Sem ignorar o sentido unitário do colono português, preferiu, todavia, o mestre do Instituto Rio Branco, partir da existência de uma unidade anterior à chegada dos colonizadores, unidade afirmada pelos grupos indígenas e pelo mito da ilha Brasil, que os portugueses procuraram tornar realidade executando a política do desbravamento territorial, da expansão pela hinterlândia. Essa política visava, assim, criar o estado brasileiro dentro do espaço em que o mito da ilha Brasil situava a colônia. A unidade propriamente característica do colono português vinha defrontar-se com uma base física e outra espiritual que completavam a fundamentação política do estado que foi sendo criado no decorrer de três séculos do ciclo colonial.

Ora, pelo que vimos de verificar, a unidade geográfica não existia, como não existe. A dispersão administrativa, resultante da dispersão humana e das condições geográficas foi uma realidade que começou com as capitâneas hereditárias. Prosseguiu com o sistema dos governadores e capitães-generais autônomos. Sabemos que o Vice-rei, não passando de um funcionário régio distinguido com o título, sem maior importância no campo político, nada importou para a estruturação da unidade política. A descentralização política que existiu e apenas foi interrompida no decorrer de certo período pela experiência do chamado governo geral constituiu, evidentemente, uma força contrária à unidade. Acima

dessa força desagregadora pairou, porém, o espírito de unidade representado pelo colono que, embora miscigenando com o gentio e com o negro criou novos tipos sociais que não possuíram, todavia, propósitos secessionistas. E tanto assim que vamos encontrar, em todos os momentos difíceis que a colônia atravessou, demonstrações de solidariedade entre os vários grupos regionais, solidariedade autorizada, em grande parte, recordemos, pelos caminhos terrestres e fluviais a que nos referimos atrás. Aquela dispersão imposta pelas condições geográficas não sufocara o sentido unitário que caracterizara o colono. Com a vinda de D. João VI, encerrando-se momentaneamente, mais uma vez, a descentralização, voltou-se à unidade política.

BIBLIOGRAFIA

- OLIVEIRA VIANA - Evolução do povo brasileiro. São Paulo, 1933
- OLIVEIRA VIANA - Formation ethnique du Brésil colonial. Paris, 1932.
- GILBERTO FREIRE - Casa Grande e senzala. Rio, 1947
- FERNANDO DE AZEVEDO - A cultura brasileira. São Paulo, 1944.
- JAIME CORTESAO - Introdução à história das bandeiras. Série de artigos em "A Manhã" - Rio, 1948
- AFONSO ARINOS - Terra do Brasil. São Paulo, 1932
- BORGES FORTES - A Estância.

--- x ---

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

História da Imigração e Colonização do Continente Americano
Prof. - Artur Cesar Ferreira Reis

14/10/948

VIII - A população da América Espanhola

O estabelecimento do domínio espanhol na América foi iniciado, como já sabemos, através os núcleos montados nas Antilhas, os quais, de logo, serviram de cabeça de ponte para as operações realizadas sobre o continente. Na realização dessa façanha, verdadeiramente notável, tiveram os conquistadores de enfrentar, de um lado os obstáculos criados pelo meio geográfico, e, de outro, os obstáculos criados pela multidão gentia.

Enfrentando os obstáculos materiais do meio geográfico, e os do meio social, os espanhóis lograram êxitos memoráveis. E com uma energia de que raros povos de podem orgulhar, penetraram a terra, realizando-lhe a conquista. Dispunham de invulgares qualidades de bravura pessoal. Acabavam de vencer, em entreveros de sangue, os últimos grupos árabes da península. Dispunham sobre os povos indígenas que encontraram, de superioridade representada, inicialmente, pela arma de fogo e pelo uso do cavalo.

Vencendo o meio geográfico e o meio social, modificaram profundamente a paisagem do espaço que lhes coube no retalhamento do Novo Mundo.

Ao expirar, no século XIX, o domínio político que haviam imposto à sociedade que modelaram, representava-se, fundamentalmente, por quatro elementos: o branco, que era o próprio espanhol e seus descendentes diretos, os indígenas, os negros e os mestiços.

Vejamos, em síntese, o que indicavam êsses elementos como participantes do episódio do povoamento.

A multidão gentia, a primeira a considerarmos, fora encontrada sob a mais variada condição cultural. Os Aztecas, os Mayas, os Chibchas, os grupos submetidos ao poderio dos Incas, exemplifiquemos, já experimentavam a vida politicamente organizada dentro de padrões mais elevados, afastando-se a pouco e pouco do puro sistema tribal. Os Guaranyes, os Charruas os Araucanios, continuavam, porém, submetidos a formas políticas primárias. Do mesmo modo, no tocante às atividades econômicas. Alguns dos povos nativos já

tinham realizado o domínio da terra, nela lavrando intensamente as espécies vegetais necessárias à alimentação, dela extraíndo o ouro utilizado nas construções, nos enfeites, em outros misteres. Outros viviam na fase da simples coleta, da pesca e da caça. Nenhum, porém, usava, pelo menos intensamente, os animais, domesticados, no transporte de suas mercadorias. Embora tivessem alguns, como os Mayas, os Aztecas, os Incas, levantado construções de caráter monumental, libertando-se da habitação feita de cascas de árvores, de palha, ou situada nos abrigos fornecidos pelas montanhas, outros permaneciam agasalhando-se nos tejupares trabalhados com a matéria prima vegetal, coletada à floresta. De tudo isso resultando que uns já se haviam prendido à terra enquanto outros continuavam na movimentação diária, em migrações permanentes, em estado de nomadismo.

A variedade cultural, seja no sentido espiritual, seja no sentido material, era visível. O material humano que representavam, evidentemente precioso, tinha, toda via, de ser examinado e trabalhado atendendo-se a essa variação de culturas que ofereciam, de logo, ao exame menos profundo.

Até o presente estudados nessa variedade cultural, ninguém pode verificar, a falta de qualquer dado positivo, os algarismos de população que representavam. Os cronistas da conquista excederam-se nessa estimativa. Os demógrafos que posteriormente tentaram chegar a alguma conclusão menos falha também muito pouco conseguiram. Assim, se Las Casas afirma que os espanhóis, com um ímpeto sanguinário sem precedentes, em poucos anos eliminaram a população gentia das Antilhas, que êle estimou dem 3.000.000 de habitantes, o que asseguraria a toda a América uma população elevadíssima, o professor argentino Rosenblat, recentemente, chegou à conclusão de que em 1492 havia, na América, apenas 13.385.000 indivíduos.

Essa população indígena, aos choques militares com os conquistadores espanhóis, diminuiu consideravelmente. É certo que se tem exagerado demasiadamente essa destruição por efeito dos choques com os espanhóis, acusados mesmo de serem dos grandes responsáveis pela desaparecimento de centenas de tribus e povos nativos na América. Ora, pelo que a crítica histórica já apurou, sabemos hoje que êsse trucidamento, que deu margem às maiores explorações contra a Espanha, não teve as proporções indicadas, o que não significa, absolutamente, que desconhecemos ou neguemos a existência de uma ofensiva espanhola que, demograficamente, representou uma sangria profunda na vida continental. A diminuição da população indígena foi, muito mais, decorrente do contacto menos rude com o branco; pelo sistema de trabalho a que o indígena foi obrigado e a que não estava habituado; pela alteração nos seus hábitos alimentares em face da introdução de espécies animais e vegetais trazidos pelo conquistador; pela

alcoolização impenitente a que êsse mesmo colonizador o conduziu visando a obtenção mais fácil de quanto desejava do braço e da inteligência do gentio; pelas enfermidades que passou a padecer, produzidas ao contacto com o branco ou por êle e pelo negro trazidas da Europa e da África.

Todo um conjunto, portanto, de fôrças negativas, que atuaram sensivelmente e explicam, de maneira evidente, o fundamento maior da diminuição dos grupos populacionais indígenas. E' tempo, de outro lado de registrar que abundante legislação foi expedida da Espanha visando manter o gentio em liberdade e sob as mais amplas garantias. Na realidade, desrespeitada essa legislação pelo colono, as ordens religiosas num afã admirável realizaram, com a conversão de muitos milhares de indígenas, a incorporação deles a sistemas de vida novos, para tal empregando métodos brandos, de resultados os mais eficientes. Apesar de tudo, essa população gentia exerceu uma influência importantíssima na vida do Novo Mundo. Por que foi através o que ela ensinou, do que ela prodigalizou, do que ela realizou em benefício da nova sociedade que se estava organizando com ela, com o branco e com o negro que resultou o êxito maior do empreendimento colonial espanhol.

2 - Com relação ao elemento espanhol, precisamos, antes de mais nada, recordar que, no momento em que começou a conquista da América, Espanha estava realizando sua unificação política. Unificação política, vejamos bem. Porque a unificação cultural, social, humana, essa não se estava processando, apesar de todos os esforços que os dirigentes do Estado em formação realizavam para vencer as profundas diversidades existentes nas várias regiões em que se dividia o país. Conquistada pelos árabes que haviam vencido a monarquia visigodo-cristã, a península fora, aos poucos, sendo reconquistada pelos cristãos que construíram, nas Astúrias, o primeiro núcleo da resistência ao "infiel". E a medida que a conquista se processava iam sendo constituídas as unidades políticas, os chamados reinos cristãos onde, como era natural, se foram modelando populações com usos, costumes, falas, sistemas jurídicos próprios. A diversidade imposta pelas diferenças regionais, destarte, era completada por êsse conjunto de particularidades as quais, com o passar dos tempos, garantiu, à Espanha, uma estrutura plural que tanto a define no conjunto europeu. E' certo que essas monarquias perderam a autonomia política em virtude de guerras, de uniões de famílias reinantes. E, à época do descobrimento de Colombo, Castela e Aragão, as únicas até então independentes se haviam unido pelo casamento de D. Fernando de Aragão e de D. Isabel de Castela. Desaparecera, em consequência, a repartição política, mas nem por isso foram possível vencer a pluralidade social, institucional, lingüística. Espanha continuava plural.

Com relação ao ambiente americano, essa pluralidade teve sua importância. Porque, vindo para o Novo Mundo espanhóis de todas as regiões da mãe pátria, comunicaram êles à sociedade que ajudaram a constituir, todas aquelas di

versidades que as distinguiam, nela influindo profundamente.

Sucede, todavia, que, nos primeiros tempos, nem todos os espanhóis puderam passar ao Novo Mundo. Assim, os aragoneses, os catalães e valencianos, exemplifiquemos, estavam proibidos de vir para a América. E' que as Índias haviam sido incorporadas à Castela, e os aragoneses, catalães e valencianos estavam incluídos na área política de Aragão e não na de Castela. Com o falecimento de D. Isabel desapareceu, porém, a proibição. Como êsses elementos, os gitanos e os judeus também estiveram proibidos de passar ao Novo Mundo.

Pelo que está apurado, sabemos que passaram à América, nos dois primeiros séculos, isto é, o XVI e o XVII, principalmente os andaluzos, extremenhos, os castelhanos-leonenses. No século XVIII, os galegos, os asturianos, os santanderenses, os vascongados. E' preciso registrar aqui, finalmente, que a passagem para a América não se realizava ao "deus dará". Além da exigência de ser católico, a Casa de Contratacion examinava as condições que o "passageiro a Índias" apresentava. Dava-se preferência aos lavradores e criavam-se dificuldades aos letrados, os quais, em chegando ao Novo Mundo, em meio à barbaria reinante, transformavam-se em agentes de discórdia, de agitação, criando incidentes, dificultando, destarte, a ação das autoridades.

Ao lado dos lavradores e dos soldados, passaram à América, intênsamente, os fidalgos que careciam de restaurar suas fortunas ou que recebiam encargos administrativos. Instalando-se na América, perpetuaram o nome espanhol através a descendência que deixaram e ainda na atualidade atuam na vida dos países americanos de origem espanhola.

No tocante aos estrangeiros, a política espanhola seguiu, nesse particular, a orientação portuguesa, fechando as colônias aos que não integravam a comunidade imperial como seus nacionais. Por isso, alemães, holandeses, flamengos, italianos e portugueses, ao tempo em que estiveram submetidos ao domínio político da Casa d'Austrália, foram autorizados a instalar-se nas Índias. Os portugueses, grossa maioria, era judeus e dedicavam-se ao comércio. Constituíram núcleos muito grandes, principalmente em Cuba, México, Perú, Chile, e Argentina. Os outros estrangeiros, que ousavam penetrar nas terras coloniais como os ingleses e franceses, sofreram verdadeiras torturas. Eram tidos como perigosos à integridade política e religiosa do império colonial.

3 - O elemento negro, como na América portuguesa, foi importado para os serviços da mineração e da lavoura. Faziam-no, principalmente, os mercadores portugueses, que para tal obtinham contratos os chamados "assientos" com os monarcas espanhóis. Ingleses, franceses, holandeses, também afirmaram assientos. Os portugueses, todavia, mais que os outros, foram os grandes assentistas. Depois dos tratados de Utrecht, porém, os ingleses, passaram a exercer verdadeiro monopólio do tráfico.

Segundo Arthur Ramos, o contingente negro na América espanhola não pode ser estimado com segurança. Os primeiros lotes teriam chegado em 1502, desembarcando nas Antilhas. Trabalhador escravo, o negro africano não encontrou, no ambiente hispano-americano, o mesmo ambiente que encontrara na América portuguesa. Porque se nessa o contingente gentio contribuiu na estruturação da economia agrária e mineira sem expressividade, na América espanhola, ao contrário, foi a grande força em que repousou justamente a economia agrária e mineira. A presença do negro africano, por isso mesmo, teve menor significação. Ademais não aceitou bem o ambiente geográfico. Como no Brasil, porém, êle circunscreveu-se a algumas áreas. Assim, podemos constatar como regiões em que apresentou maior densidade as Antilhas, o México, o litoral do Perú, o Prata, a Venezuela.

Para terminar esta síntese: não ignoremos que também participaram da colonização da América espanhola alguns contingentes de orientais. É que, tendo incorporado ao império as Filipinas, os espanhóis delas trouxeram escravos amarelos, conhecidos pelo nome de "chinos". Não foram além de Nova Espanha. Em fins do século XVIII, de Espanha vieram ordens para libertá-los. Eram empregados em serviços de lavou-
ra mas, principalmente, em trabalhos industriais, substituindo os índios.

BIBLIOGRAFIA:

- Demétrio Ramos Perez - História de la colonización española en América. Madri, 1947
- Jorge R. Zamudio Silva - Para una caracterización de la sociedad del Río de la Plata. Revista da Universidade de Buenos Aires. Nos. 4, do ano II e I e 2 do ano III. B. Aires, 1944 e 45.
- Ricardo Konetzke - Legislación sobre imigración de extrajeros en América durante la época colonial. Revista Internacional de Sociología. Madri. Nos. II e 12. 1945
- C. Perez Bustamante - Las regiones españolas y la población de América. Revista de Indias . nº 6 - Madri, 1941
- Fernando Ortiz - Los Negros esclavos. La Habana, 1916.
- Angel Rosenblat - La población indígena de América. Buenos Aires, 1945.
- Arthur Ramos - As culturas negras do Novo Mundo. Rio, 1937
- Rodolfo Barón Castro - La población del Savador. Madri, 1942

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

26/10/48

X - O processo econômico da América Portuguesa.

A economia portuguesa, à época do descobrimento do Brasil, transformava-se. A nação vivia uma fase de transição passando do ciclo agrário que a caracterizava desde as origens da nacionalidade, da fundação da monarquia, para entregar-se à preocupação mercantil.

No Brasil, a gentilidade estava na fase tribal, caçando, pescando, em pleno nomadismo. A tarefa agrária competia às mulheres. A manufatura fundamental representava-se nos tecidos de algodão e de outras fibras selvagens e na cerâmica. Não trabalhava essa gentilidade os metais. Tampouco conhecia os animais domesticáveis de uso econômico.

Nos primeiros anos operou-se, no literal do Brasil, o primeiro contacto com o gentio e com a produção visível da nova terra. Então, fez-se escambo, com o gentio, de pau-brasil, canafistula, algodão, macacos, papagaios. O tráfico mais intenso foi o do pau-brasil, que passou a ser monopólio do estado e em consequência só por êle explorado.

Com o início da colonização, através o empreendimento das capitâneas, o processo econômico entrou em nova fase. De logo a terra foi trabalhada intensamente. Plantou-se cana. Plantaram-se espécies alimentícias, inclusive frutas européias. Fabricou-se o açúcar e o vinho. Criou-se o primeiro gado.

No decorrer dos três séculos seguintes, toda uma larga atividade foi sendo executada no campo econômico. A legislação que baixou do Reino, nesse particular, revelando a preocupação de tornar o Brasil a grande reserva do país, evidenciou, por outro lado, o sentido profundamente agrário que dominou essa política, como igualmente expressou a existência de uma mentalidade objetiva que via a realidade com penetração e sentia o rigorismo dessa realidade no mundo americano. No que diz respeito à agricultura, Portugal fêz que se lavrasse a terra intensamente, fôsse aproveitando o que o próprio ambiente proporcionava, fôsse experimentando as espécies que fêz trazer do Oriente ou do próprio Reino. Assim, plantou-se cana, algodão, mandioca, cacão, tabaco, café, trigo, cânhamo, frutas européias ou não, etc.

No tocante à criação de gado, trazido êle do Cabo Verde, deu origem aos rebanhos do nordeste, do extremo norte, do centro e do sul do Brasil. X Os pontos de entrada dêsse gado vacum e cavalari foram: Bahia, São Vicente, Belém. O gado do sul, grosso modo, foi de origem platina.

A mineração não constituiu, nos primeiros tempos, como na América espanhola, uma preocupação fervente dos colonos desanimados de logo se encontrar o ouro e a prata. Só no século XVII e XVIII, por isso, houve margem para uma intensa atividade dos colonos e dos elementos que emigraram do Reino. Fizera-se mineração, inicialmente, no litoral sul, nas bocas de pequenos rios. Posteriormente, ao tempo do "rush", mineirou-se em Minas, Mato Grosso, Goiás, Bahia. Nessa última, alguma prata foi obtida. Os diamantes, descobertos e explorados no Tejuco, em Minas, tiveram uma importância muito menor que o ouro.

No extremo norte, o fundamento econômico da ocupação esteve representado pela especiaria de tipo oriental ali denominada de "droga do sertão" e constou das variadas espécies vegetais coletadas com a ajuda do índio. Na mesma região, fêz-se intensa operação de pesca, fôsse ao longo do litoral, fôsse nos grandes lagos interiores. Essa produção piscosa manteve em atividade grossos contingentes da população e constitui um dos mais impressionantes motivos do giro comercial com a metrópole.

A indústria, conquanto não se tivesse desenvolvido em Portugal, encontrou, no Brasil, algum ambiente. E tanto assim que, se foi a lavoura da cana o principal motivo agrário da colonização, a fabricação do açúcar constituiu a consequência imediata dessa lavoura assim expressiva. Ora, o fabrico de açúcar era, evidentemente, uma manifestação do trabalho manufatureiro. X Mas, não só ao fabrico do açúcar, reduziu-se a atividade manufatureira dos portugueses. Montaram-se, no Brasil, igualmente, teares de algodão. Fabricaram-se calçados, curtiu-se couro, preparou-se a carne em salmoura ou seca ao vento para exportação, extraiu-se o óleo da baleia e da tartaruga. Montados estaleiros ao longo da costa, principalmente no Pará, Maranhão, Alagoas, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santa Catarina, construíram-se embarcações de alto bordo, inclusive naus de guerra.

Em 1785 e 1751, para proteger a pequena indústria reino, e evitar o contrabando do ouro, D. Maria Iª proibiu o funcionamento dos teares e das ourivesarias. A mão de obra para tôda essa atividade foi recrutada entre o gentio dos sertões e a multidão negra trazida da África na condição de escravos. Não se decretou, na América portuguesa, aquela legislação abundante e generosa que tanto caracterizou a política espanhola com relação ao gentio e que envolvia os mais pro

fundos aspectos do trabalho e da vida socio-econômica do homem da terra. A legislação, nesse particular, não teve a significação.

Quanto às relações comerciais, diferenciando-se da política espanhola, a política portuguesa foi menos estreita. É certo que mantinha o sistema dos monopólios. Todavia, jamais se exerceu a pressão que vemos nos domínios espanhóis quanto ao direito de comércio. Procurando fomentar o desenvolvimento do comércio, Portugal criou, no século XVII e XVIII, companhias de comércio que deviam incentivar a lavoura, introduzir escravos negros para resolver o problema da mão de obra e encaminhar as relações mercantis entre a colônia e o Reino.

BIBLIOGRAFIA

- I - JOAO LÚCIO DE AZEVEDO- Épocas de Portugal Econômico - Lisboa, 1929.
- II - ANTONIO CORREA - História Econômica de Portugal. Lisboa - 1929.
- III- ALMEIDA D'EÇA - Normas econômicas da colonização portuguesa - Lisboa, 1920.
- IV--ROBERTO SIMONSEN - História econômica do Brasil - São Paulo, 1937
- V - CAIO PRADO JÚNIOR - História econômica do Brasil - São Paulo, 1945.
- VI- FELIX CONTREIRAS RODRIGUES - Traços da economia social e política do Brasil - Rio, 1935.
- VII - LEMOS BRITO - Pontos de partida para a história econômica do Brasil- Rio, 1923.
- VIII- AFONSO ARINOS- Síntese da história econômica do Brasil, in "Terra do Brasil". São Paulo, 1939.
- IX - ROBERTO SIMONSEN - Aspectos da história econômica do café. São Paulo, 1940.
- X - Severino Sombra - História monetária do Brasil colonial. Rio, 1938.
- XI - ARTHUR C. R. REIS - O processo histórico da economia amazonense.- Rio, 1944
- XII- DIEGUES JUNIOR - O açúcar na colonização do nordeste. In Observador Econômico. Nº 138.
- XIII- LUIZ AMARAL - História da agricultura brasileira. São Paulo, 1939.
- XIV - Bernardino José de Souza - O pau Brasil na história nacional. São Paulo, 1939.

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

28/10/48

XI - As colônias inglesas: tipos e características. A população da América inglesa.

Ao tempo em que os portugueses e espanhóis, seguidos pelos franceses se atiravam ao empreendimento descobridor para a conseqüente empresa colonial, os ingleses encerravam seus problemas políticos internos, com a estruturação da unidade nacional, ampliando o reino à Escócia e à Irlanda, e com a extinção do sistema da servidão. O sistema constitucional continuava em vigor. A guerra das Duas Rosas, que tanto custara ao país, argamassara, porém, mais fortemente, a consciência de nacionalidade.

No campo econômico, a essa altura, processavam-se igualmente grandes modificações. E que as áreas agrárias estavam sendo envolvidas pela ação dos grandes criadores de carvão, cuja lâ era necessária ao parque industrial em franco desenvolvimento. Destarte, punha-se têrmo ao estágio agrário que até então a nação vivera. Já um comércio intenso, de natureza continental, ou melhor oceânico, ocupava a atenção dos ingleses. E esse comércio fazia-os chegar ao Báltico, ao Mediterrâneo e posteriormente às costas africanas do Atlântico. Entendimento mercantil com Portugal assegurava-lhes uma certa participação nas resultantes econômicas advindas dos descobrimentos, o que nem por isso era suficiente para evitar que os mercadores ingleses se aguçassem visando a obtenção, direta e mais intensa, das mercadorias do Oriente e depois do Brasil.

A situação geográfica do país, de outro lado, como que lhes indicando o caminho do mar, não impusera o isolamento que não seria, por isso mesmo, a marca da nação que consolidava seu poderio. A própria segurança da ilha exigia que o isolamento não ocorresse, visto que havia necessidade de buscar fora certos elementos necessários à mesma segurança nacional. Assim, fôsse através o comércio oceânico que mantinham, fôsse através os primeiros contactos que navegadores intrépidos realizavam, os ingleses começavam a inteirar-se vivamente do que valiam as riquezas do Oriente e do Ocidente que os espanhóis estavam buscando com tanto sucesso. E já em fins do século XVI Humphrey Gilbert e Walter Raleigh tinham atingido

terras do norte e do sul da América. Raleigh estabelecera as primeiras posições de sua pátria na Virgínia e na Guyana. Na terceira década d'esse século, barcos ingleses visitavam a costa do Brasil, entabulando escambo com o gentio e, apesar das boas relações entre as côrtes britânica e portugueza, enfrentando os colonos portuguezes sem demonstrações de cordialidade. E ao principiar o século XVII fundavam entrepostos na Amazônia. Começava, então, a formação de companhias de comércio marítimo, como a de Moscou, do Levante, do Catai. Bristol a essa altura, representava um grande papel em tais empreendimentos. Os entrepostos na Amazônia eram fruto das companhias que se estavam organizando.

As preocupações com a expansão e a formação do império colonial se encontram, nessa fase, seus primeiros fundamentos devem, porém, preferentemente ser buscados aos começos do século XVII. Razões várias militaram a favor do objetivo, enfrentado sem cessar e com lucros memoráveis. Essas razões foram as seguintes: preocupação de ter nas próprias mãos a mercadoria que os povos da Ibéria, os espanhóis principalmente, retiravam da América, libertando a Inglaterra dos mercados estrangeiros produtores de matéria prima: dificuldades de vida criada pelo abandono dos campos, o que motivara a existência de população sem atividade produtiva; encerramento do período de guerras nacionais e internacionais, o que fazia que crescesse o contingente de desocupados; incidentes de natureza religiosa separando os ingleses e forçando a saída dos que se consideravam em situação de inferioridade; preocupação de exterminar o império espanhol, que representava um perigo para a estabilidade inglesa e era o grande baluarte das forças da cristandade; resultados magníficos que estavam advindo dos esforços mercantis da companhia moscovita e dos contactos com o extremo oriente.

Na luta contra os espanhóis, criara-se a mística da bravura marítima. Surgira a classe ou a comunidade dos "mastins do mar", os "Elizabethan sea-dogs", que imortalisaria, perante os ingleses, seus capitães de empreitadas marítimas, seus corsários, seus piratas. Essa mística favorecia o empreendimento marítimo e com êle o conhecimento dos caminhos para a América e o conhecimento pormenorizado das terras da América. Uma extensa literatura de viagens começou, então, a ser escrita. Ricardo Hackluyt, que dirigia um dos grupos interessados na exploração das terras novas descobertas, foi o mais famoso dos divulgadores das excelências da América. Iniciando a edição dos relatos das viagens que se faziam, organizou uma das coleções mais famosas ainda nos dias atuais, pois que continua a ser publicada, destarte colaborando eficientemente para a criação daquela literatura de temas exóticos.

A preocupação mercantil- colonial, alimentada por tôdas essas forças, tomou vigor. Para materializá-la organizaram-se novas companhias de comércio e de colonização, às quais os monarcas inglêses concederam cartas de privilégio e de direitos para ocupar terras, explorá-las, sôbre elas impondo a soberania inglêsa. Desconheciam, assim, os monarcas da ilha aquêles títulos a que se aferravam os portuguezes e espanhóis. Desde logo, porém, e isso é preciso que fique bem claro, declaravam êles, que apenas inglêses poderiam comerciar com as colônias, nas quais, seus súditos deveriam viver garantidos pela mais absoluta liberdade. Adotavam, como se vê, o sistema de monopólio, que vincava os sistemas coloniais de portuguezes e espanhóis.

Dêssas companhias, interessam-nos as que tiveram como campo de ação a América. Foram elas, incialmente: Companhia de Londres, Companhia de Plymouth, Companhias do Amazonas e Guiana. Estas, que pouco realizaram, plantaram colônias no vale amazônico e na região da atual Guiana Francesa. Entre a primeira década e terceira do século XVII. Nessas tentativas coloniais, os inglêses fizeram cultivar cana, fabricar açúcar, pescar o peixe boi e coletar o urucu, tendo mesmo introduzido os primeiros trabalhadores escravos negros necessários para o empreendimento agrário e fabril. Tais companhias foram organizadas por fidalgos da corte inglêsa. Distinguiram-se no empreendimento Tomas Roe, Roger North e Robert Harcourt.

A Companhia de Plymouth e a de Londres deviam operar nos territórios do norte, onde os espanhóis não se haviam ainda estabelecido. Ali já se fizera a experiência de Walter Raleigh, que montara pequenos estabelecimentos na Virgínia, em 1585. Verificara-se que enfrentar os espanhóis onde êles já possuíam estabelecimentos era perigoso, quando não de todo de resultados negativos. Demais, na região norte havia facilidades criadas pelo clima, que não hostilizava os emigrantes inglêses. Os monarcas inglêses, tôda vez que concediam terras nas áreas americanas, insistiam em que nenhum passo se desse na emprêsa colonial a executar em áreas que não parecessem próprias à estabilidade, à saúde, ao bem estar de seus súditos.

As duas referidas companhias tiveram suas concessões separadas uma da outra por um espaço de cem milhas, que evitaria os choques entre os colonos e serviria para, no futuro, permitir a expansão, que revelaria a capacidade das colônias que as companhias estabelecessem. Tôda a costa sôbre que se iam estabelecer recebera o nome de Virgínia, homenagem a rainha Isabel, grande incentivadora do negócio colonial e da aventura marítima. A companhia de Plymouth recebeu terras. Nelas, porém, não criou colônias. Não dispôs de recursos para

aventura. Por isso, o espaço que lhe cabia foi ocupado, posteriormente, por colonos independentes ou autorizados por ela a ali se instalarem.

A companhia de Londres, ao contrário, foi bem sucedida. Em 1606, três navios, com os colonos que recrutara, saíram de Londres indo, a 2 de abril, atingir a costa americana. Aberta a caixa selada que a companhia entregara aos colonos dando-lhes as instruções sêbre a fundação da colônia, lidas e aceitas as mesmas instruções, foi fundado o primeiro estabelecimento, que recebeu o nome de Jamestown, em homenagem ao monarca inglês, que era James I^o.

Conquanto não fôsse de direito o dirigente da colônia, o imigrante, John Smith revelou-se um chefe capaz que, na realidade, teve a seus ombros a solução dos problemas que, de pronto, dificultaram o desenvolvimento da posição. Porque o local escolhido, apesar das recomendações régias, não possuía aquelas condições sanitárias necessárias ao bem estar coletivo. A malária ceifou vidas. Os índios nem sempre se mostraram amigos. Mais de uma vez a colônia esteve a pique de ser destruída. Ademais, as esperanças de progresso estavam cada dia escasseando mais. A riqueza mineral que os espanhóis tinham descoberto nos territórios onde se haviam estabelecido não eram encontradas em Jamestown. O desencanto crescia, quando começou a cultura do fumo, importado das Antilhas. O êxito foi completo. E a colônia entrou a prosperar, recebendo novos colonos e aumentando seu território pela ampliação imposta pela cultura fumageira. Sua direção estava confiada a uma assembléia de colonos, escolhida livremente. As deliberações da assembléia eram submetidas ao conselho diretor da companhia em Londres. Se êste desaprovasse, a assembléia colonial tinha o direito de, pesadas as razões da sua deliberação e do veto do conselho, manter êste ou aquêle. A companhia fazia-se representar na colônia por um governador de sua confiança e nomeação. Com o andar dos tempos, o governador atribuiu às assembléias o caráter de verdadeira câmara legislativa.

Ao lado do sistema das companhias autorizadas, experimentou-se outro sistema: o das concessões diretas de Sua Majestade a fidalgos que lhe mereciam a mercê. A primeira dessas concessões foi feita a Gilbert e a Raleigh. Ambos tinham o direito de fundar colônias, nelas agindo como senhores. A experiência mais memorável foi a de Lord Baltimore, que recebeu, com as terras concedidas, o direito de atuar em tôda plenitude inclusive podendo conceder títulos de nobreza aos que o acompanhassem e ali realizassem trabalhos que merecessem tal paga. Lord Baltimore fundou a colônia de Maryland, que povoou com católicos e protestantes, embora Baltimore fôsse católico. Nessa colônia havia integral liberdade de religião e só depois da revolução protestante na Inglaterra o culto católico foi abolido.

Outra colônia, estabelecida através concessão régia a fidalgos, foi a de Carolina, que se dividiu em duas: a do norte e a do sul.

Guilherme, Penn, também favorecido pela benemerência régia, obteve uma área acima de Maryland, e para lá levou os Quakers, seita religiosa que experimentava tremendas dificuldades na Inglaterra por motivo de suas atitudes espirituais. Penn fundou então a Pensilvânia, que abrigou, conforme os princípios de seu fundador, todos os homens de boa vontade. Ali se estabeleceram alemães e emigrantes de outras nacionalidades. Sua capital foi Filadelfia, que significa cidade do amor fraterno.

Terceiro sistema experimentado na colonização da Norteamérica constou da instalação de colonos que emigravam espontaneamente, e autorizados pelas companhias que possuíam as terras, com a cooperação delas constituíam novas empresas e enfrentavam o meio ambiente plantando colônias. Foi o caso dos Peregrinos que, fugindo às perseguições religiosas da Inglaterra e não se tendo dado bem nos Países Baixos, para onde haviam emigrado, obtiveram da companhia de Plymouth o direito de ali estabelecer-se. Viajaram no "Mayflower". Fundaram a colônia de Plymouth, que padeceu provações tremendas e se fundiu, posteriormente, com outra colônia de protestantes emigrados, a de "Massachussets Bay", que era constituída por Puritanos, geralmente homens de bens terrenos suficientes com os quais haviam capitalizado o suficiente para a plantaço da colônia.

Todos êsses nucleos coloniais assim constituídos e dos quais, por motivos políticos e religiosos, saíram grossos cabedais de população, que foram estabelecer outras colônias em áreas distantes, mas sempre na faixa de terra entre o Maine, a Flórida e os montes Apalaches, viveram livremente. Sucede, porém, que já em fins do século XVII a interferência real tomava vulto, sucedendo a das companhias, dos concessionários e dos próprios organismos autônomos. Funcionários reais vinham tomar conta dos negócios da administração, em nome de Sua Majestade, que aos poucos foi readquirindo o domínio das colônias, que se integrara no corpo político do império como colônias reais. Essa interferência não implicava em penetração absolutista. Porque, de nenhum modo, sofreu alteração o sentido de liberdade que presidira a organização das colônias. Os colonos organizavam suas assembléias que deliberavam de seus problemas e contra cujas decisões nem mesmo as assembléias de Londres tinham o direito de pronunciar-se. O conselho que funcionava em Londres, sob a presidência do Rei, para os assuntos do ultramar, não possuía os poderes que vamos encontrar no Conselho das Índias nem no Conselho Ultramarino. Os governadores administravam, mas não podiam contrariar a vontade e as deliberações dos colonos, quando tomadas nas assembléias

Tão pouco os impostos decretados na Inglaterra incidiam sobre as colônias. Elas é que os votavam de acôrdo com as possibilidades locais e com as necessidades do bem estar doletivo.

Nas Antilhas, nos primeiros tempos, o sistema adoptado foi o das concessões a senhores; sistema de proprietários ampliada a ocupação da área antilhana com as guerras de que resultava o quase desaparecimento do império espanhol e do francês ali, desceu sobre elas a ação direta do estado, que se empossou da gerência dos pequenos territórios.

No decorrer do ciclo de colonização inglesa da América, embora tivesse presidido ao empreendimento a preocupação monopolista, nem por isso as colônias foram fechadas aos estrangeiros. Alemães, irlandeses, escoceses, belgas, flamengos, aquêles primeiros em maior posição, puderam instalar-se nelas com relativa facilidade, incorporando-se aos quadros sociais. No tocante ao elemento indígena encontrado, os contactos processaram-se por entre altos e baixos. O sistema da aliança, que autorizada a colaboração, o que vale dizer a utilização do braço e da inteligência do gentio, produziu grandes resultados. O choque violento entre brancos e nativos, porém, marcou época na história colonial da América inglesa. Porque, ao invés do cruzamento ou da escravização, os colonos ingleses preferiram a destruição das tribus pelas guerras que contra elas moveram.

Não deve ser esquecido, por fim, a contribuição africana, que serviu para as tarefas agrárias e sobre a qual conversaremos em nossa próxima palestra.

BIBLIOGRAFIA:

Além dos trabalhos sobre a colonização inglesa referidos na apístola de bibliografia geral, merecem registro mais os seguintes

- I - ARTHUR PERCIVAL NEWTON - The european nations in the WEST Indies. Londres.1933.
- II- CHARLES M. ANDREWS - The colonial period of american history. N. Haven, 1937.
- III-OLIVER PERRY CHITWOOD - History of colonial América. Nova York e Londres, 1931.
- IV -MAX SAVOLLE - The foundations of american civilization. Nova York, 1942.
- V - CURTIS P. NETTELS - The roots of american civilization. N. YORK, 1939.

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

XII - A organização econômica da América inglesa - A imigração e o comércio.

Foram os ingleses, dos quatro povos que tiveram atuação mais destacada na formação colonial das Américas, os que ocuparam espaço menor mas, de mais variada natureza ambiente, conquanto, a uma primeira impressão, pareça que tal não ocorreu. Assim é que, no norte, instalaram-se, como já sabemos, entre o Maine e a Flórida, ao longo da costa atlântica. Apertados que estavam pelas montanhas Apalaches, que lhes impediam de realizar expansão rumo ao oeste, só quando enfrentaram os franceses do Canadá e os índios que acompanhavam aqueles europeus é que tiveram ocasião de descobrir o caminho que os levou ao Ohio. Então puderam executar seus planos ou objetivos de irradiação para ampliar o espaço político que lhes permitiria a construção de um império de maiores possibilidades. Nas Antilhas, como nas Guianas, o espaço igualmente não lhes abriu maiores possibilidades para um império do tipo do português e do espanhol. Nas Antilhas, reduziram-se, por isso mesmo, a São Cristovão, Barbados, Tobago, Bermudas, Jamaica, Trinidad e pouco mais. Nas Guianas, em meio a tremendas dificuldades criadas pela concorrência dos holandeses, espanhóis e franceses, tiveram de limitar-se a uma pequena área, marcada na carta fisiográfica pelos cursos de Essequibo, do Demerara e do Berbice e assim mesmo já em fins do século XVIII, conquanto possuíssem certo conhecimento anterior da região, onde, desde o século XVII vinham tentando fincar domínio.

No setor norte, isto é, na região que constitui presentemente os Estados Unidos, foi onde mostraram mais eficientemente suas possibilidades como povo colonizador, realizando uma experiência, por todos os títulos memorável, o que não quer dizer que houvessem falhado lamentavelmente nas outras áreas americanas. É que, condições de clima e condições fisiográficas facilitaram, no norte, a empresa colonial, enquanto que nas Antilhas e nas Guianas êsses mesmo imperativos valeram como forças negativas que a dificultaram e explicam a palidez dos resultados obtidos. No norte, encontraram, de certa maneira, um ambiente climático que não estranharam, enquanto que nas Antilhas e nas Guianas tiveram de experimentar o tropicalismo numa prova dura.

Em exposição anterior, tivemos ocasião de registrar os processos mediante os quais vieram ocupar as terras americanas após quase um século de aventuras nos mares na luta contra o poderio naval e colonial de Espanha. Esses processos foram naturalmente sendo executados de acôrdo com as exigências locais, a que souberam atender com uma inteligência particular.

Nas Antilhas, onde a resistência do meio fisiográfico, insistamos no pormenor, foi impressionante, pois inclusive lhes faltava água em quantidade suficiente para permitir êxitos de monta em qualquer empreendimento agrário e para a manutenção da própria vida, nos primeiros tempos a paisagem econômica e social não apresentava atrativos. Até então, a lavoura do anil, do café e do tabaco é que tinham condicionado a vida dos colonos. X Verificada, porém, a possibilidade do cultivo da cana e do fabrico de açúcar e de rum, as terras foram ocupadas por grandes proprietários, que estabeleceram latifúndios e para onde fizeram transportar grossas partidas de escravos negros. X Nas Antilhas, em consequência, ao invés de serem colonos, trabalhando a terra como fariam no norte, os ingleses mantiveram-se na condição de senhores, aqui e ali agraciados pelas mercês régias com títulos de baronia de que se ufanavam e lhes grangeou particular posição no quadro da sociedade colonial dos séculos XVII e XVIII. Para o fabrico de açúcar, é tempo de referirmos, tiveram necessidade de recorrer à inteligência objetiva dos portugueses, então tidos e havidos na conta de grandes técnicos na espécie. Judeus portugueses, deixando o território nordestino ao cabo da dominação holandesa, do mesmo modo porque se dirigiram e instalaram nas Antilhas francesas e espanholas e nos territórios coloniais holandeses, desembarcaram nas Antilhas inglesas, levando até lá a técnica do fabrico do açúcar branco. Não foi suficiente. E ingleses, vindo ao Brasil sob a proteção da secular aliança entre Portugal e Inglaterra, chegaram ao nordeste, a Pernambuco principalmente, visando aperfeiçoar seus conhecimentos na manufatura açucareira adquirindo a técnica e a mão de obra que lhes garantiu sucessos impressionantes para o esplendor açucareiro que alcançaram.

Nas Guianas, em meio a altos e baixos políticos, produziram pouco: fizeram a agricultura da cana, do tabaco, do algodão e do café. Servindo-se da mão de obra escrava africana e indígena. X Na experiência colonial, verdade seja registrada, iniciada permanentemente em fins do século XVIII, utilizaram as realizações holandesas, a que haviam sucedido. Importaram, para domar o espaço agressivo, além de escravos negros, colões asiáticos e grupos indianos. Iniciaram a criação de gado nas cercanias da fronteira com os territórios da América portuguesa. E nas proximidades dos centros urbanos que montaram e na generalidade foram situados ao longo do litoral ou à margem dos cursos d'água a que nos referimos atrás, fizeram grandes plantações de arroz.

Nas áreas do norte, nos primeiros tempos foram mal sucedidos. Porque tentaram aclinar o trigo sem resultados compensadores. X As populações nativas que encontraram já viam um estadio cultural que se afirmava pela lavoura do milho, do tabaco, e outras espécies vegetais, e pela sedentariiedade que as ligava ao meio onde tinham criado ambiente social. X Compreendendo que não seria possível vencer sem acomodar-se ao meio, aceitando o que o gentio indicava como o mais próprio, visto que resultava de sua experiência talvez secular, principiaram a cultivar o milho e o tabaco. X Naturalmente aceitando a técnica indígena mas, aos pouco, substituído-a por processos que a superioridade cultural de que dispunham, inclusive o uso do arado, indicava ou autorizava. A agricultura das duas espécies, rendendo admiravelmente, principalmente a do tabaco, que encontrava excelente mercado na Europa, na Inglaterra em particular, assegurou vitalidade ao empreendimento colonial. A partida, vencida com os resultados obtidos, favoreceu a imigração e deu margem à organização do trabalho, às relações mercantis, a todo o conjunto de atividades sociais e econômicas que caracterizam uma empresa colonial.

De logo, todavia, as condições regionais e sua resultante econômica foram distanciando às colônias. No norte, ao invés de um empreendimento cem por cento agrário, criaram-se atividades diversas, que acabaram por impor-se, sobrepondo-se à tarefa agrária. No sul os colonos mantiveram-se firmes na preocupação agrária, dentro do sistema do latifúndio, com base no trabalho escravo e um regime de vida que decorria dessas circunstâncias imperativas. X No centro, estabelecia-se um meio termo fazendo-se agricultura e exercendo outras atividades econômicas.

No tocante à agricultura, além das espécies a que nos referimos, fizeram-se lavouras de frutas européias, principalmente de maçã, de algodão, arroz, anil, amoreiras, visando a criação do bicho da seda, para o que foi necessário importar técnicos franceses, e do trigo, por fim aclimado com sucesso.

De tôdas, porém, o algodão e o tabaco foram as fundamentais. Para elas voltavam-se as atenções gerais. O sul viveu sua grande vida feudal submetido ao esplendor dessas duas lavouras, que se desenvolviam dia a dia pelo aperfeiçoamento de sua cultura e pelo financiamento que recebiam os plantadores.

As reservas florestais constituíram outro motivo econômico que prendeu a atenção dos colonos. X Fora necessário, como em todos os outros pontos das Américas, vencer a floresta

para criar as clareiras onde fazer a lavoura e criar o gado. No norte, porém, ao invés de a destruírem com aquêlê objctivo, utilizaram-na para grandes operações comerciais. O pinho branco, encontrado em extensões imensas, obtinha ótimo mercado no Velho Mundo. Foi exportado em grande escala. Como outras madeiras de uso industrial. Se eram fundamentais para construção das frotas inglêsas, até então supridas das reservas bálticas.

A existência das florestas, de outro lado, indicou a existência de espécies animais, cujas peles e couro, eram solicitados pelo mercado inglês. Foram buscades intensamente. O negócio constituiu mesmo uma das ocupações maiores e mais lucrativas dos colonos do norte. Deu margem ao aparecimento do tipo do pioneiro, que abria caminho na coleta florestal e na caça aos animais de valor econômico, que se escondiam no interior do país.

O gentio não conhecia os animais domesticáveis. Houve necessidade de buscá-lo à Europa como se fizera na América Espanhola e na América portuguesa. Grandes rebanhos, no sul e no centro foram criados, de gado vacum, cavalari, lanígero.

No mar, os colonos obtiveram outros recursos que lhes fundamentaram a vida. As pescarias organizadas tecnicamente, e empreendidas por grandes flotilhas de barcos pesqueiros, muitos dêles pertencentes a organizações comerciais montadas pelos próprios colonos, ou financiadas de Londres, deram lucros ponderáveis. Vale recordar aqui que justamente a pesca constituiu um dos atrativos dos marujos portugueses, franceses e portugueses nos primeiros tempos do contacto da Europa com as terras do norte do continente. Ao longo de toda a costa que se estende entre o Maine, a Nova Escócia e a Terra Nova, a pesca foi exercida incessantemente. Os colonos do Massachussets, por exemplo, quase que se preocupavam unicamente com a pesca e atividades derivadas. Já em princípios do século XVIII, exemplifiquemos, exportavam-se para a Inglaterra mais de dez milhões de libras de pescado.

O exercício da pesca, como era natural, determinou a criação da indústria dos barcos a ela destinados. Montaram-se então os pequenos estaleiros, que dispunham fácil e abundantemente da madeira empregada nas construções. Pequenos núcleos litorâneos desenvolveram-se com a montagem de estaleiros. Ficou famoso, por exemplo, o porto de Salen, que ainda em meados do século XIX mantinha a palma na construção naval e na movimentação de seu comércio inclusive com o Brasil. Esses estaleiros que, de início, fabricavam apenas os barcos de pesca, passaram posteriormente a construir embarcações de

grande calado, para as navegações transatlânticas, rivalizando com os estaleiros britânicos, a que não ficavam a dever em nada.

Falamos em indústria. Precisamos recordar, para compreender o desenvolvimento econômico das colônias inglesas que, face às transformações por que estava passando a mãe pátria, que deixava de ser nação de base agrária para ser potencial industrial, em rivalidade com França, a montagem de indústrias no Novo Mundo não interessava, antes contrariava os objetivos e os interesses dos mercadores e industriais britânicos. Daí toda a série de pressões que os mercantilistas e industriais ingleses exerciam sobre as forças governativas para que, nas colônias, se não montassem as manufaturas que as libertaria do controle da mãe pátria. Advogavam eles, por isso, de acordo, aliás, com o princípio do mercantilismo dominante na Inglaterra, a permanência das colônias na condição de fornecedoras de matéria prima e de bom mercado das manufaturas metropolitanas. Os próprios mercadores das colônias preferiam manter contacto com os mercadores metropolitanos, que vale dizer, não aplaudiam a criação de manufaturas do império americano. Embora, além das chamadas manufaturas domésticas e aquelas a que já nos referimos ou foram uma consequência da necessidade de mais valorizar a produção agrária ou espontânea, foram montadas, principalmente no norte, indústrias têxteis, de cordoalha, de alimentos, de ferro e moinhos para moer o trigo de consumo local ou de exportação. No particular do ferro e do trigo, houve tal perfeição no que as colônias produziram que, na concorrência com a produção metropolitana, a colonial levava a palma. E de tal sorte isso prejudicou os interesses dos industriais metropolitanos, que um ato régio proibiu que, nas colônias, se produzisse, no campo da indústria metalúrgica, mais que os simples lingotes.

O sistema mercantilista dominante na Inglaterra, recordemos, baseando a riqueza das nações na movimentação dos negócios, não podia ver bem qualquer atitude das colônias em direção distante daquela da simples operação de compra e venda. As colônias, em consequência, se viram forçadas a manter-se nessa condição, no que não diferiam muito da condição em que viviam as colônias espanholas e portuguesas, igualmente forçadas a suprir-se das mercadorias das respectivas metrópoles e impedida de fabricá-las em seus próprios territórios para suprir suas necessidades ou dos mercados consumidores. A concorrência das colônias com as metrópoles estava vedada, de acordo com o estilo da época.

Para a movimentação das riquezas que se descobriam ou que se criavam, fazia-se mister a mão de obra abundante. O empreendimento agrário exige, mais que qualquer outro, como sabemos, pessoal abundante. O gentio, como nas colônias espanholas e portuguesas, portou-se ora em franca camaradagem, co

operando através alianças com os ingleses, ora contra eles se insurgindo. Não se submeteu, porém, ao regime de trabalho nas fainas inglesas. Impoz-se a introdução de braços, recrutados na Europa e na África. Os da África chegaram na condição de escravo. Os primeiros foram trazidos pelos holandeses. Os maiores contingentes aglomeraram-se como era natural, na região sul, onde se fazia a agricultura mais intensamente.

Os trabalhadores brancos chegaram na condição de servos. Sem recursos para obter passagem para a América, viajavam como escravos. Nos portos, os proprietários rurais os adquiriam aos comandantes dos barcos. Obrigavam-se, de acordo com o costume, a prestar serviço durante um determinado espaço de tempo que, na generalidade, ia de dois a seis anos. Trabalhava gratuitamente. Findo o prazo, eram livres. Recebiam, então, um pequeno salário em dinheiro, um terno de roupa, e mais os recursos de que carecessem se pretendessem instalar-se em região agrária para tornar-se proprietário. Outras vezes, agentes de trabalho percorriam as áreas, na Europa, onde a vida se mostrava mais difícil, recrutando a mão de obra, sempre, porém, trazendo o trabalhador na condição de servo ou escravo provisório. Em algumas dessas regiões, houve a aquisição de verdadeiras multidões de braços. Príncipes alemães, que careciam de recursos, venderam seus súditos. Além disso houve, na Europa central, que quase desapareceram pela retirada de seus habitantes, que se dirigiam para as colônias inglesas. Ao lado desse tipo de imigrante, houve igualmente o imigrante inteiramente livre, que veio fazer a América trazendo seus próprios recursos e nela instalando-se para as tarefas de que entendia. Irlandeses, escoceses, nórdicos, alemães e franceses protestantes passaram, em consequência, no decorrer dos dois séculos do domínio inglês, para a América britânica, em grossas partidas. Situar-se preferentemente em pequenas colônias, onde se adensavam. Os irlandeses-escoceses, por exemplo, constituíram, nesse período histórico, 500 pequenas comunidades, onde seus costumes, seus usos, lhes davam a impressão de que viviam em sua própria pátria de origem.

Outro tipo de imigrante foi a criança. Roubada na Europa, era transportada para a América e vendida aos grandes proprietários que a utilizava para seus serviços menos pesados até que adquirisse, com a idade, capacidade para viver por si, quando então a libertava. Os que tinham contas a justar com a justiça também passaram à América inglesa. Compuzeram um grande contingente. Calcula-se mesmo que cerca de 50.000 criminosos vieram da Inglaterra e da Alemanha tentar nova vida. Mal recebidos, ou realmente modificavam suas atitudes ou voltavam à presença da justiça, que se mostrava inflexível. Se para corrigir a situação e os perigos que tais indivíduos acarretavam para as colônias, 300 delitos foram por elas considerados como merecendo a pena capital.

operando através alianças com os ingleses, ora contra eles se insurgindo. Não se submeteu, porém, ao regimen de trabalho nas fainas inglesas. Impoz-se a introdução de braços, recrutados na Europa e na África. Os da África chegaram na condição de escravo. Os primeiros foram trazidos pelos holandeses. Os maiores contingentes aglomeraram-se como era natural na região sul, onde se fazia a agricultura mais intensamente.

Os trabalhadores brancos chegaram na condição de servos. Sem recursos para obter passagem para a América, viajavam como escravos. Nos portos, os proprietários rurais os adquiriam aos comandantes dos barcos. Obrigavam-se, de acordo com o costume, a prestar serviço durante um determinado espaço de tempo que, na generalidade, ia de dois a seis anos. Trabalhava gratuitamente. Findo o prazo, eram livres. Recebiam, então, um pequeno salário em dinheiro, um terno de roupa, e mais os recursos de que carecessem se pretendessem instalar-se em região agrária para tornar-se proprietário. Outras vezes, agentes de trabalho percorriam as áreas, na Europa, onde a vida se mostrava mais difícil, recrutando a mão de obra, sempre, porém, trazendo o trabalhador na condição de servo ou escravo provisório. Em algumas dessas regiões, houve a aquisição de verdadeiras multidões de braços. Príncipes alemães, que careciam de recursos, venderam seus súditos. Além disso houve, na Europa central, que quase desapareceram pela retirada de seus habitantes, que se dirigiam para as colônias inglesas. Ao lado desse tipo de imigrante, houve igualmente o imigrante inteiramente livre, que veio fazer a América trazendo seus próprios recursos e nela instalando-se para as tarefas de que entendia. Irlandeses, escosseses, nórdicos, alemães e franceses protestantes passaram, em consequência, no decorrer dos dois séculos do domínio inglês, para a América britânica, em grossas partidas. Situararam-se preferentemente em pequenas colônias, onde se adensavam. Os irlandeses-escosseses, por exemplo, constituíram, nesse período histórico, 500 pequenas comunidades, onde seus costumes, seus usos, lhes davam a impressão de que viviam em sua própria pátria de origem.

Outro tipo de imigrante foi a criança. Roubada na Europa, era transportada para a América e vendida aos grandes proprietários que a utilizava para seus serviços menos pesados até que adquirisse, com a idade, capacidade para viver por si, quando então a libertava. Os que tinham contas a justar com a justiça também passaram à América inglesa. Compuzeram um grande contingente. Calcula-se mesmo que cerca de 50.000 criminosos vieram da Inglaterra e da Alemanha tentar nova vida. Mal recebidos, ou realmente modificavam suas atitudes ou voltavam à presença da justiça, que se mostrava inflexível. Se para corrigir a situação e os perigos que tais indivíduos acarretavam para as colônias, 300 delitos foram por elas considerados como merecendo pena capital.

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948.

XIII - A colonização francesa.

Os franceses, como sabemos, não foram aquinhoados na repartição pontifícia do mundo, posteriormente estruturada no ajuste diplomático de Tordesilhas. Nem por isso, porém, deixaram de comparecer à América e às demais regiões que se revelavam à Europa e se incorporavam às áreas de influência da civilização que a Europa estava representando a essa altura. Tiveram, para tal, de vencer grandes obstáculos. Não desanimaram. E no decorrer do século XVI empreenderam as primeiras aventuras marítimo-comerciais, logrando penetrar nas zonas com que tinham sido aquinhoados portugueses e espanhóis. Um monarca francês, Francisco I^o, respondendo a uma reclamação que lhe fôra apresentada pelo representante de Portugal, que se sentia ferido em seus direitos de soberania por essa penetração que os navegadores e mercadores franceses estavam realizando, pediu-lhe que lhe apresentasse o testamento de Adão, onde, seguramente, para que pudesse haver algum fundamento de legitimidade para a reclamação, deveria constar a cláusula na qual o mundo por descobrir pertenceria a portugueses e espanhóis, ficando excluídos da repartição os demais povos da Europa.

Desde logo sabemos, porém, que a empresa marítimo-colonial, então, não possuía caráter oficial. Era iniciativa privada.

No caso particular do Novo Mundo, os primeiros contactos foram realizados por pescadores bretões que se dirigiram para a região norte, da Terra Nova, ou pelos comerciantes e coletores de pau brasil e os outros gêneros nativos que buscavam ao litoral brasileiro, e armavam suas embarcações em Honfleur, Dieppe e Saint Malo. Nessa fase de aventuras, não havia um propósito definido de criar, nas áreas de soberania portuguesa e espanhola, posições coloniais francesas. Não se criara clima para empreendimento de tal monta. O que seduzia ou o que movimentava os franceses, a essa altura, era a simples coleta de especiarias, para o que se fazia suficiente a montagem de feitorias, de rendimento satisfatório. Com a expe

riência levada a t rmo por Nicolau Durand-de Villegagnon no Brasil, alterou-se essa orienta o. Começou a criar-se in-teresse pela empresa colonial, fazendo-se ampla literatura a respeito e provocando-se debate s bre suas possibilidades e resultantes. Com a ascensão de Richelieu   dire o suprema dos negócios políticos de França, tomou corpo a idéia da forma o de um mundo colonial francês por iniciativa ou sob incentivos do estado. Destarte, substituiu-se aquela simples iniciativa isolada de comerciantes e de navegadores que haviam dado princípio   experiência colonial. Foi, todavia, sob Colbert, que se preocupava com a reestrutura o social, econômica e política de França, que o empreendimento colonial tomou vulto, sob contr le do estado, que tudo deu para que a na o se beneficiasse com a forma o de um império ultramarino. A atua o de Colbert, nesse particular, foi verdadeiramente memorável. As companhias de comércio e coloniza o, organizadas pela iniciativa privada, e já sob Richelieu amparadas e assistidas pelo estado, passaram a receber maior incentivo, fortificando suas posi es e logrando êxitos encorajadores. A  rea francesa no Novo Mundo ampliou-se. A imigra o de colonos processou-se sob favores e em larga escala. A pequena nobresa francesa, voltando-se para a recupera o de bem estar material, imigrou para as Antilhas e para o Canadá. Até então essa imigra o fizera-se sob reservas. Porque se os protestantes franceses, os huguenotes, haviam sido os pioneiros do empreendimento colonial, para êles se haviam criado, posteriormente, dificuldades de imigra o para o Novo Mundo. Alterando a política, as Antilhas foram franqueadas a êles, que se transportaram em grossos contingentes estabelecendo-se ali com evidente sucesso, enquanto os elementos católicos se dirigiam preferentemente para o Canadá, onde ao seu lado, no trato com o gentio e com a dire o espiritual da colônia, religiosos de várias Ordens, jesuítas principalmente, realizavam tarefa da mesma magnitude porque se assinalaram na América portuguesa e espanhola.

O império colonial francês na América situou-se na região das Guianas, nas Antilhas, na Ac dia, na Terra Nova, no Canadá e na Luisiania. As tentativas iniciais tiveram por teatro a costa brasileira, em particular a Guanabara e o Maranhão.

Nas Guianas, após tentativas que custaram sacrifícios tremendos e vidas sem conta, lograram montar uma pequena colônia. O gentio, o clima hostil e as endemias locais num consórcio hostil, impediram o desenvolvimento dos planos elaborados pelas companhias. Perderam-se vidas sem conta. Em 1764, 15.000 franceses aos incentivos do ministro Choiseul instalaram-se no Maroni. A experiência falhou mais uma vez. Alguns meses decorridos, 12.000 d esses colonos tinham

morrido. Gastara-se verdadeira fortuna. Embora, a região não foi abandonada. Governantes expedidos de França, seduzidos pelo ambiente e pelo noticiário da existência de imensas riquezas na Guiana, esforçaram-se por vencer a resistência do meio. A cultura da terra, principalmente o café e a cana, de que se fêz açúcar, produziu resultados mais ou menos animadores. Os melhores trechos de terra como valor econômico, porque nela se faziam pescarias rendosas e por elas seria possível participar da empresa de coleta da especiaria amazônica, estavam situados na parte portuguesa, espaço que hoje constitui o Território do Amapá. Por todos os meios os franceses procuraram empossar-se dela, sempre, porém, repelidos. Apesar de tudo quanto foi tentado, a prosperidade da Guiana jamais se expressou de modo convincente. Reduziu-se, por fim, a estabelecimento penal, onde vive principalmente uma população de liberados e de mestiços.

Nas Antilhas, Guadalupe, Santa Lúcia, São Domingos, Desirade, Martinica, São Cristóvão, etc., o esforço francês revelou-se pujante. Dentro de um clima de segurança para todas as crenças, para todos os que provassem energia e capacidade para vencer, aquelas ilhas foram ocupadas e trabalhadas a valer. Com o braço escravo importado da África, lavoura da cana, café, tabaco, criação de gado, desenvolveram-se dando margem a uma atividade comercial verdadeiramente sensacional. Pode-se mesmo afirmar que nenhum trecho do império ultramarino francês prodigalizou tanto ao desenvolvimento mercantil da mãe pátria como as Antilhas. A princípio, a empresa encontrou contratempo. Flibusteiros e bucaneiros estabelecendo-se nos territórios que os espanhóis haviam desprezado, abriram o caminho aos interesses privados franceses. Pequenos capitalistas, pequenos comerciantes, clérigos fáceis, trabalhadores brancos do tipo dos servos que emigraram para as colônias inglesas, nobres de condição precária, foram os agentes mais vivos da obra colonial ali. Montaram-se fazendas do tipo das propriedades do nordeste brasileiro. A produção açucareira desenvolveu-se de tal modo que no século XVIII era ela que representava, nos mercados consumidores, a maior parcela na espécie, concorrendo eficientemente com a produção brasileira. Judeus emigrados do nordeste brasileiro após a expulsão dos holandeses haviam levado até lá aquele potencial de riqueza. E dentro do estilo de vida a que nos referimos não faltou a miscigenação entre franceses e negros, o que originou o mulato, de situação social, econômica e política deveras delicada.

Essas colônias, por ocasião da Revolução de 1789, convulsionaram-se. A multidão negra insurgiu-se exigindo liberdade. Destruiu, principalmente em São Domingos, aqueles índices de progresso que se representavam nas propriedades agrárias. Assassinou milhares de brancos. Enfrentou os mula-

tos cheia de ódio. Com Toussaint Louverture declarou-se independente. Determinou esse estado de insegurança a imigração dos brancos que haviam conseguido salvar a vida e se dirigiram a Cuba, onde deram início a grandes lavouras de café, seiva que permitiu àquela colônia espanhola um revigoramento sensível.

Na Terra Nova, os núcleos franceses não passaram de núcleos de pesca. A atividade econômica ali desenvolvida girou principalmente, em torno do pescado.

Na Acádia, a colonização foi realizada por intermédio de famílias que se distinguiram por uma fecundidade impressionante. A vida teve um caráter patriarcal. Os costumes eram puros. A religião era a católica. As terras pertenciam aos grupos familiares. O sentido nacionalista da formação da colônia constituía uma das suas grandes características. Por isso mesmo, em face dos perigos da vizinhança dos ingleses, os acadianos descendentes dos primeiros povoadores ou mestiços deles, comportaram-se com uma varonilidade memorável, enfrentando os vizinhos com bravura.

No Canadá, a atuação dos francêses principiou com a fundação de Quebec, em 1608; por Samuel de Champlain. Anteriormente, Jacques Cartier havia feito largos reconhecimentos no São Lourenço, estabelecendo contactos mercantis com o gentio local e tentando a plantação dos núcleos iniciais, as feitorias do estilo clássico na América. A criação da colônia, que recebeu o nome de Nova França, foi tarefa realizada por entre choques com os Iroqueses e seus aliados ingleses. Ao lado dos franceses estavam os Hurons, inimigos daqueles. Embora, desenvolveu-se, ampliou-se em direção aos grandes lagos e em direção ao vale do Mississippi-Missouri, descoberta essa região nova, por Cavelier de la Salle, Padre Marquete, foi ela batizada com o nome de Luiziania, em homenagem ao rei Luiz XIV. Na luta com os ingleses, porém, os franceses se viram finalmente vencidos, sendo obrigados a abandonar o Canadá e a restringir-se à Luisiania, que Napoleão, posteriormente, venderia aos norte-americanos.

A colonização do Canadá baseou-se no sistema feudal. As terras foram atribuídas a senhores da melhor nobreza francesa. Fechou-se o país aos não católicos. As ordens Religiosas, Jesuítas preferentemente, e Ursulinas, igualmente se viram aquinhoadas com terras e com as obrigações da polícia e da educação da sociedade que se formava. A imigração dos portos franceses processou-se sempre com certa animação. E se não se permitiu maior volume foi porque havia a interdição da colônia ao "huguenotes", justamente os mais desejosos de emigrar.

Como na Acadia, a família constituiu a base da organização social. Embora, a mestiçagem com ou sem o amparo legal, realizou-se incessantemente. Os mestiços representaram mesmo um papel importante no desenvolvimento da colônia, pois encontrando certas dificuldades de vida nos núcleos urbanos ou nas áreas senhoriais, lançaram-se para o oeste, operando uma expansão que favoreceu grandemente a extensão territorial da colônia.

No campo econômico, os canadenses procederam à exploração, em larga escala, da produção florestal, inclusive a caça aos animais cujo couro e peles representavam ponderável valor econômico nos mercados europeus. A agricultura fundamental expressou-se nos gêneros de alimentação. A indústria quase que se reduziu à construção de embarcações para a navegação de rios, lagos e alto mar. O comércio, porém, experimentou grande movimento, pelas relações anuladas entre a colônia e a França, que adquiria toda a produção canadense.

É de toda justiça referir aqui três nomes de governantes que se distinguiram: Conde de Frontenac, Intendente Talon e Marquês de Montcalm, cujos esforços construtivos lhes grangearam nomeada entre os grandes coloniais franceses no Novo Mundo.

Vejamos, por fim, o que caracterizou a empresa francesa na Luisiania. Incorporada ao império, ao tempo do banqueiro Law, viu-se cercada de interesse ante a nova sensação de que seu subsolo era rico em ouro, permitindo uma exploração intensiva. O banqueiro organizou a Companhia das Índias Ocidentais, que constituiu seu fundo à base de minérios da colônia. Vastos capitais foram mobilizados através as ações da Companhia. Verificada, posteriormente, a falta de fundamento da existência do minério, ouro principalmente, a companhia falhou, dando prejuízos aos que haviam adquirido ditas ações. Mesmo assim, a Luisiania experimentou certo progresso. Seu núcleo principal foi Nova Orleans. A atividade maior constou da coleta de couros e peles de animais selvagens. Os mestiços canadenses e os da própria Luisiania tiveram uma atuação importantíssima nesse mister. De França, para garantir à colônia uma estrutura francesa, vieram navios carregados de órfãos, protegidas da Rainha, para casarem com os colonos, aos quais se concediam facilidades para que constituíssem lar e pudessem estruturar uma sociedade e uma colônia em bases morais firmes.

A colonização francesa, como acabamos de ver nesta síntese, apresentou-se, nas várias áreas onde se afirmou, pelos métodos mais variados. Em todas as experiências realizadas, todavia, houve aspectos de unidade visíveis. O mais perceptível parece-nos que foi o da base familiar das colônias, mes

no nas Antilhas, para onde correram aventureiros de toda espécie.

BIBLIOGRAFIA

~~Além dos que foram referidos na Bibliografia geral:~~

GASTON MARTIN - Histoire de l'esclavage dans les Colonies Françaises. Paris, 1941.

CH. A. JULIEN - Les voyages de découvertes et les premiers établissements. Paris, 1948.

PIERRE HEINRICH - La Louisiane sous la Compagnie des Indes. Paris, s/d.

ALICE PIFFER COUCHIONA - A indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas. 1697-1755. - São Paulo. 1946.

PIERRE VAISSIÈRE - Saint Domingue. La société et la vie créoles sous l'ancien régime. Paris, 1909.

C.A. Baubuck - Histoire politique, économique et sociale de la Martinique sous l'ancien régime. Paris. 1935

PAULIET - La politique coloniale sous l'ancien régime. Paris. 1887.

MAURICE SOTIVEAU - Histoire de la Guadeloupe sous l'ancien régime. Paris. 1928.

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO
Prof. - Arthur Cesar Ferreira Reis.

1948

XIX - A colonização holandesa

Caracterizou-se o empreendimento que os holandeses realizaram em terras americanas pela preocupação mercantil ao invés da preocupação colonial que distinguiu as aventuras dos outros povos europeus no Novo Mundo. E isso tem sua explicação mais rápida se examinarmos, para uma compreensão nítida do problema, a fisionomia do próprio holandês, que, em sua pátria, estava criando, desde o século XV, uma civilização de fundo mercantil, civilização que funcionava nas cidades, nos centros urbanos, de índole mercantil e se definia, assim, num verdadeiro conjunto de democracias urbanas. Lutando contra o mar, eles haviam conquistado o espaço e nele construído admiráveis núcleos que, de certo modo, como Antuérpia e Amsterdan, dirigiam o giro comercial de todo o norte do Velho Mundo. Os imigrantes judeus mandados sair de Portugal e Espanha, homens voltados para as atividades mercantis, lhes haviam levado uma maior contribuição, talvez possamos mesmo dizer uma decisiva contribuição para que se afirmassem nesse campo. Quando, por isso, se processou a ocupação ou a disputa da América pelos vários povos que se julgaram dispostos ou com direitos ao empreendimento colonizador, os holandeses preferiram continuar em suas práticas comerciais, abrindo relações com as terras que se revelavam para delas obter aquelas espécies, com as quais movimentavam seus mercados, que insistiam, serviam ao intercâmbio do sul com o norte e o centro da Europa. Seus barcos, as famosas urcas, visitavam os portos de Espanha e Portugal atingindo mesmo as colônias dessas nações, que não lhes fechavam os portos, antes facilitavam as operações de comércio, de lucros tão palpáveis.

A esse tempo, os holandeses preocupavam-se em conquistar sua liberdade pois viviam submetidos à Casa d'Austria, que governava Espanha. Eram em sua grande maioria protestantes, donde seriam desavenças com os dominadores. Uma vez, porém, alcançado aquele propósito, houve necessidade de criar novos planos, agora no sentido de ir às próprias áreas produtoras da especiaria e das outras utilidades solicitadas a bom preço nos mercados consumidores europeus. Porque, já agora, os mercados ibéricos estavam cerrados.

Evidentemente não se restringia a êsse desejo de penetrar as áreas territoriais que se lhes fechavam, para a realização de uma empresa puramente mercantil, o fundamento das atividades a que se atiraram de logo em direção ao Novo Mundo e aos outros pontos do ecúmeno revelado pelos portugueses e espanhóis. Aquele motivo devemos juntar, mais, os de natureza política e os de natureza religiosa. É fácil compreendê-los. Os holandeses, libertando-se do domínio político-religioso de Espanha, que tantos sofrimentos lhes havia imposto, tinham contas a ajustar com ela. A ofensiva que realizaram nos mares e sobre o império espanhol, que então envolvia Portugal e seu ultramar, obedecia, portanto, ao objetivo de destruir ou diminuir o poderio político de Espanha e do catolicismo, de que a velha nação ibérica se proclamava a grande defensora.

Dentro dessa preocupação, organizaram-se companhias de comércio que receberam, com a autorização para funcionar, o direito e a obrigação de levar aos territórios ou zonas de influência ibérica a soberania da nação holandesa.

A Companhia das Índias Orientais, que visou preferentemente o comércio com os territórios orientais, logrou êxitos memoráveis. E de certo modo incentivou a formação da Companhia das Índias Ocidentais, que deveria operar na América. Essa companhia foi antecédida por outras de menor importância, que, todavia, tomaram contacto com a costa brasileira, na Amazonia, sem, resultados compensadores.

Guilherme de Usselinx, que se batia fervorosamente pela organização da Companhia, foi realmente o homem providencial para os interesses holandeses nêsse particular. Graças à propaganda que desenvolveu, aos argumentos que empregou, às reflexões que apresentou, mostrando as possibilidades que se abriam ao comércio holandês no Novo Mundo, em especial no Brasil, a Companhia foi constituída, recebendo, com o estatuto que o governo lhe outorgou, os favores e as garantias do estado para, como empresa oficializada, lançar-se à conquista dos novos mercados e empórios de matéria prima.

Na América, a Companhia estabeleceu feitorias no Hudson, nas pequenas Antilhas, nas Guianas (atuais Guianas britânica e holandesa). Sua maior façanha foi, porém, no Brasil.

No Hudson, reconhecida a região, que mostrou perspectivas magníficas para o trato mercantil de couros e peles e outras utilidades negociadas com o gentio local, a Companhia adquiriu-lhes, em 1621, por um barril de cachaça e 60 guildares, a ilha de Manhattan, onde sentou seu primeiro núcleo, a feitoria de Nova Amsterdan. Aos colonos expedidos ou trazidos pela Companhia, concedeu ela pequenas áreas

compradas ao gentio, ao longo do rio Hudson, visando criar uma colônia de base agrária. Montaram-se herdades, a princípio de pequena extensão, mas que em pouco se foram transformando em verdadeiros latifúndios, em áreas feudais, o que comprometia os objetivos coloniais, prejudicando os colonos de poucos haveres. Ademais, a administração da colônia não se mostrava capaz para resolver os problemas que surgiam, antes aumentando-lhes o número e criando mal estar pela prática de excessos, de atos contrários ao sentido de liberdade que devia presidir à evolução do núcleo. E o resultado é que, apesar dos lucros que o comércio com os índios estava proporcionando, e constituiu o fundamento maior da colônia, em breve entrava ela em decadência. Os ingleses, atacando-a, não encontraram resistência. Os próprios colonos preferiram render-se sem um tiro, para viver livremente, como acontecia nas colônias vizinhas inglesas, a se verem submetidas ao guante da direção política da Companhia.

Nas Guianas, os holandeses encontraram aqueles mesmos obstáculos que tanto haviam conspirado para impedir o progresso da colonização francesa. Mesmo assim, revelando uma firmeza de vontade impressionante, procuravam vencer a agressividade do ambiente para montar suas feitorias. E essa foi a colônia de Surinam, como compreendia o espaço entre Maroni e os territórios portugueses do vale do Rio Branco, mas que, antes do fim do século XVIII, perdia sua maior extensão em favor dos ingleses, como já sabemos. Em Surinam, não lograram estender o domínio efetivo senão à orla marítima. Recebendo a cooperação dos grupos judeus expulsos do Brasil, fizeram grandes lavouras de cana e fabricaram açúcar. Importaram, para tal, grossos contingentes de negros africanos, pois que o gentio local com eles apenas mantinha relações comerciais, escambando a produção nativa, a especiaria levada para os portos e mercados holandeses. Essa multidão negra mais de uma vez agiu violentamente, devido aos máis tratos que padecia, procurando libertar-se. Os levantes provocaram grandes desajustes na economia da colônia. Os negros, evadindo-se depois de atrocidades praticadas contra os senhores, foram estabelecer um pequeno estado no interior do país onde ainda hoje se mantém. Essa multidão negra, é interessante registrar, trazida de zonas sob influência portuguesa, ao invés de apresentar amostra de aculturação de fundo holandês, apresenta-os de fundo português, inclusive na linguagem; marcada pela presença de vocabulário português e construção gramatical portuguesa.

No Brasil, os holandeses mantiveram-se durante mais de vinte anos. Ocuparam o litoral entre o Maranhão e o Rio Real. Sua primeira incursão dirigiu-se sobre a Bahia. Em 1630, ocuparam Pernambuco, que lhes serviu para a expansão em direção norte e sul. Limitaram-se ao litoral, jamais compreendendo a incorporação do interior. Construíram o centro urbano que é hoje o Recife, que então recebeu o nome de Mauritzstad (Mauricéia), em homenagem a Maurício de Nassau.

Para tal, importaram técnicos que riscaram a cidade, planejando-a dentro do estilo das que marcavam a paisagem holandesa, isto é, aproveitando os cursos fluviais para transformá-los em verdadeiros canais, sobre que construíram pontes, arruando-a a rigor para os vários misteres que distinguiam uma cidade de tipo holandês. É certo que já aí havia um pequeno povoado de origem portuguesa, servindo de embarcadouro da produção pernambucana. Preferindo-o, abandonaram Olinda, que sabia melhor à índole paisagística dos portugueses.

Na história da experiência holandesa no Brasil, devemos ter em conta os três períodos em que a dividimos. No primeiro e no terceiro, os holandeses realizaram uma empresa de nítida intenção mercantil. Os governantes mandados pela Companhia das Índias não tiveram outra preocupação. E o resultado é que não deram um passo no sentido da criação de qualquer coisa de definitivo para o futuro da colônia, amansando o ambiente, obtendo a ajuda das populações locais, organizando uma sociedade em bases firmes e uma economia com bases na lavoura, na criação de gado e na exploração das outras riquezas que conformavam a realidade regional. Ao contrário, agiram de molde a criar-se dificuldades abrindo margem para as hostilidades que receberam das populações locais e; por fim, a guerra que encerrou o período holandês da evolução do nordeste brasileiro.

No segundo período, que nunca esteve de acordo com os sentimentos, os objetivos da Companhia, o chamado período nassoviano, isto é, da administração do príncipe alemão Maurício de Nassau, de que a Companhia lançou mão, a colônia prosperou; a ordem foi mais ou menos restabelecida e tentou-se operação de índole colonizadora, com a cooperação do gentio, dos mamelucos, dos colonos portugueses e o trabalho do africano escravizado. Essa fase de trabalho, não encontrou eco nos sentimentos da direção da Companhia. Porque, na realidade, a empresa, de evidente conteúdo civilizador, que Nassau tentou, não conduzia à manutenção de um estádio colonial, mas a estruturação de um estado, o que era contrário aos interesses mercantis da Companhia.

Ao contrário dos outros povos colonizadores, os holandeses proibiram a mestiçagem, que só acidentalmente se verificou. Carecendo de colonos, abriram o país ao que havia de menos classificado na metrópole. Aventureiros de toda espécie, ao invés de colonos, vieram tentar a sorte. Fizeram-se sempre no Recife. As mulheres que chegaram não vinham constituir um lar, mas entregar-se a excessos. Aquela tentativa colonial que verificamos no Hudson não foi experimentada no Brasil, que interessava como fornecedor de matéria prima.

Tendo verificado que, sem a colaboração dos antigos proprietários, cujos engenhos haviam confiscado, nenhum

passo poderiam dar para obter os rendimentos que imaginavam, foram forçados a restaurá-los na propriedade de seus bens para que o nordeste pudesse voltar a produzir açúcar. Para a obtenção da mão de obra, viram-se igualmente forçados, a voltar atrás na política inicial. Ao atacarem a colônia, haviam dado liberdade aos negros, a fim de obter-lhes a colaboração na ofensiva. Revogando os atos de libertação, foram além. E conquistaram Angola, para que tivessem a mercadoria negra em abundância.

Concederam liberdade de culto. Abriram-se sinagogas, casas religiosas protestantes. O catolicismo, no entanto, não realizou mais seus atos com a frequência e as garantias anteriores.

Homens de comércio, realizaram larga atividade nêsse particular, levando para Holanda toda a produção que os colonos portugueses e mamelucos tiravam da terra. Sem espírito para a empresa colonial, nada deixaram, nesse particular, assinalando sua passagem.

...?...

BIBLIOGRAFIA:

- | | |
|---|--|
| ENNO VAN GELDER | - Histoire des Pays - Bas Paris, 1936 |
| BARTHOLOMEW LANDER | - La Nacion Holandesa. México, 1945 |
| JOSE HONORIO RODRIGUES e
JOAQUIM RIBEIRO | - Civilização holandesa no Brasil,
S. Paulo, 1940 |
| J. A. G. MELO NETO | - Tempo dos flamengos. Rio, 1947 |
| HERMAM WAETZEN | - O domínio colonial holandês no
Brasil. São Paulo, 1944. |

.....?.....

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF.: ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

XIX - A imigração para os Estados Unidos. Séculos XIX e XX:

Creada, com a independência das treze colônias que compunham o império britânico na norte América, a primeira unidade política soberana do Novo Mundo, abriu-se às correntes migratórias da Europa um novo campo de trabalho. Até então, como sabemos, os grupos nacionais, europeus que tinham estado ausentes do empreendimento colonial, não encontravam oportunidade para, atravessando o Atlântico, vir estabelecer-se no Novo Mundo. As leis restritivas que todos os países coloniais haviam se decretado visando acautelar a integridade dos territórios que ocupavam e sobre os quais exerciam os direitos de soberania, evidentemente creavam dificuldades impedindo a imigração espontânea e em volume ponderável.

Com o estabelecimento dos Estados Unidos, essa oportunidade surgiu, porque a nova nação compreendeu, imediatamente, que seus problemas de maior importância, de par com a consolidação do sistema político em experiência, para que fosse possível estruturar sua economia, fundamento para sua evolução segura e para a permanência de sua liberdade, criando alguma coisa sólida para enfrentar as incertezas do futuro, apresentavam-se justamente na maior ampliação e na maior ocupação de seu território. E essa ocupação e essa ampliação não poderiam ser efetivadas sem que dispusesse dos contingentes humanos bastantes. Tais contingentes, como é fácil de ver não seriam unicamente aqueles grupos de descendentes de ingleses, capazes, reproduzindo-se normalmente, é certo, mas insuficientes para tarefa de tamanha magnitude. Fazia-se um impeditivo a cooperação de maior soma de energias que só a imigração proporcionaria.

E no decorrer das décadas que se seguiram à independência, os Estados Unidos se lançaram à construção nacional dentro dessas duas preocupações. Seu processo de evolução decorreu, conseqüentemente, visando criar um espaço maior para seu crescimento como potência e, nesse espaço, os ambientes de trabalho, de ordem, de segurança, de bem estar, que permitissem a participação do capital humano que fosse chegando.

O crescimento territorial do país fez-se naturalmente à custa dos territórios dos países vizinhos. Trouxe para a nova nação, como era natural, a desconfiança, a maldade dos vizinhos prejudicados e fez que sobre ela se lançassem

sem as maiores acusações, inclusive aquele de que era país imperialista que punha em perigo a segurança de todo o continente. Embora, os norte-americanos prosseguiram na tarefa, criando ecumeno de imensas proporções.

Inicialmente, os Estados Unidos adquiriram por compra, à Espanha, a península da Florida. Além de constituir a península, para a segurança norte-americana, pela situação geográfica que apresentava, um ponto nevrálgico, que precisava ser neutralizado, durante a guerra de independência as autoridades espanholas haviam autorizado ou incentivado as incursões de bandos indígenas sobre a área americana. A vizinhança era perigosa, imcomoda, autorizando precauções, intranquilidade, explicando facilmente o interesse no seu desaparecimento.

Após, os Estados Unidos adquiriram, da França napoleônica, a Luisiana. Adquiriram, mais tarde, o Alaska. Tendo fomentado a insurreição do Texas, entraram em guerra com o México, vencendo-o e dele adquirindo, além do Texas, mais o Arizona, o Novo México, o Colorado e a alta Califórnia. Rati ficando a fronteira com o Canadá, levaram-na mais ao norte e mais a oeste em direção ao Pacífico. Por fim, em guerra com Espanha, a propósito do afundamento do Maine, na baía de Havana, incorporaram Porto Rico e as Filipinas.

O deslocamento da fronteira norte-americana, iniciado no ciclo colonial, quando ingleses e franceses lutavam na disputa do vale do Ohio, fora realizado sem cessar principalmente em direção ao oeste. A ampliação do espaço, que efetuamos no período colonial, os norte-americanos a efetivaram já após a independência, indiferentes a perigos, a murmurações, conscientes de que elvariam a terno um empreendimento necessário ao bem estar da pátria. O tipo do "pioneiro", como o nosso "bandeirante", cercou-se de aura popular, centralizando as atenções gerais.

Essa ampliação fez-se ora com os descendentes dos colonos ingleses dos primeiros tempos, ora através os contingentes imigrantistas. A terra incorporada era vendida pelo estado aos colonos que chegavam. Os grupos indígenas que tentaram impedir a expansão branca foram vencidos. O governo americano, ora lançou sobre eles expedições punitivas que limpavam o espaço, ora adquiriu, por compra, aos chefes das tribos mais acessíveis, os territórios onde viviam, com elas entrando em cordial entendimento, inclusive defendendo-as posteriormente dos apetites desenfreados dos novos colonos ou dos bandos selvagens que as agrediam por sua cooperação com os brancos.

O certo é que, seja pelas novas sensacionais descobertas de minas de ouro, como ocorreu no caso da Califórnia, seja porque nas áreas que se penetravam fossem encontrados ambiente apropriados para a criação de gado e lavoura em grande estilo, os territórios adquiridos receberam atenção imediata para que contribuíssem no desenvolvimento do

país. Famílias, vindas de t^oda parte, foram viver no oeste, lançando as bases de uma sociedade que se afirmava na luta contra o meio e no desejo de vencer pelo trabalho. Diferia, portanto, da primitiva sociedade colonial, porque não a movimentava mais a preocupação religiosa, mas, fundamentalmente, o desejo de criar bens materiais. Creou-se, assim, na conjuntura que se verificou, um grande mercado interno que exigia abastecimento. Esse abastecimento foi satisfeito pela montagem de um parque industrial e o desenvolvimento, em proporções respeitáveis, das áreas de produção agrária. Os rios navegáveis foram aproveitados. Construíram-se linhas férreas ligando portos extremos da república. A valorização intensiva do país tomou proporções quase indescritíveis, estruturando uma forte consciência nacional.

No sul, predominava, porém, o trabalho baseado na mão de obra escrava. No norte, ao contrário, o trabalho era livre. No norte continuava ponderando a preocupação industrial; enquanto no sul as atenções gerais voltavam-se para a produção agrária do fumo e do algodão. No oeste, o sistema do trabalho livre fôra o único conhecido. Os pioneiros não levavam escravos. O desajustamento que se vislumbrava de há muito, com o correr dos anos alcançou proporções. E veio a explodir entre 1860/65, na guerra de secessão. Vencidos os sulistas, libertados os negros, processou-se grande imigração de sulistas que não se conformavam com a nova ordem de coisas. A tarefa de reconstrução nacional enfrentada, todavia, com confiança, nos seus resultados, e com energia, em breve alcançou o ritmo de trabalho anterior, superou-o, visando tornar os Estados Unidos uma grande potência. Uma grande indústria e uma lavoura mecanizada, mercê desse esforço, passaram a caracteriza-los economicamente.

Na estruturação de toda essa obra, que espanta pelos seus resultados numéricos, pela perfectibilidade que a caracteriza, pelos índices de cultura material e mesmo espiritual que revela, a participação dos imigrantes foi verdadeiramente memorável. Nesse particular, diferiu a história da formação norte-americana da história da formação brasileira. Porque se naquela a chamada marcha para o oeste foi realizada, como já vimos, com a cooperação intensiva, ponderantemente numérica do imigrante, em muitos momentos inteiramente operada por êle, nesta a façanha da criação territorial, com o deslocamento da fronteira para o norte, sul e oeste, processou-se com os elementos da própria colônia. Foi, dest'arte, um empreendimento nacional em que não interveio o imigrante estrangeiro.

A chegada do imigrante aos Estados Unidos não ocorreu, porém, dentro de facilidades absolutas, cercado êle sempre da boa vontade coletiva. Ao contrário, em meio à compreensão da necessidade do imigrante, verificaram-se reservas, fosse da população de raiz colonial, fosse do próprio estado. Aquela, via o imigrante como um estranho que vinha concorrer

com ela, criando problemas para seu bem estar econômico, principalmente no sul, região de trabalho escravo. O imigrante era trabalhador assalariado, que, nas novas áreas, estabelecia novas condições de vida, inclusive produzindo sob técnica mais aprimorada. O Estado, de seu lado, aos poucos foi decretando medidas em que atendeu a imperativos políticos, sociais, econômicos, culturais. Assim, se nos primeiros tempos facilitou por todos os meios a entrada do imigrante, posteriormente tomou providências para que as correntes imigratórias não viessem perturbar os canones dentro dos quais se processava a evolução nacional. Inicialmente, proibiu a entrada do imigrante portador de enfermidades ou defeitos físicos que prejudicassem a eugenia do povo americano. Depois, acautelou-se com relação aos elementos que foram considerados inferiores culturalmente ou pudessem criar problemas para as condições materiais desse mesmo povo americano. Foi o caso dos grupos mediterrâneos e asiáticos, aqueles tidos como de baixa expressão cultural e estes porque concorriam com os trabalhadores americanos levando, sobre eles, ao longo das terras do Pacífico, vantagens por não participarem de greves, produzirem com um rendimento acima do normal dos outros trabalhadores, exigirem um salário baixo, baixo, desinteressarem-se pela existência da legislação trabalhista. Por fim, atendendo aos interesses da segurança nacional, a política imigratória norteamericana estabeleceu o sistema das quotas, com o que expressou indubitavelmente o regime de reservas que adotava. Sua legislação restritiva principiara com o ato de 3 de Agosto de 1882. Prosseguiu em 26 de agosto de 1885, 3 de março de 1891, 3 de agosto de 1903, 20 de fevereiro de 1907, 1 de fevereiro de 1917, para culminar em 19 de maio de 1921 e 1 de julho de 1924.

No tocante à expressão numérica e à nacionalidade dos imigrantes, podemos dividir-lhe a história em duas épocas perfeitamente distintas. A primeira, de 1790 a 1876. A segunda de então aos nossos dias. Na primeira, a imigração provem, grosso modo, ponderavelmente, do norte e centro da Europa. São ingleses, escoceses, irlandeses, suecos, dinamarqueses, filandeses, noruegueses, alemães, austríacos que se dirigem para os Estados Unidos. Na segunda, verifica-se a vultosidade da contribuição italiana. No decorrer das duas, encontramos a presença de correntes de outros pontos do Velho Mundo, os quais, pela via atlântica, convergem para a América. No decorrer da segunda, verifica-se também a entrada de grossos contingentes de chineses e japoneses, que ingressam pelo Pacífico e se concentram nos territórios e estados mais próximos daquele oceano.

Segundo os informes estatísticos oficiais, manipulados pelos sociólogos, historiadores e economistas, entre 1820 e 1921, chegaram aos Estados Unidos, incorporando-se à nação, 35.000.000 de imigrantes. Só em 1907, chegaram 1.285.000. Essas entradas ofereceram os seguintes números, entre 1790/1820 - 250.000 e entre 1820/1829 - 129.000.

De 1820 a 1893, a imigração alemã expressou-se pelos 7 milhões de indivíduos. A italiana, de 1870 a 1914, nos 14.000.000. A russa, entre 1899 e 1910, nos 52.000. Os judeus

somaram, até 1920, 3.500.000.

No tocante ao Canadá, será interessante, inicialmente, recordar que sua história apresenta a característica de, até 1760 constituir um capítulo da história colonial francesa. Desse ano até à guerra de 1914 a característica de constituir um capítulo da história colonial britânica. Desse período em diante, assumindo termos de autonomia com tanto vigor que, na atualidade já podemos falar numa nação canadense que se orienta no sentido da soberania completa, total. Dois grandes contingentes humanos, por isso mesmo, representaram e representam um papel preponderante na formação canadense. De um lado, encontramos os descendentes dos colonizadores franceses. Ora sejam os diretamente descendentes, ora os que representam o mestiçamento dos franceses com as mulheres indígenas. De outro lado, encontramos os descendentes dos colonizadores ingleses, muitos deles imigrantes que deixaram as treze colônias, hoje os Estados Unidos, quando elas se desligaram da comunhão britânica.

As duas camadas sociais, humanas, tendo vivido durante muito tempo em disputa viva pela posse do poder ou pela imposição de seus padrões culturais, hoje coopera mansamente entre si, dentro do ideal da formação nacional do país, abandonando as diferenças que as distinguiam e as separavam, e recebendo, de bom grado, a cooperação de outras energias, representadas pela imigração estrangeira.

Com relação à formação territorial do país, será conveniente recordar, igualmente, que operaram os canadenses, como os americanos do norte, à criação desse espaço, deslocando a fronteira em direção oeste. Como ali, houve nessa marcha a cooperação intensa do imigrante europeu. Porque cedo o Canadá abriu suas portas ao imigrante europeu, proporcionando-lhe perspectivas de êxito, que ele não desprezou. Assim, por exemplo, entre 1881 a 1902 entraram no país 1.284.000 imigrantes. De 1903 a 1914, 2.677.000. de 1919 a 1930, 1.426.643. Nos primeiros tempos, as entradas orçavam pelos 58.000 imigrantes por ano. de 1903 a 1914, esses algarismos alteraram-se para 200.000, anualmente de 1919 a 1930, 123.000. A princípio, os imigrantes eram quasi totalmente ingleses; depois, norte-americanos, para, finalmente, desaparecer naquela s características com a entrada de imigrantes alemães, nórdicos e mediterrâneos.

Esses imigrantes dirigiram-se preferentemente para as áreas novas, nelas instalando-se como proprietários rurais, trabalhadores florestais e operários das indústrias que são, na atualidade, a marca mais impressiva da conjuntura econômica canadense. Conquanto elementos que vieram cooperar na ampliação territorial e na estruturação social e econômica, os imigrantes passaram a sofrer, dentro, aliás, do clima que se creava em todo o mundo, as restrições impostas pelos imperativos políticos, culturais e eugênicos. Em consequência, a princípio de 1930, os movimentos migratórios foram perdendo o ritmo primitivo. E de 1931 a 1938 as entradas somaram apenas..... 130.244 imigrantes, o que representou 16.255 por ano.

Em toda essa contribuição imigrantista, que tanta seiva trouxe ao Canadá, não estiveram presentes apenas os elementos europeus, mas, conquanto em porção muito menor, também os contingentes asiáticos, sobre os quais incide a política de restrições do governo, o que tem impedido que se desenvolva sua imigração.

BIBLIOGRAFIA:

GABRIEL DE ANDRADE - O Problema da imigração nos Estados Unidos da América. Rio, 1928.

LUIZ GUIMARAES CHAVES - A posição dos EE.UU. no equilíbrio econômico e político do Século XX. Curitiba 1924.

HELIO LOBO - A Passo de Gigante. Rio, 19

ULRIC B. PHILLIPS - Life and labor in the old South. Boston, 1941

MARCUS LEE HANSEN - The immigrant in american History. Cambridge. 1942

The atlanttic migratio. 1607 - 1860. Cambridge, 1941.

ANDRE SIEGFRIED - Le Canadá. Paris, 1947.

HELIO LOBO - O Dominio do Canadá. S. Paulo, 1942.

RAYMOND TANGHE - Geographie économique du Canada. Montreal, 1944.

CURTO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

XV - A vida colonial na América: sociedade, cultura, religião.

Quando, no início de nossos cursos, tivemos ocasião de assinalar, seguindo a lição de Demétrio Ramos Perez, que, no estudo da colonização da América e da imigração que se efetuara e se vem efetuando para ela, examinaríamos a ação do homem na exploração ambiente continental, evidentemente não quisemos afirmar que a isso, a essa ação material, se restringia a verificação ou análise que tentaríamos. Porque no exame do desenvolvimento de qualquer sociedade, para compreendê-la em toda sua extensão, em toda sua realidade, em toda sua intimidade, faz-se mister atentar igualmente para todos os aspectos dessa evolução. É que as sociedades não se constituem apenas visando a satisfação de suas necessidades materiais. Elas criam, ao mesmo tempo que vencem o meio ambiente, motivos de vida espiritual, ou dêles decorrem, pois sem êles constituiriam apenas coletividades primárias, sem perspectivas, brutalizadas numa evolução rude. Na análise de uma obra de colonização, conseqüentemente, não devemos ficar apenas nos seus aspectos unilaterais. Ao contrário, devemos descer a todos êles, partindo das origens do movimento de imigração e colonização para chegar às suas resultantes de cultura material e espiritual.

No estudo da formação das Américas, fruto opinio da imigração e da colonização interraciânica, é evidente, êsse estudo não pode ser olvidado, donde a sua inscrição no temário de nosso cursos.

Já em palestras anteriores, passamos em revista sumária o que franceses, espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses realizaram para estabelecer suas colônias inclusive preocupando-nos com os aspectos políticos porque as constituíram. Devemos agora lançar uma vista d'olhos para os aspectos espirituais do empreendimento colonizador. Êsses aspectos podem ser apreciados através a paisagem social, a paisagem religiosa, a paisagem cultural que conformaram, atendendo principalmente às suas peculiaridades e aos imperativos locais a que não puderam deixar de ceder.

No tocante à formação das sociedades coloniais, já lhe registramos as características fundamentais. Vimos

a maneira porque aquêles grupos europeus se trasladaram para o Novo Mundo e entraram em contacto com a multidão gentia e os grupos africanos que importaram para atender aos problemas da mão de obra, necessária à movimentação econômica. Chocando-se com o meio geográfico e com os elementos humanos que encontraram ou importaram, os europeus tiveram de encontrar soluções para os dois problemas. Adaptaram-se à terra, dela extraíndo o que puderam. Grossa maioria, ajustaram-se com os outros homens, tentando a solução do problema social.

A miscegenação intensiva constituiu, por isso, nas áreas portuguesa, francesa e espanhola, o fundamento maior da sociedade em formação. Nas áreas holandesas, de pouca expressividade pela exiguidade de tempo em que atuaram na América, essa miscegenação só por exceção se verificou. Nas áreas britânicas, a miscegenação, com o gentio local ou com o africano, processou-se em porções muito menores que nas áreas dos três outros povos. Ali, verificou-se a miscegenação de tomo entre os vários grupos nacionais europeus que os ingleses receberam nas 13 colônias.

Na América latina, essa miscegenação realizou-se intensamente, sob amparo legal do estado e da religião, entre colonos brancos e mulheres indígenas. O "melting-pot" entre o homem branco e a mulher negra fêz-se clandestinamente, desamparado de qualquer aprovação do estado.

A resultante imediata de todo êsse mestiçamento constatou-se rapidamente: o mameluco, nas colônias portuguesas; o crioulo, (branco+ indígena) das colônias espanholas, o mestiço das colônias francesas constituíram uma das forças sociais ponderáveis do sistema colonial vigente naqueles setores europeus. Porque, sem êles, teria sido impossível criar territorial e socialmente as colônias.

Sucede, todavia, que embora fruto de ligações legais, tais mestiços não ascenderam nos quadros sociais, políticos e econômicos. Constituíram, em consequência, as grandes fileiras em que foram recrutados apenas como soldados e funcionários públicos. Os mestiços de negro, os mulatos, não encontraram as mesmas possibilidades. Foram sempre recusados, negados, não se lhes abrindo oportunidades. Mesmo nas Antilhas francêsas onde êles poderam numericamente. Eram, de outro lado, mesmo no Brasil, uma porcentagem menor, conquanto maior que a branca.

Essas distâncias determinaram ou explicaram o que alguns autores entendem que foi o sistema das castas ou de classes encontráveis neste ou naquele trecho da América co

lonial. Realmente será possível encontrar em tais distâncias sociais um certo sistema de castas e de classes. Nas colônias portuguesas, por exemplo, os senhores de engenho consideravam-se superiores aos demais membros da coletividade colonial. Para eles votou-se mesmo, de Lisboa, um certo número de privilégios que lhes autorizavam esse ar superior. Os membros das famílias mais distintas de cada vila formavam as chamadas milícias. Para eles, em consequência, reservavam-se certas distinções e privilégios, de que não abriam mão, enfrentando, para defendê-los, as próprias autoridades governamentais.

Nas colônias espanholas, a imigração de membros das melhores famílias da nobreza metropolitana deu margem ao regimem das classes. No México e no Perú, neste principalmente, mais que noutros distritos do império, essas famílias se distinguiram, montando casas solarengas e distanciando-se dos outros grupos sociais. Os espanhóis nascidos no Reino, de seu lado, consideravam-se, aliás sob amparo legal, distintos dos espanhóis que descendiam dos reinos mas haviam nascido na América. Estes eram chamados, por extensão, de crioulos, enquanto aquêles eram os chapetones ou guachupines.

Na América inglesa, já vimos a distinção existente entre os vários grupos religiosos e entre os colonos do sul e os do norte. Os peregrinos, os puritanos, mais que quaisquer outros, olhavam de cima para baixo os colonos de outros trechos da Nova Inglaterra. Os virginianos, sôbre todos; alegavam uma nobreza, que eles tinha adquirido por terem sido os que haviam vencido a hostilidade do ambiente criando os primeiros êxitos para a colonização inglesa.

Na América francesa, o sistema feudal, estabelecido com os grandes senhores de terras, permitiu-lhes o ar superior, as distâncias em que viveram os senhores e os mestiços, os "coureurs des bois", e os trabalhadores mestiços ou negros puros da região antilhana.

Vivendo em harmonia aqui, em desarmonia acolá, sentindo diferenças em muitos pontos, os vários grupos sociais que constituíram as sociedades americanas coloniais realizaram uma experiência verdadeiramente sensacional.

Quanto às atividades culturais, a preocupação das metrópoles foi a mais diversa. Cada uma seguiu uma orientação, adotando uma política de acôrdo com suas inclinações. Assim, na América inglesa, os colonos, de iniciativa própria, montaram, de logo, cursos para seus filhos, origem dos centros universitários da atualidade nos Estados Unidos. Fundaram, por exemplo, as escolas de Harvard, Yale, Princeton, Pensilvânia, e Columbia, raízes das Universidades dêsses nomes. Na América

francesa, igualmente houve, de pronto, escolas de ensino primário e secundário montadas pelas Ordens Religiosas. Durante todo o período francês foram essas Ordens que tiveram a seu cargo o desenvolvimento da inteligência dos filhos dos colonos e dos indígenas. Na América portuguesa, igualmente o ensino foi atribuição da Igreja Católica. As Ordens, os Jesuítas principalmente, montaram escolas primárias e profissionais, em que receberam filhos de colonos e de indígenas. Esses eram internados e educados para a cooperação com os portugueses e seus ingressos no catolicismo. Ao lado dessas escolas das Ordens religiosas, os Bispos, com a ajuda financeira do estado, mantiveram seminários, para a formação do clero necessário às paróquias. Esses seminários, no final do século XVIII, foram focos de pregação liberal. Neles preparou-se a geração que fez a independência e organizou politicamente, o império. Com as restrições impostas às organizações religiosas ao tempo de Pombal, o governo português criou, nas cidades e vilas mais importantes, escolas régias, para cuja manutenção impôs tributos sobre o álcool e a carne.

Na América espanhola, a política visando o desenvolvimento intelectual do império foi uma política do estado, realizada intensamente com os maiores êxitos. Além dos cursos mantidos pelas Ordens Religiosas, as quais, na generalidade tiveram a seu cargo as outras entidades escolares que o estado estabeleceu, houve os estabelecimentos de graduação universitária, espalhados por todo o império. O primeiro foi fundado em São Domingos nos primeiros tempos da colonização. Seguiram-se Universidades no México, no Perú, na Bolívia, no Chile, na Colômbia, na Venezuela e por fim em Cuba. Famosas entre todas foram as de Charcas (Bolívia) e São Marcos (Peru). Esta, pela intensidade dos estudos. Aquela, pelas resultantes políticas da formação de crioulos, que, em princípios do século XIX, foram os homens que ali e na Argentina prepararam os atos iniciais e posteriores do drama da independência.

Com relação à imprensa, só nas áreas espanhola e inglesa ela teve existência e conheceu progresso. Na área inglesa, as tipografias imprimiram livros religiosos e os periódicos que, já ao tempo da independência, formavam opinião. Na área espanhola, a imprensa foi admitida inicialmente no México e levada a todos os Vice-reinados e Capitánias Gerais. Mesmo nas zonas missionárias houve imprensa, sendo o gentio o tipógrafo. Assim, além de livros para o culto, imprimiram-se, na América espanhola, obras de maior significação inclusive trabalhos relativos à própria América. Quanto à imprensa periódica, teve ela igualmente facilidades para circular. Ao findar o período colonial, por isso, editavam-se no México, na Argentina, no Perú, na Colômbia, revistas técnicas e jornais semanários. Podem merecer uma referência especial o "Mercurio Peruano", o "Semanário del Nuevo Reino de Granada", "El Papel

Periodico", de Havana, principalmente aquêlê, em que homens de-larga ilustração como Unanue, peruano, discutiram as condições patológicas regionais, os problemas sociais, o processo econômico do Vice-reinado, sugerindo reformas, propondo a execução de medidas que consultavam o bem coletivo e significavam conquista no campo científico.

Nesse particular da imprensa periódica, a América portuguesa não conheceu progresso. A política portuguesa mostrou-se negativa. Tudo tinha de ser feito em Portugal. E só com a trasladação da família real para o Brasil é que foi possível sair da situação de inferioridade que experimentavamos montando-se as tipografias e imprimindo os livros e os jornais necessários ao nosso desenvolvimento cultural.

Com relação à paisagem religiosa, assinalemos que tôda a obra colonial européia foi marcada, nos séculos XVI, XVII e XVIII, pela impressionante presença das autoridades religiosas. Essas autoridades ora eram católicas, nas áreas francesa, espanhola e portuguesa, ora eram protestantes, nas áreas holandesas, suecas e inglêsas. Dirigindo o ensino, esforçando-se por manter a moral das colônias em nível elevado, enfrentando a barbaria gentia para trazer as multidões que se escondiam nas selvas à cooperação com os colonos ou a sua integração em novos padrões culturais, todos êsses religiosos realizaram tarefa memorável. Os êxitos que conseguiram são evidentes. Pode-se mesmo afirmar que, sem a interferência de tais religiosos, principalmente os Jesuítas e os Franciscanos, que se distanciam em muito dos demais, pelo volume e pela qualidade do trabalho, a empresa de conquista e de colonização das Américas teria sido de resultados mingua-dos. Se inclusive na introdução de certas espécies vegetais que serviram ao desenvolvimento econômico das colônias, na educação de técnicos para as atividades econômicas, no estudo das condições e peculiaridades regionais, mesmo as de caráter patológico, foram os membros das organizações religiosas os elementos mais precisos, os grandes trabalhadores, os servidores mais argutos e mais úteis de que se valeram as autoridades civis.

O empreendimento colonial levado a cabo pelos cinco povos a que nos temos referido no seguimento dêste curso, evidentemente não se restringiu, nas Américas, à conquista econômica. Suas características são muito mais amplas. A atuação que desenvolveram, como estamos verificando, apresentou feições e rendimentos interessantes que constituem as raízes daquilo que podemos chamar, hoje em dia, a civilização americana nos seus variados aspectos culturais.

BIBLIOGRAFIA

- VICENTE G. QUESADA - La vida intelectual em La América española. Buenos Aires. 1917.
- MARIANO PICON SALAS - De la conquista a la independência. México, 1944.
- RICHARD KONETZK - El mestizaje en el desarrollo de la población hispano-americana durante la época colonial. Revista de Indias Numeros 23/24. Madrid. 1946.
- ANGEL ROSENBLAT - La población indígena de América. Buenos Aires, 1945.
- DOMINGOS F. SARMIENTO - Conflictos y armonias de las razas en America. Buenos Aires, s/d.
- AFONSO ARINOS - Desenvolvimento da **civilização** material do Brasil. Rio, 1944.
- FERNANDO DE AZEVEDO - A Cultura brasileira. São Paulo, 1944.
- GILBERTO FREIRE - Casa grande e senzala - Rio, 1946.
- HECTOR GARNEAU - Histoire du Canada. Paris. 1928.
- HARRY CARMAN - Social and economic history of the United States. Nova York. 1930.
-

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

XVI - A expansão na América até princípios do século XIX.

O tráfico intercolonial.

Já em aulas anteriores tivemos oportunidade de acompanhar o desenvolvimento da ação colonizadora dos vários povos europeus que vieram fazer a América desde o século XVI. Passamos então em revista, sumária, é claro, o esforço que tiveram de desenvolver para realizar a ocupação das terras americanas, enfrentando as dificuldades impostas pela própria natureza ambiente e pelos primitivos que encontraram instalados nessas mesmas terras americanas.

No decorrer dos três séculos, durante os quais implantaram no Novo Mundo os vários motivos da civilização europeia trouxeram e podemos caracterizar nas instituições políticas, sociais e econômicas que marcavam cada um dos povos colonizadores, no decorrer daqueles três séculos, escreviamos, espanhóis, portugueses, franceses e ingleses tiveram, todavia, de enfrentar outras dificuldades, além daquelas, para conseguir manter o domínio político que desejavam e com ele o domínio econômico, fundamento mais permanente a explicar a obra colonizadora que realizavam. Essas dificuldades foram criadas por eles mesmos, na disputa que se faziam desde os inícios da conquista das Américas. Concorrentes entre si, aqueles povos chocaram-se não só no campo diplomático, à volta da soberania que devia ser exercida, como também no campo militar. Registraram-se, por isso, o que podemos chamar de guerras coloniais na América. Marcando a história desses territórios que são hoje repúblicas soberanas, constituindo páginas heroicas por que comparecem aos anais mundiais, valem elas igualmente como páginas memoráveis do esforço que os colonizadores efetuavam para vencer e, com a vitória, estruturar mais firmemente o empreendimento a que se vinham dedicando. A história da colonização das Américas, assim, não se processou mansamente. Na luta contra os bandos de primitivos os europeus conseguiam êxitos sensacionais, inclusive permitindo a ocupação dos espaços até então fechados a eles pelo gentio.

Quanto, porém, às guerras, que travaram entre si, essas serviram para a alteração das posições até então mantidas nas áreas que haviam incorporado no jogo das armas

contra o gentio ou índios haviam obtido através as alianças e a catequeses. Suas guerras interessam-nos, em nosso estudo, no que elas nos permitem compreender a expansão colonial. Porque aquêles povos, situando-se inicialmente no litoral sul e norte-americano e na região antilhana, trataram aos pouco de penetrar o interior, ampliando o espaço das colônias que estavam montando. E tanto no interior como anteriormente no litoral, tiveram de chocar-se, disputando, à força das armas, as áreas que atingiam. Franceses chocaram-se com os portugueses, no litoral brasileiro; nas Antilhas, com os espanhóis e com os ingleses; com estes, finalmente, na Acadia, no Canadá e na Luisiania. Os portugueses chocaram-se com os espanhóis na Colônia do Sacramento, nos Sete Povos das Missões, em Mato Grosso e na Amazônia. Os espanhóis chocaram-se com os ingleses nas Antilhas e nos vários sítios litorâneos do império sul americano, inclusive no setor platino (Buenos Aires e Montevideo).

Ora, seja na luta contra os primitivos, seja na luta que sustentaram entre si, os europeus, voltemos à tese, procuraram ampliar os impérios que fundavam. E desde que desembarcaram nas Américas, todo seu objetivo foi justamente a realização dessa política territorial, da qual dependia todo o êxito dos empreendimentos sociais e econômicos. Nesse particular da obra de ampliação territorial das colônias, mostram-se verdadeiramente admiráveis. E valendo-se dos novos membros das sociedades que foram constituindo, aquêles mestiços que eram os bandeirantes ou os "courreurs des bois", ou eles próprios executando a façanha como foi o caso dos colonos ingleses e dos conquistadores espanhóis, se não cançaram no desbravamento do hinterland norte e sul-americano. Em três séculos, em consequência, indiferente aos perigos que esse mesmo hinterland oferecia ou escondia, penetraram-no, ocuparam-no nêle levantando os núcleos urbanos, as propriedades agrárias, as fazendas de criar gado, as feitorias comerciais, os estabelecimentos militares, os aldeamentos missionários. Toda essa empresa imperial deu em resultado a criação de quatro áreas distintas, que apesar da contribuição realizada depois do século XIX, quando chegaram ao Novo Mundo volumosos grupos de imigrantes europeus de outras nacionalidades que não aquelas primitivas, não lhe alteraram as características fundamentais. Essas quatro áreas foram a portuguesa, a espanhola, a inglesa e a francesa.

No decorrer dos três séculos em que se separaram pelas preocupações imperiais, e apesar de todas as restrições impostas, as colônias dos quatro grupos mantiveram contacto entre si, sem o estrepto guerreiro. Mantiveram contacto de natureza comercial. É certo que toda a legislação expedida das metrópoles visava evitar êsse relacionamento. Embora, êle existiu, naturalmente sem uma importância ponderável. Já nos fins do século XVIII, contudo, a realidade americana entrava de tal modo na consciência dos próprios homens que governavam o Novo Mundo nos troncos da Europa, e pa

para tal a independência das colônias inglesas valia como uma indicação preciosa que, se não houve de todo a revogação daquelas medidas proibitivas, houve a aceitação da situação de fato. E ninguém mais foi punido porque mantivesse relações comerciais com as colônias de outras nacionalidades. O tráfico inter-provincial, ou inter-colonial exerceu-se, deste modo, com certo vigor, sendo que nas primeiras décadas do século XIX assumiu mesmo proporções impressionantes. As colônias tomavam consciência de sua significação e de sua importância no quadro da civilização. E no exercício das relações comerciais, já exerciam um primeiro direito inerente à condição de nação para que estavam evoluindo.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

XVII - O sentimento nativista na América. A independência das colônias americanas.

Constituídos sob os variados sistemas, que distinguem os povos europeus que haviam vindo criar o Novo Mundo entre XVI e XVIII, os grupos sociais da América já nesse último século possuíam certas condições que os preparavam para a autonomia política. Porque, se realmente representavam, eram um prolongamento, no meio americano, das sociedades européias de que descendiam, sob os rigores desse mesmo meio e de todo um conjunto de outros fatores assumiam feição própria, que lhes assegurava, com o decorrer dos tempos, com certa autonomia, uma personalidade particular. Assim, os próprios ingleses, os espanhóis e os portugueses estabelecidos nas colônias aos poucos iam se deixando dominar pelos imperativos locais, incorporando aos padrões da nova civilização que aqui se estruturava, a eles cedendo de maneira impressionante. Seus descendentes, então, não se sentiam mais presos tão vivamente às raízes que se fincavam na Europa. A formação de uma consciência nacional, conseqüentemente, aos poucos se afirmava, consolidava, lançando os fundamentos dos anseios de liberdade em que se iria transformar.

No século XVI, seguramente não podemos encontrar na América, seja na área portuguesa, seja na área espanhola, então as que estavam constituídas mais vivamente, quaisquer vestígios sérios da existência de um pensamento visando abandonar ou desconhecer o domínio das metrópoles européias. Nesse período, os europeus enfrentaram os grupos indígenas que defendiam a liberdade e seus sistemas de vida, os próprios conquistadores espanhóis lutaram entre si. Na Amazônia, ao tempo parte integrante do império espanhol, um bando rebelde, sob inspiração de Lopo de Aguirre, declarara a Sulamérica separada de obediência aos monarcas de Castela, aclamando um rei. Em todos esses episódios não podemos, porém, ver o sentimento nacionalista estruturado ou mesmo despontando. O que havia era, ora a indisciplina dos homens que tinham vindo para a conquista do Novo Mundo, ora o esforço heróico dos primitivos que, sem sentimento de nacionalidade, combateram contra os que vinham de fora os estrangeiros que lhes trazia a escravidão.

No século XVII, já a situação começou a alterar-se. O mestiçamento e o amor ao espaço em que se levantavam lares e se criavam riquezas, fruto de labor organizado, explicou o aparecimento de certas atitudes que, se não exprimiam anseio autonomista, anseio nacionalista, afirmavam, porém, a existência de laços fortes solidarizando os elementos que compunham os grupos sociais. Assim, quando os nordestinos, que receberam a cooperação dos paulistas, se ergueram para expulsar os holandeses, demonstravam que possuíam já uma consciência nova, que não era mais apenas aquela consciência de subordinação aos quadros portugueses, mas uma consciência que tirava seus fundamentos na própria terra, na solidariedade de descendente de portugueses, de negros, de mulatos, de melucos e de gentio, todos perfeitamente de acordo em pôr fora quem representava uma religião diferente e uma civilização que se não ajustava aos padrões que tinham sido lançados, no século XVI, no Brasil. Os rebeldes não defendiam uma terra portuguesa contra inimigos de Portugal, mas o Brasil que continuava, na América do Sul, a civilização portuguesa condicionada aos imperativos regionais e por isso mesmo já era alguma coisa além da diferença física que o separava do tronco ibérico.

Por outro lado, tanto na América portuguesa como na América espanhola, gestos altivos de câmaras e de cabildos revelavam que os povos coloniais não se ajoelhavam ante poderosos, antes sabendo defender o que lhes parece melhor aos seus sentimentos, às suas necessidades.

Tôda, aliás uma série de episódios ocorreu nas duas áreas, nesse século, deixando perceber que os colonos, tendo criado novas condições de vida, já estavam dispostos a manter essas condições, dia a dia elevando-as e dignificando-as. E se mais se não fazia, possibilitando o desenvolvimento ou antes a criação dos sentimentos autonomistas é porque as distâncias sociais existentes separavam os grupos sociais, impedindo-lhes uma visão unificada dos problemas das colônias, entre eles o de sua elevação política.

Com o século XVIII, espontaram aqui e ali as indicações da mentalidade autonomista que se fundia. As guerras coloniais deviam aos colonos, em tôdas as áreas, a razão exata de que valiam como expressão de força e de capacidade para lutar e vencer obstáculos maiores que os que até então encontravam. Na área inglesa, nas três guerras sustentadas com os franceses e das quais decorreu a ampliação do império britânico, os colonos tomaram consciência exata do que representavam. E adestrados nas façanhas militares, experimentados no sistema liberal porque haviam organizado as colônias, unidos naqueles momentos duvidosos para a existência das mesmas colônias em face do perigo francês e indígena, reagiram impetuosamente quando, de Londres, pretenderam, esquecendo os princípios cons

constitucionais vigentes, atrelá-los ao carro de um regimen colonial do tipo ibérico. As colônias não tinham representação no parlamento britânico, conseqüentemente, não podiam ser taxadas pelo Parlamento. Desrespeitado pelo governo o regimen, o costume constitucional, as colônias não tinham que apelar senão para o rompimento definitivo dos laços que as prendiam à Inglaterra, que, aliás, dera o primeiro passo, com o gesto impolítico, para que o rompimento ocorresse. E a independência processou-se com a declaração de Filadélfia de 4 de Julho de 1776.

Na América espanhola, o pronunciamento de Tupac Amaru, que levantou as multidões indígenas no Peru e na Bolívia e encontrou eco, criando receios e exigindo precauções no restante do império de Carlos III, valeu como anúncio de que a velha ordem absolutista estava realmente encontrando restrições, entrando em decadência. E tanto assim que, lidos, discutidos, interpretados, divulgados intensamente os papéis que revelavam os detalhes políticos da organização dos Estados Unidos, ou as novidades revolucionárias contidas no pensamento dos filósofos ingleses, franceses e mesmo espanhóis do chamado iluminismo ou enciclopedismo, as próprias autoridades em Madrid meditaram sôbre a gravidade do momento. E lembraram providências, inclusive aquela da elevação dos vice-reinados à condição de Principados, entregues à direção de membros da família reinante em Espanha. Os criolos, assimilando rapidamente aquelas novidades, assumiram a direção de todo o movimento que começou a agitar o império espanhol. Quando os ingleses assaltaram Buenos Aires e Montevideo, foram justamente os homens da colônia que, aclamando governantes para dirigi-los na guerra contra o invasor, demonstraram a posse de qualidades magnificas para as ações militares e políticas, dando um passo enérgico na direção da revolução.

Em 1810, ao invadir Napoleão a península, pondo termo à monarquia borbônica, as colônias decidiram, por isso, e muito naturalmente, cuidar de seus destinos. E de logo passando à ação, derrubaram os governantes incapazes de enfrentar a situação. As campanhas que vieram a seguir, encerrando o domínio espanhol na América (exceção de Cuba e Porto Rico) foram, está visto, uma decorrência das atitudes marciais dos criolos da aventura política de 1810. Miranda, Bolivar, Sure, San Martin não passaram de resultantes da consciência autonomista que os criolos haviam criado e difundido.

Na América portuguesa, as inconfidências baianas e mineira, fechando o século, falavam igual a expressivamente como demonstração de que a consciência autonomista estava formada. Já, aliás, no episódio dos Emboabas e dos Mascates e nos gestos altivos das edilidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Pará e do Maranhão, contra os atos que desserviam

os interesses das Capitanias, encontravamos as primeiras manifestações desses sentimentos de grande coletividade e de consciência política. A vinda de D. João, com a consequente abertura dos portos ao comércio internacional, a revogação do alvará que proibia o funcionamento de indústrias, e a série de atos que elevaram o Brasil à condição de membro da comunidade internacional soberana, atenderam aos anseios nacionais. O Sete de Setembro, evidentemente, foi apenas a expressão jurídica de uma situação de fato.

A independência das antigas colônias europeias, passado em revista o processo de sua formação, não representou, portanto, uma resultante negativa do empreendimento que os portugueses, os espanhóis e os ingleses haviam realizado. Significou, ao contrário, que esse empreendimento frutificou com tanto êxito que permitira mesmo o desenvolvimento normal da sociedade colonial até a maioria que alcançava.

"

BIBLIOGRAFIA

- R.S. COTTERILL - Histoire des Ameriques. Paris, 1946.
- HERBERT EUGENE POULSON - History of the Americas. N.York. 1926
- CLARENCE HARING - Comercio y navegacion entre Espana y la Indias - México - 1939.
- BERNARD MOSES - Spains declining power in South América. -- 1730-1806 - Berkeley. 1919.
- MILTON BARBOSA - A idéia de independência na América. Ri. 1926
- LUIZ ALBERTO SANCHEZ - El pueblo en la revolucion americana. Buenos Aires - 1922
- LINCOLN MACHADO RIBAS - Movimientos revolucionarios en las colonias espanolas de América. Buenos Aires - 1940
- OLIVEIRA LIMA - O Movimento da Independência. S.Paulo- 1922
- OLIVEIRA LIMA - La evolucion historica de la America latina - s/d.

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

XVIII - A imigração para os países hispano-americanos.

Séculos XIX e XX.

As condições existenciais da América espanhola, no decorrer do século XIX, foram assinaladas por acontecimentos políticos que impediram um desenvolvimento natural, manso, que autorizasse a consolidação do sistema liberal-democrático e garantisse um processo de evolução progressista. Quarteladas, pronunciamentos armados de grupos partidários, choques entre as pequenas repúblicas que haviam nascido dos escombros do antigo império espanhol, tiveram lugar com uma continuidade tal que pouco pôde ser realizado no sentido do bem estar coletivo e da execução de qualquer plano de ação visando o desenvolvimento econômico, essencial ao desenvolvimento geral dos novos estados.

Ciclo de anarquias e de caudilhagem, como se lhe chamou, no decorrer dele houve oportunidade, é certo, para que surgissem homens providenciais, que tentaram conter a onda de desordem e construir suas pátrias em bases de ordem e de trabalho. Os caudilhos, que apareceram aqui e ali, geralmente antigos comandantes dos bandos irregulares de insurgentes do período da conquista da independência, mostraram-se, porém, mais fortes. Não cederam em seus apetites. Chefiavam guerrilhas, apoderavam-se dos governos provinciais, departamentais, ou mesmo nacionais, procurando servir aos interesses primaríssimos de seus comandados. Foram déspotas. Praticaram toda sorte de excessos. De qualquer modo, significavam que a sociedade de seus respectivos países estava ainda viva no estádio de cultura espiritual muito pobres. A guerra civil, a que podemos chamar as guerras de independência, empobrecera muitas regiões. Populações da hinterlândia consideravam-se expoliadas pelas populações das cidades. Os bandos gentios e os bandos criolos, de seu lado, não se sentiam satisfeitos. Estes, que haviam ascendido ao poder, utilizando o gentio sem lhes assegurar as garantias e os direitos que as liberdades constitucionais haviam determinado, desmandavam-se contra os antigos dominadores europeus. Ora, esses

antigos dominadores europeus constituíam ainda a grande classe dos proprietários rurais, dos capitalistas cidadãos. As distâncias que existiam nos dias da colônia, por isso mesmo agravavam-se criando mal estar, impedindo a coesão nacional e a conseqüente marcha ascensional das repúblicas hispânicas.

A história da América espanhola no decorrer do século XIX, em conseqüência, revestiu-se das características de uma continuada agitação. A democracia que Bolívar imaginara trazer ao Novo Mundo representou uma experiência custosa, turbulenta, de tristes rendimentos imediatos. Uma vasta literatura escreveu-se, nessas mesmas repúblicas, assinalando os males políticos e pregando a regeneração e uma reestruturação social e econômica. Entre outros, podemos mencionar "La América", do chileno Lastarria, e "Facundo", do argentino Sarmiento, que em "Conflictos y Harmonias de las razas en América", fez, com o inventário severo do passado colonial e do regime da caudilhagem, um exame circunstanciado do problema social no Novo Mundo. A terapêutica indicada pelos mais ousados para a implantação do equilíbrio, da ordem material incluía a reestruturação da sociedade através o ingresso de elementos que não estivessem contaminados pelas enfermidades políticas locais.

Essa solução, de outro lado, incluía também a incorporação dos grandes desertos que caracterizavam a América espanhola, desertos que precisavam ser incorporados aos quadros econômicos dos países. Porque, na verdade, o espaço político das nações que se estavam constituindo, como sabemos de nossas palestras anteriores, fora ocupado, sob o domínio de Espanha, com os elementos vindos da Ibéria, da África e com o gentio local. A mestiçagem criara outros tipos antropológicos e sociais. Fazia-se mister, para que pudesse haver uma ocupação maior desses mesmos espaços e a utilização rendosa deles, a importação de novos contingentes humanos. A política das democracias hispano-americanas, nesse particular, foi a mais homogênea. Porque tanto os homens de estado como os inovadores políticos, os economistas, bateram a tecla da necessidade de abrir-se as portas de seus países à entrada do estrangeiro, que trouxesse energias, técnicas, capitais capazes de operar a transformação desses mesmos países. Fizeram-se tentativas oficiais para trazer imigrantes europeus, aos quais seriam entregues terras para que nelas se fixassem. Os êxitos, todavia, não se apuraram de maneira satisfatória. E isso em conseqüência da situação de insegurança que havia. As continuadas revoluções, seguidas dos excessos dos vencedores ou entre-cortadas pelos excessos dos grupos que se chocavam e fugentavam os imigrantes, receiosos de vir arriscar a vida em meio ainda tão selvagem.

Na Europa do século XIX, criavam-se condições que favo

reciam a emigração. Os desajustamentos entre liberais e absolutistas, a luta política pela constituição de estados nacionais, como a Alemanha e a Itália, o empobrecimento de certas áreas agrárias, explicavam a existência dessas condições. Havia multidões dispostas a deixar a Europa, procurando um fúgio noutras partes do mundo. As Américas pareciam-lhes um novo eldorado. As notícias que circulavam quanto aos desconcertos que marcavam a evolução da América espanhola, criavam, porém, dificuldades. As experiências realizadas a esse tempo, foram, em consequência, na generalidade experiências de pouco valor apesar daquela intenção dos políticos e pensadores hispano-americanos.

A Grande exceção constituiu-a a Argentina. Porque, encerrado o período de desentendimento entre a cidade e o campo e o êxito dos caudilhos, estruturada a unidade com o governo de Mitre e de Sarmiento, foi possível estabelecer ali as condições necessárias à recepção dos imigrantes europeus. E essa imigração, ora sob os incentivos ou a própria direção do estado, ora espontaneamente, realizou-se com resultados surpreendentes.

Um dos proceres da campanha pela unificação do país fora Juan Batista Alberdi. Escrevera êle, entre outros vários ensaios acerca de sua pátria, as famosas "Bases de la Organización Nacional", em que dera um grande balanço da realidade argentina e apresentara um projeto de constituição, que a assembleia constituinte, reunida após a queda de Rosas, adotou. Alberdi discutiu, nas reflexões que antecederam o projeto, entre vários outros problemas de base de sua pátria, o da imigração europeia, que êle entendia fundamental para o desenvolvimento de uma nova Argentina. Afirmou, então, que governar era povoar. Seu princípio foi ouvido, discutido, aplaudido. Constituiu um programa constante dos governantes argentinos. Várias leis foram votadas dentro daquele pensamento. Por essa legislação, os imigrantes tinham assegurada sua permanência e sua incorporação aos quadros da vida nacional, o que valia como incentivo à imigração. Nos primeiros tempos a imigração dirigiu-se para Buenos Aires ou para o litoral da república. Nos primeiros tempos após a independência, as condições do interior não ofereciam possibilidades imediatistas. Assim, em 1857, por exemplo, somou-se uma população de 1.210.000 indivíduos, dos quais 95.000 estrangeiros, sendo que só em Buenos Aires viviam, entre seus 300.000 habitantes, 70.000 estrangeiros. A concentração urbana era maná esta. Com o estabelecimento de condições de tranquilidade das províncias interiores, realização de obras de irrigação e abertura do Brasil e dos rios interiores da bacia ao comércio internacional, assegurando situação favorável ao desenvolvimento de atividades, mudou-se de certo modo o panorama. E os contingentes imigratórios passaram a dirigir-se para o interior. Levas de casais,

de técnicos, com capital representado em seus conhecimentos, em sua vontade de vencer e nos próprios contingentes em dinheiro que trouxeram, começaram a estabelecer-se por tôda parte. Os imigrantes solteiros constituíam fãcilmente lar com argentina mestiças, destarte integrando-se na nova sociedade que estavam ajudando a criar. Contratos foram celebrados entre os governos provinciais e nacionais no sentido de serem trasladados imigrantes para as áreas agrárias do país. Asseguravam-se a êsses colonos, além da terra necessária ao trabalho, instrumentos, espécies agricultáveis, gado, assistência financeira para os primeiros empreendimentos. Italianos, espanhóis, franceses, suíços, alemães, russos, aportaram à Argentina, em número sempre crescente.

Entre 1857 e 1869, as estatísticas informaram que haviam entrado no país quase cento e cinquenta mil imigrantes. Com a ascensão de Sarmiento ao poder, êle que tanto se bateu pelos ideais de Alberdi quanto à imigração européia, o empenho do estado para que a imigração tomasse vulto cresceu. Entre 1870 e 1894, data do segundo censo nacional tinham chegado mais 1.871.998 imigrantes. A corrida para a Argentina, efetuada mercê um conjunto de circunstâncias naturais ou criadas pelo próprio estado, era uma esplêndida realidade. Constituía, a república, com aquêle espetáculo, realmente, a exceção a que nos referimos atrás. Daí por diante, porém, o movimento de entrada de estrangeiros não se processou na mesma progressão. Os altos e baixos foram evidentes. Ora encontramos uma entrada vigorosa, ora um decréscimo. Explosões revolucionárias, crises financeiras e econômicas, explicam bem essas flutuações. Em todo caso, ainda e entre 1895 e 1913 desembarcaram em Buenos Aires 3.088.625 imigrantes.

O post-guerra de 1914&18, criando na Europa problemas de repovoamento ou de fome da mão de obra para a reconstrução impediu, vigorosamente, a saída daqueles contingentes tão úteis ao desenvolvimento da América Latina. Os próprios governos europeus tomaram precauções para evitar a emigração. De outro lado, aquelas condições difíceis que vinham se desenhando no horizonte argentino tomaram proporções. E o resultado de tudo foi o decréscimo impressionante da imigração. Entre 1914 e 1944, por isso mesmo só entraram na Argentina 2.862.218 imigrantes. Entre 1870 e 1894, haviam deixado o país 626.821 emigrantes. Entre 1895/44, haviam saído 1.221.260. Entre 1914/44, êsses Algarismos de saída eram ... 2.004,056. De 1857 a 1944, a imigração representara-se nos 7.987,625 indivíduos. Nesse mesmo período, todavia, com maior incidência negativa na ultima fase referida acima, a emigração atingira os 3.852.137 indivíduos. Além daquelas razões já referidas, ocorria a circunstância de imigrantes italianos não se radicarem na república. Vinham a ela nas épocas de colheita. Regressavam, após, à Italia. O Círculo industrial argentino

estava na infância. E os técnicos e os operários qualificados bastantes para essa indústria incipiente geralmente eram alemães ou de outras nacionalidades.

No decorrer do século XIX e as primeira décadas do século XX, dos demais países da América hispânica apenas o Uruguai passou da simples experiência imigrantista. Os principais contingentes europeus que recebeu foram italianos e espanhóis. País de economia pobre, mesmo assim conseguiu criar condições que atraíam o capital humano.

No Peru, em Cuba, no México, os elementos imigrantes de maior vulto foram representados pelos chineses e japoneses. Nos demais países hispano-americanos a imigração, erupção ou não, representou uma contribuição sem expressividade.

BIBLIOGRAFIA

- CARLOS OTAVIO BUNGE - Nuestra America. Madri, 1928.
- D.F.SARMIENTO - Conflictos y armonias en America. B.Aires.S/D
- LUIS ALBERTO SANCHES - Existe America Latina? Mexico. 1945
- GERMON ARCINIEGAS - Este pueblo de America. México, 1945
- LASTARRIA - La America.Madri. S/D
- RAUL CARRAÇA y TRUJILLO - La evolucion política de Ibero-america - Madri , 1925
- F. GARCIA CALDERON . - Les democratiés latines de l'Amérique. Paris, 1914.
- ALCIDES ARGUEDAS - Pueblo enfermo - Santiago, 1937
- BARON CASTRO - La poblacion hispano-americana a partir de la independencia. In. Estudios demograficos-Madrid - 1945.
- ENRIQUE DICHMANN - Poblacion e imigracion. B.Ayres. 1946
- LUIS ROQUE CONGRA - Historia Economica de la Rep.Argentina-Buenos Aires, 1943.

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

História da Imigração e da Colonização no Continente Americano
Prof. - Arthur Cesar Ferreira Reis

1948.

XX - A imigração e a colonização no Brasil. Século XIX.

a) - O período joanino -

A experiência portuguesa na colônia que montara na Sul-américa encerrou-se ao principiar o século XIX. No decorrer de três séculos, o colonizador conseguira ampliar o espaço, criando uma nova fronteira que garantira ao estado um território três vezes maior do que aquele que lhe fora concedido no ajuste tordesilhano. Nêsse espaço, vencendo os problemas criados pela natureza agressiva, vencendo as dificuldades opostas pelas populações nativas, com elas mesclando e destarte criando novo tipo social, o mameluco, que constituiu a grande força de que dispusera para a empresa da ampliação territorial, realizara um dos empreendimentos de maior ponderabilidade dos fastos coloniais modernos. Estabelecera a grande lavoura canavieira. Importara a mão de obra africana, que funcionara na base da escravidão. Fundara centenas de núcleos urbanos. Toda uma ampla política colonial experimentara, com êxitos memoráveis. Porque, antes de tudo, convém lembrar que a experiência colonial portuguesa fôra processada nos trópicos. E nenhum povo europeu conseguira, nem conseguiria posteriormente, nos trópicos americanos ou não, os êxitos que os portugueses obtiveram. Têm, portanto, todo fundamento, as afirmações de Gilberto Freire e Sergio Buarque de Holanda quando, embora conduzindo suas reflexões dentro de pontos de vista distantes entre si, chegaram à de que a empresa portuguesa, no Brasil, revestiu-se de surpreendente sucesso. Profundamente plásticos, amoldáveis aos meios mais agrestes, destituídos de preconceitos racistas, marcados mesmo por um sentido de fraternidade com os homens de cor, os colonizadores puderam submeter a nova terra e nela estabelecer os fundamentos de uma civilização de características próprias. Quando, por isso mesmo, em 1808, aportou no Brasil a família real que deixara o Reino para escapar à furia napoleônica, o Brasil possuía já condições de vitalidade que o predispuham para as reformas que pudessem conduzi-lo ao usufruto de uma soberania completa. E tanto assim era que o príncipe D. João, iniciando a nova etapa da vida nacional do Reino ibérico no Brasil, de logo lhe garantiu, por medidas político-administrativas, aquela condição especialíssima sediando, no Rio de Janeiro, a capital da monarquia portuguesa, passo decisivo para tamanhos objetivos. A transladação da família real para o Brasil, todavia, não lhe valeu, porém, apenas o apres

cionalidade, quizessem vir cooperar em seu desenvolvimento, de preferência técnicos para as indústrias que se instalavam; e prosseguiu com a importação de açorianos, localizados no Espírito Santo, na Bahia e em Santa Catarina, e de suíços e alemães do Hanover, localizados na Bahia e na capitania do Rio de Janeiro.

A experiência realizada no Espírito Santo verificou-se na colônia denominada Viana. Ali foram situados, inicialmente, 30 casais de açorianos, aos quais o estado entregou um trato de terra, instrumentos para trabalho, espécies animais e vegetais e aos quais ainda concedeu uma pequena assistência financeira no período inicial da experiência.

Em Santa Catarina, as colônias localizaram-se preferentemente ao longo do litoral, destinadas que eram a explorar a pesca. O grupo mais numeroso ali não foi de açorianos, mas de pescadores de

Quando aos alemães, concedidas a eles terras no município de Vila Viçosa, fundaram, em 1818 a colônia de Leopoldina, que desenvolveram grandemente, mas onde tudo realizaram na base do trabalho escravo. Em 1820, outro grupo de alemães estabeleceu-se nos Ilheus. A colônia não prosperou. Os alemães, abandonando-a, instalaram-se no mesmo município, em outras áreas, iniciando a cultura do cacau, em que tiveram êxito.

Os colonos suíços foram trazidos em número de 2.000, em 1820, e localizados na fazenda do Queimado, no município de Cantagalo. O núcleo recebeu o nome de Nova Friburgo. Para tal, o governo joanino firmara contrato com Luiz Nicolau Gachet. A esses colonos, o estado concedeu favores que visaram felicitar-lhes a ligação com o novo meio e garantir-lhes o rendimento. Além de terras, instrumentos e espécies agrárias, gado, víveres para os primeiros tempos, isenção de impostos, por 10 anos, para o fruto da atividade que desenvolvessem, um salário de 160 reis diários durante os 12 meses posteriores à chegada e 80 reis nos imediatos, até êxito seguro da colônia. A experiência foi, porém, trabalhosa. Os colonos houveram-se com dificuldade de toda sorte. De começo, padeceram os horrores de um transporte defeituoso e 80 deles, ainda na travessia do Atlântico, vieram a falecer. A dificuldade de acesso à colônia, o que a impossibilitara de colocar o que produziu nos mercados de consumo mais rendoso, as explorações de que foram vítimas, os colonos, a incapacidade que revelaram no novo habitat e era uma decorência de má escolha que o contratante havia feito do pessoal que transportou (em maioria eram velhos, crianças e mulheres), a falta de preparação prévia do espaço que lhes foram concedido, o que os transformou, de colonos, em pioneiros desbravadores de selva, constituindo um conjunto de fatores negativos, explicaram o fracasso da iniciativa. Porque, na realidade, em breve a co-

lônia entrava em decadência como empresa estatal, na espécie.

É de registrar-se, por fim, ainda no ciclo joanino, a tentativa realizada com grupos de italianos de Nápoles. Negociado a transporte para o interior do Brasil com a corte daquela pequena monarquia, de 3000 indivíduos, tirados às galés, apenas chegaram ao Rio 200, que nada produziam, como não podiam produzir.

O período joanino assinalando-se, no capítulo da política imigratória e colonial, por essas experiências e com o franqueamento, do país, ao estrangeiro, criara ambiente para a entrada deles. E algumas centenas de franceses e ingleses, que se fixaram nos maiores centros urbanos do país, vieram para o Brasil. Esses estrangeiros na generalidade dedicaram-se ao comércio. Os ingleses importando e exportando mercadorias das indústrias britânicas e a matéria prima e os gêneros agrícolas de que dispunhamos para o giro mercantil; os franceses, dedicando-se ao negócio de modas e objetos de tocador e atividades marginais.

...?...

BIBLIOGRAFIA:

- | | |
|------------------------|---|
| ROBERTO SIMONSEN | - História econômica do Brasil - S.Paulo |
| GILBERTO FREIRE | - Os ingleses no Brasil. Rio, 1948. |
| GILBERTO FREIRE | - Um engenheiro francês no Brasil. Rio, |
| OLIVEIRA LIMA | - D. João VI no Brasil. Rio, 1908 |
| JOAQUIM DA SILVA ROCHA | - História da colonização do Brasil, Rio, 1919. |
| BRAZ DO AMARAL | - História da Bahia do Império à República. Salvador, 1923. |
| FERNANDO CARNEIRO | - Interpretação da política imigratória. Julho de 1948. Nº 44, S.Paulo. |

.....?.....

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

XXI - A imigração e a colonização do Brasil. Séculos XIX e XX. b) os movimentos migratórios e colonizadores internos.

As transformações que se processaram no Brasil, após o regresso da família real portuguesa a Lisboa, levando-o a declarar-se livre de qualquer obediência a Portugal, modificando-lhe a paisagem política, modificaram-lhe igualmente a paisagem social e econômica. A evolução nacional, como era natural, ganhou novo ritmo, nova intensidade. E por todo o país um sopro de vida mais integrada nos cânones universais começou a correr. No tocante à organização política, experimentamos os choques que decorreram da ascensão de classes, de grupos políticos, das novas condições políticas em que ingressávamos, e da própria novidade que se escondia nos ideais de liberdade que começávamos a saborear e a integrar em nossa personalidade como nação. Fomos monarquia até 1889. Passamos a constituir uma democracia republicana de então aos nossos dias.

No decorrer desse período de cento e vinte seis anos de vida soberana nossas características humanas e econômicas foram de certo modo alteradas. Libertamos os escravos, mantivemos os portos do país abertos aos povos que podiam vir trazer a sua cooperação de inteligência, de trabalho, de seiva construtiva. No tocante às nossas condições econômicas, realizamos a gigantesca operação da lavoura cafeeira, operação que não encontra correspondência em nenhum outro empreendimento agrário no mundo, realizamos a exploração, em grande estilo, da riqueza gomífera do vale amazônico e começamos a enfrentar o problema fundamental da industrialização, que garantiria níveis de vida mais altos às nossas populações, destarte assegurando-nos uma renda nacional mais de acordo com o potencial que podemos constituir nos quadros continentais.

Em todo esse esforço, que provou a nossa capacidade para a vida soberana, se perdemos algumas das características que nos ligavam profundamente ao passado colonial, mantivemos, porém, muitas outras. Duas delas interessam

em particular ao nosso estudo: a mobilidade e a plasticidade e conseqüente ajustamento com todos os grupos sociais. Assim, ao longo de t^oda a história imperial e das 5 décadas da história republicana que estamos escrevendo com nossa atuação diária, nenhum obstáculo opusemos a tomar contacto com outros povos, aceitando-os no melting-pot que aqui se processa. Quanto à movimentação interna, em face das contingências econômicas que foram surgindo, ela se processou num ritmo constante e de certa maneira necessário e útil, como passaremos a verificar.

Principiamos recordando que a formação territorial do Brasil, iniciada com a instalação dos portugueses ao longo do litoral e as primeiras culturas e o primeiro gado que nêles criaram, encerrou-se verdadeiramente com os últimos momentos do século XIX, quando atingimos os vales do alto Purus-Acre e alto Juruá, incorporando, à civilização e à soberania nacionais, espaços que, na realidade, tinham sido por nós reconhecidos, durante algum tempo, como legítimas partes integrantes das vizinhas repúblicas da Bolívia e do Perú.

Esse deslocamento da fronteira, que principiara com o desrespeito consciente ao que fôra patuado em Tordeasilhas, resultava, de um lado, das necessidades, dos imperativos políticos da metrópole em face dos vizinhos concorrentes; de outro, da extrema mobilidade que nos distinguia no corpo social do continente. Descendíamos de dois grupos profundamente marcados pela mobilidade. Tanto o português como o gentio caracterizavam-se pela mobilidade. O português comparecia aos quatro cantos da terra e sempre a se mostrar numa inquietação constante, numa insatisfação permanente pela atração que o desconhecido lhe proporcionava. O gentio vivia o estadio tribal, sem ligações com a terra a dela saindo a todo instante para as empresas guerreiras ou para os novos ambientes que lhes proporcionassem os elementos de vida que êle não sabia crear pelo esforço construtivo, que se obtém com o sedentarismo.

No decorrer dos três séculos porque Portugal se mantivera no Brasil, as populações que aqui se constituíram assilararam-se assim, por uma mobilidade impressionante. E certo que houve fundamentos econômicos e políticos explicando essa mobilidade, êsses movimentos de um lado a outro da colonia. A ponderação do fator psicológico, todavia, não pode ser posto à margem, porque êle realmente teve uma importância sensível. Assim, tanto homens do sul como homens do norte e do centro, em deslocamentos impressionantes marcharam, por terra, como haviam, logo no século XVI, marchado ao longo do mar, em direção ao extremo-sul e ao extremo norte. Os bandeirantes paulistas imigraram para o Rio Grande, para Santa Catarina, para Mato Grosso, para Goiás, para Minas Gerais, para a Bahia, Maranhão e Piauí. Os sertanistas do nor

deste dirigiram-se para o vale amazônico, para o interior do mesmo nordeste, conquistando-lhe o alto sertão e para Minas e Goiás. No vale amazônico, grupos partidos do litoral penetraram-no em direção norte, sul e oeste, dispersando e levantando os primeiros núcleos políticos que definiram, para a soberania portuguesa, aquelas regiões interiores.

Creara-se, destarte, no ciclo colonial, o espaço político em sua maior expressão. Fizera-se vida política, social e econômica no interior da antiga colônia. Sob o Império, aos rigores das novas condições existenciais que começamos a experimentar, o urbanismo acentou-se. Urbanismo litorâneo. A mobilidade de nossas populações, em consequência passou a definir-se, grosso modo, não mais unicamente em direção à hinterlandia, mas também em direção ao litoral, onde se levantavam as cidades que eram sedes das administrações provinciais ou valiam como um peso positivo na evolução comercial do país. Essas cidades cresceram em sua importância e em número de habitantes, na generalidade vindos do interior.

À medida, porém, que certas regiões do país entravam a valorizar-se economicamente, para elas se transportavam grossos contingentes das populações brasileiras de mais remota origem, nelas instalando-se para a permanência explicada pela significação maior ou menor da produtividade local ou da expressividade dessa produção. Assim, nessa fase, vamos assistir às primeiras migrações de brasileiros para o norte de São Paulo e às primeiras migrações de nordestinos para o extremo norte. Dessa mesma fase foi o deslocamento de grupos mineiros para as províncias fluminense e paulista, acompanhando a marcha do café, e de mineiros e goianos para o sul de Mato Grosso.

Ao advento da república, quando se verifica a valorização intensiva do café e da borracha, ocorrem então os maiores movimentos migratórios internos do país depois da independência. Nordestinos, cearenses principalmente, empurrados das terras onde haviam nascido, dirigem-se em vultosas quantidades, tanto para a Amazonia como para São Paulo. Brasileiros, de outros distritos, dirigem-se, na mesma época, para as terras novas do Paraná e Santa Catarina. Abrem caminho para as experiências coloniais que seriam realizadas pelos grupos estrangeiros, importados da Europa. Mas além de servirem de pioneiros, constroem alguma coisa. Essa alguma coisa representou-se, nada mais, nada menos, que em pequenas propriedades onde lavraram a terra, onde montaram as fazendas de gado ou onde realizaram as operações de coleta de madeiras e as espécies vegetais que os mercados nacionais e estrangeiros adquiriam a preços mais ou menos compensadores. Baianos, igualmente em porções respeitáveis, ao longo do São Francisco, viajam para São Paulo, numa movimentação interessante porque dela não resulta a estabilidade de tais grupos, nos espaços paulistas, que ajudavam a desbravar e a

integrar na economia nacional. Gauchos, egressos de seus pagos, retirando-se deles em face da situação política que se lhes criara como adversários do grupo castilhisto dominante no extremo sul, igualmente se foram instalar no sul de Mato Grosso. E atirando-se à criação do gado ou à movimentação da indústria extrativa do mate e da poaia, ali se fixaram dando, à região, uma vitalidade impressionante. Não há levantamentos estatísticos seguros que nos permitam avaliar o volume e a importância desses movimentos. Fala-se, por exemplo, em 109.139 baianos que teriam, só em 1939, emigrado de sua terra para atuar em São Paulo como trabalhadores na área cafeeira. Estima-se em mais de 500.000 nordestinos, cearenses principalmente, que teriam emigrado para o sul e para a Amazônia no período do fausto gomífero.

Nesses movimentos migratórios internos, serviram-se os imigrantes de todos os meios de transporte. A maioria em direção sul, dado que na generalidade essa transmigração se operou e opera por vias internas, marchou a pé; enquanto que para a Amazônia viajou em navios de todos os calados. De todos esses deslocamentos populacionais, nenhum apresentou, porém, a dramaticidade que apresentou a conjuntura do extremo norte. Porque se no sul a incorporação de novas áreas econômicas foi empresa de que participou, com uma intensidade particular, o colono estrangeiro, no extremo-norte tal cometimento coube unicamente ao homem brasileiro do nordeste, antecedido na façanha por pequenos grupos de maranhenses que se estabeleceram no Solimões e no baixo Purus.

Os grupos cearenses, começando sua grande imigração em 1877, situaram-se no alto Xingu, alto Tapajóz, alto Madeira e vales do Purus - Acre e Juruá. Na penetração que realizavam desordenadamente e em choque com os meios geográficos e social, atingiram áreas estranhas à nossa soberania, incorporando-as ao país. Criaram uma fronteira econômica e uma fronteira política. Criaram o Acre. Ainda em nossos dias, em face de obrigações que assumiamos na luta contra o Eixo, contingentes nordestinos, devidamente mobilizados pelo Estado, foram mandados restaurar a produção gomífera, recuperando áreas que se haviam desvitalizado completamente.

Os resultados do censo de 1940, analisados por Mortara, revelando que a mobilidade continua a constituir uma de nossas características, evidenciaram que os movimentos migratórios internos continuam a processar-se, agora, todavia, mais acentuadamente das regiões interiores para as áreas urbanas.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA VIANA - Evolução do povo brasileiro. São Paulo, 1933

NELSON WERNECK SODRE - Oeste. Rio, 1941

VERGILIO CORREIA FILHO - A sombra dos hervais matogrossenses. São Paulo, 1925.

GILBERTO RREIRE - Sobrados e Mocambos. São Paulo, 1936

ROBERTO SIMONSEN - Recursos econômicos e movimentos das populações - Rio, 1940.

PIERRE DENIS - O Brasil no século XX. Lisboa, S/D.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS - A Conquista do Acre. Porto Alegre, 1940.

HONÓRIO SILVESTRE - A colonização mineira nos grandes latifúndios de café do Estado do Rio de Janeiro, In. O café no segundo centenário de sua introdução no Brasil, Rio, 1934.

GIORGIO MORTARA - Análises do censo de 1940, em especial os referentes movimentos migratórios internos. Publicações do gabinete técnico do "Serviço Nacional de Recenseamento".

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

PROF. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

1948

XXII- A imigração e a colonização do Brasil Séculos XIX e XX.
C) a experiência imperial e o empreendimento republicano.

A participação de imigrantes na colonização e na conseqüente empresa de desbravamento econômico do Brasil após a independência apresenta um caráter de objetividade e de intensidade verdadeiramente surpreendente. É que, embora todo o empreendimento agrário, que caracterizava a economia do país no decorrer do período imperial, repousasse na base do trabalho escravo, aos poucos se fôra criando a certeza de que aquela situação seria alterada para outros padrões com a libertação do africano e a substituição dêle pelo trabalhador livre, que teria de ser importado. A mão de obra indígena era escassa ou de rendimento sem a menor expressividade. A mão de obra negra, não sendo barata, apresentava inconvenientes que aos poucos se iam verificando. Depois, a campanha contra o tráfico tomava vulto. A importação diminuía a olhos vistos.

As experiências levadas a tôrmo com os alemães e suíços, é certo que não tinham provado bem. Embora, aos poucos se foi enraizando a idéia de que havia tôda necessidade de incorporar, aos quadros populacionais ativos do império, outros elementos que seriam, forçosamente, os estrangeiros imigrantes. Esse pensamento tomava conta dos círculos oficiais. Os pensadores políticos, do tipo Tavares Bastos, também afirmaram a grande verdade. As classes produtoras, todavia, ofereciam grande resistênciã. Dentro dessa ordem de idéias, o govêrno imperial começou a agir: ora através a propaganda, que organizou na Europa, acêrca das excelências da vida no Brasil, possibilidades magníficas para enriquecimento, todo um conjunto de condições que garantiam o melhor êxito ao imigrante; ora através o imediato contrato e transporte de imigrantes que orientava em direção aos trechos de terra situados no sul do Brasil. A propaganda, embora organizada em bases fantasiosas, deu resultados de certo modo interessantes. Porque, seduzidos pelo que ela anunciava, não foram poucos os europeus,

alemães principalmente, que se transportaram para o Brasil, de iniciativa própria. A imigração organizada pelo estado, essa sim, produziu frutos magníficos. Porque foi em consequência desse esforço preliminar oficial que as levas de imigrantes europeus passaram ao Brasil, iniciando a nova experiência colonial em grande estilo. Atrás da iniciativa oficial, a iniciativa privada, de companhias que se constituíram e operaram em grande escala o transporte e a colocação de imigrantes no país.

Vasta legislação foi sendo decretada, seja pelo governo central seja pelos governos provinciais. Visava essa legislação criar condições favoráveis à entrada e localização de imigrantes. Muitas das províncias procuraram mesmo realizar uma política imigrantista e colonial, pelo transporte de imigrantes europeus e pela imediata situação deles em colônias que fundaram e às quais deram assistência constante, financeira e material. Os resultados de todo esse esforço, que nem sempre foi orientado com o devido critério, mais de uma vez criando problemas pela facilidade porque se buscavam os imigrantes e pelo tratamento que se lhes dispensava e era muito diferente daquele que se lhes anunciara, na verdade foram bons. Ainda recentemente, um crítico da política imigratória e colonial realizada no império, tinha ocasião de ferir-lhe vários aspectos, indicando os desacertos que a caracterizaram e os rendimentos que ofereceu apesar de todas as imprevidências praticadas. E do balanço a que se lançou, pareceu-lhe que, conquanto imperativo das próprias condições de vida que desejávamos alcançar, a política imigratória e colonial do império não constituiu uma política praticada com o aproveitamento desejável. É certo que se cometeram muitos erros, mas, nem por isso podemos deixar de evidenciar que tal política produziu frutos magníficos. Aquela conclusão parece-nos, por isso, um tanto pessimista.

E isso porque, no exame do que foi realmente tal política, temos de partir do exame das condições existenciais do império. Espaço imenso, marcado por diferenças climáticas, fisiográficas, econômicas ponderabilíssimas, o Brasil tropeçava, então, com os problemas que herdara do passado colonial ou lhe eram impostos pela civilização a que se integrava. A terra estava nas mãos de grupos senhoriais ou constituía selva bravia até onde não chegara a ocupação pelo homem saído dos centros urbanos. O trabalho era uma obrigação dos escravos. Não havia indústria de vulto que exigisse os técnicos ou os operários qualificados que a Europa poderia proporcionar. Epidemias de quando em vez feriam fundo a população. O imigrante, em consequência, tinha de haver-se com essa realidade, que não oferecia aspectos muito favoráveis à sua ação. Ao invés de colono ou operário industrial, o imigrante transformava-se em pioneiro, desbravando a hinterlândia para criar ambiente produtivo. Lutava sem quase assistência contra as enfermidades que lhe abriam claros enormes. Enfrentava a concorrência do negro escravo. O desajustamento era evidente.

Os incidentes que se verificaram com os imigrantes, que nos primeiros tempos entraram em choque com os hábitos, com o sistema de trabalho que encontraram, com as condições precárias de novo habitat, provocaram muitas vezes verdadeiros escândalos. A propaganda desordenada, dentro do estilo ufanista, portanto na base de afirmações que não expressavam verdades mas entusiasmos de linguagem, de outro lado, permitia uma contrapartida vigorosa dos que, em missão de seus próprios ou, de iniciativa própria, visitavam os grupos emigrados e deles recebiam queixas ou verificavam suas condições de vida diferentes daquelas que a propaganda organizada veiculava. Em 1859 e 1875, na Alemanha e na Inglaterra, tomaram-se, por isso, medidas que visavam acautelar os interesses dos imigrantes impedindo-os de vir fazer a nossa experiência. Essas medidas foram, nada mais nada menos que, a proibição total para saída com destino ao Brasil.

Embora, a emigração processou-se sempre em ritmo crescente, tanto mais quanto a legislação não criava dificuldades à entrada do imigrante, cada dia mais solicitado, principalmente à medida que o trabalho escravo entrava a perder sua vivacidade inicial. Demais, aos poucos se fôra criando, no sul do país, onde condições de clima e mesmo de trabalho autorizavam mais rigorosamente a instalação e os êxitos que os imigrantes estavam alcançando, um ambiente de entusiasmo à volta das correntes estrangeiras que procuravam o país, abrindo-se-lhes a oportunidade para a realização de grandes empreendimentos, destarte oferecendo-se-lhe margem para uma integração na natureza física, social e econômica do país.

Em consequência às vésperas da queda do império, o ritmo de entrada de imigrantes crescia. Explica-se o motivo: a libertação dos escravos, que pusera fim ao esplendor agrário do norte e fazia que o sul, com o trabalho do imigrante, começasse a tomar posição mais ponderável nos quadros econômicos nacionais.

É de notar-se, desde logo, porém, que foi com a república que o movimento imigratório tomou corpo definitivamente. Tôdas aquelas reservas que ainda aqui e ali se ouviam contra os estrangeiros, que poderiam, alegava-se, perturbar nosso processo de formação étnica ou espiritual, pois que, grosso modo, as regiões européias que mais exportavam mão de obra eram as mais ligadas ao protestantismo, entraram em crise. A legislação que a república decretou, até 1930, por isso mesmo visou sempre, sem que os interesses nacionais perigassem, facilitar a vinda dos trabalhadores estrangeiros. Essa legislação pode ser sintetizada nos seguintes atos: 28 de Junho de 1890, 3 de Novembro de 1911, 6 de Janeiro de 1921, 31 de Dezembro de 1924. Visava-se, então, a trasladação do imigrante para a lavoura. Essa a preocupação fundamental. O processo de industrialização do país continuava na infância.

Ora êsse imigrante era levado ao trabalho nas áreas agrárias paulistas, para a cultura e a colheita do café, ora ela leva do a outras áreas do sul a fim de, em colônias montadas pelos governos federal ou estadual, dar origem a novos núcleos urbanos e centros de atividade agro-industrial. Nesse particular merecem uma referência particular a ação dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os quais criaram facilidades e incentivos especiais para a vinda de imigrantes e sua localização.

Entre 1820 e 1856, haviam chegado ao Brasil
1.346.000 trabalhadores negros escravos, assim distribuídos por períodos:

1820/29 - 350.000

1830/39 - 400.000

1840/47 - 250.000

1848/50 - 137.000

1851/56 - 5.000

Não temos elementos suficientes para sequer estimar as entradas de imigrantes, antes europeus, nesse mesmo período. As estatísticas apenas nos permitem contemplar o quadro dessas entradas a começar de 1864. De então até o fim do império, recebemos 621.362 imigrantes:

1864/72 - 88.823

1873/86 - 304.796

1887/89 - 227.743

Dêsses, 192.687 eram portugueses, 174.825 italianos, 30.391 espanhóis, 27.208 alemães, 10.186 franceses, 9.846 austríacos, 7.615 ingleses e 3.938 norte-americanos. Dos norte-americanos, 3.515 chegaram após a guerra de secessão, instalando-se em Santarém, no Pará, e nas cercanias de São Paulo.

De 1890 a 1944, num total de 3.916.875 indivíduos, essas entradas apresentaram os algarismos seguintes:

1890/1900 - 1.236.142

1901/1910 - 671.351

1911/1920 - 697.744

1921/1930 - 940.215

1931/1944 - 371.423.

Nessa fase, os italianos contribuíram com 1.100.000 indivíduos; os portugueses com 1.100.000; os espanhóis com 560.000; os alemães com 163.000; os japoneses com 189.158; os russos com 100.000; os austríacos com 80.000; os sírios-libaneses com 50.000; os poloneses com 47.740; os chineses com 1732. Em todo esse conjunto podiam contar-se entre 50.000 a 100.000 judeus.

Os portugueses permaneceram, na generalidade, nas cidades; os italianos, ora se localizaram nos centros urbanos, ora se dirigiam para as áreas agrárias.

O elemento chinês fôra objeto de grandes cogitações nos dias do Império. Criara-se-lhe, porém, sérias dificuldades à-entrada. É que se afirmava que êle viria substituir o braço do escravo negro, como "coolies", portanto como trabalhadores em regimen de servidão. Os que chegaram ao Brasil na República vieram de iniciativa própria.

O contingente japonês ingressou no país a começar de 1908. Localizou-se preferentemente em São Paulo. Atuou no empreendimento agrário. Na Amazônia, nunca passou de 4 a 5 centenas. Deve-se-lhe, apesar de tôdas as reservas que se lhe faz por motivos políticos e étnicos, a introdução da cultura da juta.

Sírios e libanezes principiaram a trazer-nos a sua contribuição, que tomou corpo na República, desde 1880. Distribuíram-se por todo o país. Não são colonos, mas homens de pequenos negócios, mascates que percorrem o interior ou nêle se fixam na movimentação da compra e venda em pequena e grande escala. São plásticos. Não têm criado problemas políticos, facilmente entrosando no nosso organismo social.

Os poloneses, dominados por certos pruridos de superioridade e com pretensões a criar na Sulamérica uma grande área imperial, começaram sua transplantação para o Brasil em 1892 dando-lhe vigor a partir de 1914-18. Vivem principalmente no Parana. São colonos. Não têm criado, todavia, dificuldades.

Italianos e alemães, de todos, constituíram sempre o contingente migratório mais preferido, de ação mais dinâmica e de intervenção, no nosso processo de desenvolvimento, mais ponderável. Distribuem-se pela zona sul. Exercem atividades agro-pecuárias. Foram e são energia muito saudável na construção de nosso parque industrial. Os alemães foram acusados de constituir quistos, por se manterem isolados, distantes da vida brasileira, de olhos voltados para a pátria distante. Falou-se muito, desde os começos do século, no perigo alemão no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Se realmente constituíram perigo para a segurança nacional ou se

recusaram participar mais decididamente de nossa evolução pelo entrosamento conosco, vivendo nossos problemas e através seus descendentes incorporando-se a nosso ritmo existencial, em grande parte a culpa cabe a nós mesmos, que não nos preocupamos na realização de uma política de incorporação efetiva desses elementos estranhos, abraçando-os a exemplo do que realizam os Estados Unidos com os imigrantes que ali se fixam e em pouco se integram definitivamente na civilização regional. Temos permitido, à falta de uma ação construtiva, inteligente, hábil, que esses grupos mantenham-se na condição de marginais. As providências tomadas, sófregamente, quando se apontam os perigos dessa situação, não têm sido, por outro lado, medidas eficientes, capazes de produzir os frutos que todos devemos desejar e pleitear, tanto mais quanto possuem geralmente um caráter emergencial.

No tocante à colonização, a política brasileira foi caracterizada pela ação preferente do Estado, o que não quer significar que a iniciativa privada, das companhias de colonização, não se tenha verificado, mas apenas assinalar que foi o Estado que, mais decisivamente, o que era natural, agiu nesse particular. Prosseguindo a política que vinha do ciclo joanino, tanto sob o império como sob a república, o governo, seja o de ação nacional seja o de ação provincial ou estadual, criou os núcleos coloniais, com elementos nacionais e estrangeiros. Assim, para exemplificar, em certos trechos da fronteira (Amazonas, Pará, Mato Grosso) foram localizadas as colônias militares, onde eram situadas guarnições do exército e famílias de civis, às quais se concediam lotes que deviam, com a assistência oficial, trabalhar para criar a riqueza compensativa. Em outros vários sítios do interior do país, igualmente criaram-se núcleos adotando-se o sistema de concessão de terras a lavradores. Sucede, todavia, que nem sempre esses núcleos receberam a conveniente assistência técnica, capaz de levá-los ao progresso ou se instalaram em posição que autorizasse essa progressão. Muitas vezes, os sítios aproveitados eram impróprios à lavoura ou ficavam distantes demais de centros até onde levar a produção. A política de colonização, com grupos brasileiros, forçoso é registrar, não produziu os resultados que se esperavam.

Já não ocorreu o mesmo com os núcleos coloniais montados para os elementos estrangeiros. Porque, além da assistência financeira e técnica, esses elementos possuíam um lastro de cultura muito superior ao dos nossos homens. É preciso ou é conveniente assinalar que, toda vez que os núcleos estrangeiros foram localizados em situação idêntica aos dos núcleos nacionais, o fracasso revestiu-se das mesmas características do que se verificou com os nossos. Bastará recordar o que ocorreu com grupos de alemães de Volga, localizados no Paraná. Esse núcleo foi montado em área imprópria. Os colonos sentiram-se vencidos. E muitos regressaram à Rússia, outros dirigiram-se para os Estados Unidos. Um grupo

reduzido, decidido a vencer no Brasil, retirou-se para zona de mata, que verificou ser boa e ali triunfou.

A colonização alemã constituiu, todavia, a maior experiência. Principiou, sob o império, em 1824, com o ingresso de 38 indivíduos, levados para a antiga feitoria de linho canhamo, montada pelos portugueses na fase colonial. Esse núcleo recebeu o nome de São Leopoldo e pode se considerar o nódulo fundamental da colonização alemã no extremo sul.

Em Santa Catarina, o nódulo inicial foi o de São Pedro de Alcântara, fundado em 1828. No vale do Itajaí, no entanto, é que se processou a maior experiência alemã naquela província, iniciada em 1850 com o estabelecimento, pelo dr. Blumenau, do núcleo a que deu seu próprio nome, prosperou de maneira memorável, garantindo um esplêndido êxito ao empreendimento colonial. Merece igualmente uma referência especial a colônia Dona Francisca, estabelecida em 1851, hoje a cidade de Joinville.

No Paraná, a colonização alemã principiou em 1829 no núcleo Rio Negro. Em Minas, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro fizeram-se igualmente experiências com grupos alemães. De todos, os que ascenderam em importância, garantido-se uma posição excepcional no quadro brasileiro foram os núcleos de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis.

Como colonos, os italianos distinguiram-se pelos núcleos estabelecidos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. No extremo sul, seu núcleo, de maior importância, foi o de Caxias. Os italianos, vindos como trabalhadores para a lavoura, ingressaram em São Paulo em maior volume, servindo como assalariados nas fazendas de café, ou, como já referimos atrás, instalando-se nas cidades como trabalhadores nas indústrias.

Antes de finalizar esse quadro rapidíssimo da empresa imigrantista e colonial de que foi teatro o Brasil depois da independência, queremos referir-nos à iniciativa privada nesse particular. Essa iniciativa partiu de um homem que reagiu, numa época de preconceitos e malquerenças para com o estrangeiro, dando um grande exemplo de inteligência e revelando uma consciência pragmática bastante intensa. Foi ele o senador Nicolau Pereira, de Campos Vergueiro. Possuindo propriedade agrária em Ibituva, em São Paulo, e compreendendo que o trabalho livre produzia um rendimento maior que o trabalho escravo, recorreu à importação de europeus, com os quais iniciou a grande tentativa. Esses colonos eram nêgros, alemães, suíços. O sistema adotado foi o da parceria, isto é, a produção colhida dividida em partes entre o proprietário da terra e os operários rurais que a haviam trabalhado.

A iniciativa, seguida por outros proprietários rurais, não foi coroada do melhor êxito, mesmo porque se verificaram certos incidentes que, de certo modo, a prejudicaram. Fêz-se mesmo certo alarde em tôrno a êsses sucessos. O feito de Campos Vergueiro, mesmo com êsse contratempo, representou, na época, é preciso salientar bem êsse aspecto do assunto, um grande passo que marcou uma etapa na história da imigração para o Brasil e do empreendimento colonial, de vêz que era a primeira atitude assumida por um particular acreditando na mão de obra livre numa atividade que não do Estado.

A contribuição imigrantista no desenvolvimento do Brasil, no decorrer do Império e da República, foi de magnitude verdadeiramente apreciável. A área sul do país vitalizou-se fortemente. A fronteira econômica evidentemente recebeu um deslocamento, aproximando-se da fronteira política, marcada no período da dominação portuguesa.

Dentro do clima universal, mantivemos a política da porta aberta durante mais de cem anos. Quando, todavia, êsse clima se alterou nos países imigrantistas, aceitamos a nova situação, iniciando a política das restrições, que visaram acautelar, política e etnicamente, os interesses nacionais. A legislação decretada a 9 e 16 de Maio de 1934, 4 de Maio de 1938 e 20 de Agosto de 1938 (regulamento 3010), atendeu àquelas preocupações. É necessário recordar que, a partir do post-guerra 1914/18, as nações emigrantistas tinham adotado providências para evitar a evasão de seus contingentes populacionais, pois que dêles carociam para reestruturar-se econômica e demograficamente. O desgaste no decorrer do grande conflito explicava a orientação.

Na conjuntura atual, em face de problemas políticos, sociais e econômicos que exigem a ponderação, a serenidade, nas soluções que se impõem, a política a adotar a que deve atender? Estamos vivendo uma transição: de economia agrícola para uma economia mista, isto é, agro-industrial. A política a adotar, deverá, portanto, aceitar a existência dessa situação. A natureza desta disciplina não nos autoriza, porém, maiores considerações.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA VIANA - Evolução do povo brasileiro. São Paulo, 1933.

PIERRE DENIS - O Brasil no século XX. Lisboa, s/d

JOAQUIM DA SILVA ROCHA - História da Colonização do Brasil, Rio, 1919.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO
CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO TÉCNICO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E DA COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AMERICANO

Prof. ARTHUR CESAR FERREIRA REIS

Bibliografia geral

- I - De la colonisation chez les peuples modernes - Leroy Beaulieu. Paris, 1902
- II - Marcel Dubois - Systèmes coloniaux et peuples colonisateurs. Paris, 1895.
- III - Gonzalo de Reparaz-História de la colonización. Colección Labor. Madri, s/d.
- IV - Georges Hardy- La politique coloniale et le partage de la terre aux XIX et XX siècles. Paris, 1937.
- V - Jacques Crokaert - Colonisations comparées Bruxelles.- 1926.
- VI - Georges Hardy - Géographie et colonisation. Paris, 1933.
- VII - René Maunier-Sociologie coloniale. Paris, 1932/1936, 2 volumes.
- VIII - Ch. de Lanoy et H. Van Der Linden-Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens. 3 vols. Bruxelles, 1907/1921.
- IX - Demetrio Ramos Perez - Historia de la colonización española en América - Madri, 1947.
- X - C. Bayle - España en Indias. Madri, 1934.
- XI - Salvador de Madarriaga - Quadro histórico de las Indias. Buenos Aires, 1945.
- XII - Silvio Zavalla - La colonización española en América. Buenos Aires, 1944.
- XIII - Carlos Pereyra - La obra de España en América. Madri, s/d.
- XIV - E. G. Burne - España en América. Habana. 1906.
- XV - Jeronimo Becker - La política española en Indias. Madrid, 1920.
- XVI - Eugenio Petit Muñoz - Conquista y colonización española en América. Montevideo, 1927.
- XVII - Georges Hardy-Histoire de la colonisation française. Paris. 1932
- XVIII - J. Saintoyant - La colonisation française sous l'ancien régime; pendant la révolution; pendant la période napoléonienne. 5 vols. Paris, 1929/193.
- XIX - Gabriel Hanatoux et Alfred Martineau - Histoire des colonies françaises e de l'expansion française dans le monde. 6 vols. Paris, 1930/1933. Interessa para a América apenas o 1º volume.

C.T.E.C.- H.I.C.C.A.

- XX - Victor Piquet - Histoire des colonies françaises. Paris, 1931.
- XXI- Maurice Besson- Histoire des colonies françaises -Paris, 1931.
- XXII- G. Mondaini - La colonisation anglaise. Paris. 1920.
- XXIII- J. R. Seeley - L'expansion de l'Angleterre. Paris, 1885.
- XXIV -J. A. Williamson - History of the British Empire. Londres, 1930.
- XXV - G. L. Beer- The Origins of the British Colonial System. 1578/1660 - Nova York, 1908.
- XXVI- G. L. Beer - The Old Colonial System. 1660/1754. Nova York, 1912.
- XXVII- British Colonial Policy. 1754/1765. Nova York, 1907.
- XXVII- James Williamson- A Notebook of Empire History. Londres, 1942.
- XXIX - William H. Woodward - A Short History of the Expansion of the British Empire. 1500/1930. Cambridge, 1938.
- XXX - H. Edward Egerton.- A Short History of British Colonial Policy. 1606/1909. Londres, 1941.
- XXXI- Antonio Baião, Hernani Cidade e Manuel Murias - História da Expansão Portuguesa no mundo. Lisboa, 1930. 3 vols.
- XXXII - Manoel Murias - Historia Breve da Colonização portuguesa. Lisboa, 1940.
- XXXIII- Jayme Cortesão - L'expansion des portuguais dans l'histoire de la civilisation, Bruxelles, 1930.
- XXXIV -Vitorino Magalhães Godinho - História econômica e social da expansão portuguesa. Lisboa, 1947.
- XXXV -Oliveira Martins.- O Brasil e as colônias portuguesas. Lisboa, s/d.
- XXXVI- Edgard Prestage- Descobridores portugueses. Porto, 1934.
- XXXVII-Diego Luis Molinari-El nacimiento del Nuevo Mundo. Buenos Aires, 1942.
- XXXVIII-Ricardo Levene, Pedro Calmon e outros - História da América. 15 vols. Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Bibliografia particular para os três primeiros pontos.

- I - James E. Gillespie - The influence of Oversea Expansion on England to 1700 Nova York. Columbia University, 1920.
- II - Gilberto Freire - Casa Grande e Senzala, Rio, 1946
- III - Volodia Teitelboim - El amanecer del capitalismo y la conquista de America. Santiago de Chile, 1943.
- IV - Luis German Burmester. Historia americana. Iº vol. Buenos Aires. 1939

- V - Henri Sée - Les origines du capitalisme modern. Paris, 1936.
- VI - Henri Hauser - Les debuts de l'age moderne Col. Peuples et Civilisations. tomo 8 - Paris, 1929.
- VII - Roberto Simonsen - História econômica do Brasil - São Paulo, 1937.
- VIII - Caio Prado Junior - Formação do Brasil contemporâneo - São Paulo, 1942.
- IX - Olga Pantaleão - A penetração da Inglaterra na América espanhola. 1713/83. São Paulo, 1947.
- X - Moses Bensabat Amzalak - Conseqüências econômicas dos descobrimentos - Lisboa, 1940.
- XI - Veiga Simões - Portugal, o ouro, as descobertas e a crise do estado capitalista. Lisboa, 1938.
- XII - Francisco Antonio Correa - Conseqüências econômicas dos descobrimentos. Lisboa, 1937.
- XIII - Manuel Gutierrez de Arce - La colonisation danesa en las islas Virgens. Sevilha. 1945.
- XIV - F.M. da Costa Lobo - A ação diplomática dos portugueses nos séculos XV e XVI, destinada à realização de descobertas e conquistas. Lisboa, 1937.
- XV - J. A. Goris - Les colonies meridionales à Anvers de 1488 à 1567. Louvain 1925.
- XVI - Pandiá Calogeras - A Política exterior do Império. 2 vols. Apenas o Iº é necessário para o estudo da expansão portuguesa na América, Rio, 19...
- XVII - Ramiro Guerra y Sanchez - Introduccion à la historia de la colonisation espanola en America. Havana. 1930
- XVIII - Louis M. Hacker - Proesso y triunfo del capitalismo norte-americano - Buenos Aires. 1942.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA